

2017

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade Federal de
Santa Catarina

Curso de Museologia

Campus Universitário
Trindade

Florianópolis- SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Museologia, Coordenadoria
Especial de Museologia da Universidade
Federal de Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do grau de bacharel no
Curso de Graduação em Museologia

Orientadora: Thainá Castro Costa Figueiredo
Lopes

Florianópolis, 2017

DO “NOSSO MUSEU HISTÓRICO” PARA O “DE MINHA TERRA NATAL”: COMODATO E DEVOLUÇÃO DE
ACERVO ENTRE O MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E O MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ
(1980-2017).

Elisa Freitas Schemes



**DO “NOSSO MUSEU HISTÓRICO” PARA O “DE MINHA
TERRA NATAL”:
COMODATO E DEVOLUÇÃO DE ACERVO ENTRE O
MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E O MUSEU
HISTÓRICO DE ITAJAÍ (1980-2017).**

Elisa Freitas Schemes

Estudo de caso do
processo de comodato e
devolução de acervo
entre o Museu Histórico
de Santa Catarina
(MHSC) e o Museu
Histórico de Itajaí (MHI),
em que o primeiro
comodato foi firmado em
1980 e a devolução dos
objetos foi dada por
encerrada em 2017. O
objetivo geral é realizar
um estudo de caso do
processo de comodato e
devolução do acervo
entre o MHSC e o MHI,
com foco na trajetória da
gestão de acervo e
documentação
museológica do MHSC.

Orientadora:

Thainá Castro Costa
Figueiredo Lopes

Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Graduação em Museologia

Elisa Freitas Schemes

**DO “NOSSO MUSEU HISTÓRICO” PARA O “DE MINHA
TERRA NATAL”: COMODATO E DEVOLUÇÃO DE ACERVO
ENTRE O MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E O
MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ (1980-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC) do Curso de Graduação em
Museologia do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Thainá Castro
Costa Figueiredo Lopes

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schemes, Elisa Freitas

Do "nosso Museu Histórico" para o "de minha terra natal" : Comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina e o Museu Histórico de Itajaí (1980-2017) / Elisa Freitas Schemes ; orientadora, Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, 2017.

152 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Museu Histórico de Santa Catarina. 3. Devolução de acervo. 4. Gestão de acervo. 5. Documentação museológica. I. Lopes, Thainá Castro Costa Figueiredo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Elisa Freitas Schemes

DO “NOSSO MUSEU HISTÓRICO” PARA O “DE MINHA TERRA NATAL”: COMODATO E EVOLUÇÃO DE ACERVO ENTRE O MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA E O MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ (1980-2017)

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Museologia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Museologia - UFSC

Florianópolis, 08 de dezembro de 2017.

Prof.^a Luciana Silveira Cardoso, M.^a
Coordenadora do Curso Museologia (UFSC)

Banca Examinadora:

Prof.^a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, M.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Janice Gonçalves, Dr.^a
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Prof.^a Renata Cardozo Padilha, M.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Rosana Andrade Dias do Nascimento, D.^a
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dedico este texto aos trabalhadores dos museus que exercem suas atividades de acordo com o Código de Ética para Museus e fazem de sua profissão verdadeira militância na preservação do patrimônio cultural.

AGRADECIMENTOS

Acredito que todo trabalho é fruto de uma construção coletiva. Por isso, reservo algumas palavras de agradecimento àqueles que tornaram possível a execução deste trabalho, seja pelas contribuições acadêmicas ou pela empatia demonstrada nesse período de imersão que a escrita exige.

Agradeço a minha orientadora, Prof.^a Thainá Lopes, a generosidade na condução deste trabalho, sempre com retornos positivos e apontando de forma pragmática temas e bibliografias a fim de aprimorar a pesquisa e a escrita. Desde a disciplina de Sistemas de Informação e Documentação Museológica suas contribuições foram inúmeras para que eu continuasse interessada nesse tema.

À banca, por serem profissionais cuja atuação em muito contribui para o desenvolvimento deste trabalho. À Prof.^a Janice Gonçalves, com quem tive contato em outros momentos da minha trajetória acadêmica e é sem dúvida uma das grandes pesquisadoras dos “lugares de memória” de SC. À Prof.^a Renata Cardozo Padilha, uma influência constante como professora e pesquisadora da área de gestão do acervo e documentação museológica, sempre aberta ao diálogo. À Prof.^a Rosana Andrade Dias do Nascimento, por meio de quem tive o primeiro contato com a gestão de acervo, num curso de extensão ministrado nos idos de 2011 e cujo trabalho na área é uma referência para esta pesquisa.

Direciono também minha gratidão à Prof.^a Luciana Silveira Cardoso, além da orientação no estágio obrigatório, sua atuação intensa à frente da Coordenação para a consolidação do curso e seu auxílio em tantas ocasiões da minha trajetória.

Agradeço à equipe do MHSC, nesse momento representado pela gestora Maria José da Costa Brandão, o acolhimento para a pesquisa e as trocas proporcionadas com os demais servidores e colaboradores desde o período do meu estágio na instituição.

A Renilton Assis agradeço os inúmeros debates museológicos que em muito contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional, sobretudo durante o estágio no MHSC, momento em que nasceram as ideias principais deste trabalho (é possível que você se reconheça em algumas observações que incorporei). Da mesma forma, agradeço a Marco Antonio Ballester Figueiredo Junior a disponibilidade em auxiliar na pesquisa, sanando dúvidas a respeito do comodato e devolução do acervo.

Ao Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS/UNIRIO, especialmente ao Prof. Ivan Sá, agradeço a presteza e gentil envio de materiais digitalizados. Da mesma forma, à Prof.^a Ana Carolina Gelmini Faria (UFRGS) pelo debate em torno do Curso de Museus do MHN e envio de bibliografia.

Aos colegas que o curso de Museologia me trouxe, agradeço as trocas acadêmicas e a amizade a: Letícia Gondim, Elaine Bilck, Filipe Gomes, Carol Liebl, Ana Luiza Lima, Sônia Melim, Eugênio Pelegrin, Ezequiel Kothe, Patricia Fontana e Poliana Santana.

Agradecimentos mais que especiais à amiga Cláudia Córdova, que mesmo sobrecarregada de trabalho, dedicou tempo em traduzir o “juridiquês” e me auxiliar na compreensão do comodato perante o Código Civil.

Aos colegas de trabalho que contribuíram de tantas formas: Simone Dulz que ao autorizar a minha remoção permitiu que eu retomasse a vida em Florianópolis e concluísse este curso, gratidão infinita; a Emilaura Alves, Valdeci Reis e Eliete Staub (amiga-mãe-irmã) que demonstraram compreensão e apoio na conclusão deste trabalho.

Ao suporte emocional da minha família, sempre me apoiando nos meus sonhos, minha mãe Nadir, meu pai Orli, minha irmã Patrícia, cunhado Taybar e a família extensa que ganhei junto do Alex. Meu amor, obrigada por toda compreensão; finalizei (mais) este trabalho, podemos finalmente tirar férias de verdade.

Um dos recursos essenciais para a gestão do acervo, investigação e serviços públicos é a existência de uma documentação precisa e acessível.
(Andrew Roberts, 2014).

RESUMO

Este trabalho realiza um estudo de caso do processo de comodato e devolução de acervo entre o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) e o Museu Histórico de Itajaí (MHI), em que o primeiro comodato foi firmado em 1980 e a devolução dos objetos foi dada por encerrada em 2017. O objetivo geral é realizar um estudo de caso do processo de comodato e devolução do acervo entre o MHSC e o MHI, com foco na trajetória da gestão de acervo e documentação museológica do MHSC. Para tanto, os objetivos específicos visam a: a) Averiguar nos relatórios de implantação e nos relatórios de gestão dos primeiros anos do MHSC informações sobre a capacitação de gestores e corpo técnico para a implementação dos processos museológicos, sobretudo referentes à gestão de acervo e à documentação museológica; b) Apresentar um diagnóstico das formas de registro de bens de caráter museológico encontradas no MHSC, buscando refletir sobre a documentação museológica encontrada na instituição; c) Analisar o processo de devolução de acervo entre o MHSC e o MHI com o objetivo de identificar as atividades de gestão de acervo e as formas de documentação museológica adotadas na celebração dos Contratos de Comodato e na devolução do acervo. Quanto à metodologia, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa; do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória, que como procedimentos técnicos adota a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso, adotando entrevistas estruturadas como instrumento complementar de coleta de dados. As considerações finais versam sobre o contraste entre as atividades de gestão de acervo e documentação museológica adotadas no contexto do empréstimo e no contexto da devolução, apontando para a profissionalização no desenvolvimento do que tange aos processos museológicos nos dois museus. Indica, ainda, a necessidade de uma revisão teórica nas publicações sobre gestão e documentação de acervo no que concerne às características do comodato, previsto no Código Civil vigente, entre outras constatações.

Palavras-chave: Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC). Contrato de Comodato. Devolução de acervo. Gestão de acervo. Documentação museológica.

ABSTRACT

This academic project presents a case study of loan and return process of collection between the Historical Museum of Santa Catarina (MHSC) and the Historical Museum of Itajaí (MHI), in which the first loan was formalized in 1980 and the return of the objects was concluded in 2017. The general objective is to present a case study of the loan and return processes between the MHSC and the MHI, with a specific focus on the collection management and the museum documentation by MHSC. Meanwhile, the specific objectives are the followings: a) To ascertain in the implementation and management reports of the first years of the MHSC regarding the managers and staff training for the implementation of museological processes, especially regarding the collection management and the museum documentation; b) To present an analysis of MHSC's disclosed asset registration forms, seeking to reflect about the documentation undertaken by the institution; c) To analyze the return process between the MHSC and the MHI in order to identify the activities of collection management and the forms of museum documentation adopted in the conclusion of the Contracts of loan and the return of the collection. As for the methodology, the research has a qualitative approach; from the point of view of the objectives, it is an exploratory research, which, under technical procedures employs bibliographic research, documentary research and the case study, adopting structured interviews as a complementary instrument of data collection. The final considerations are about the contrast between the collection management activities and the museum documentation adopted in the context of the loan and in the context of the return, emphasizing the professional development in relation to the museological processes in both museums. It also indicates the need for a theoretical revision in the publications on management and documentation of collection with regard to the characteristics of the lending, provided for in the current Civil Code, among other findings.

Keywords: Historical Museum of Santa Catarina (MHSC). Lending Contract. Collection return. Collection management. Museum documentation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	<i>GOVERNAR É ENCURTAR DISTÂNCIAS: A CRIAÇÃO DO MHSC.....</i>	24
3	GESTÃO DE ACERVO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO MHSC.....	47
3.1	GESTÃO DE ACERVO NOS PRIMEIROS ANOS DO MHSC.....	47
3.2	DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: DIAGNÓSTICO DAS FORMAS DE REGISTRO DE BENS DE CARÁTER MUSEOLÓGICO.....	59
3.2.1	Fichas de “Tombamento de bens de valor histórico”.....	62
3.2.2	Livro de Tombo.....	64
3.2.3	“Arrolamentos”.....	72
3.2.4	“Tombamento das Peças”.....	77
3.2.5	Fichas de “Inventário do Acervo” e outras.....	81
3.2.6	Listas de cabeçalho de assunto.....	86
3.2.7	“Livro - Tombo das Fotos”.....	88
3.2.8	“Termo de Responsabilidade” – 2003.....	89
3.2.9	Proposta de aquisição de mobiliário – 2005/2006.....	90
3.2.10	Últimos processos de aquisição – 2013.....	90
3.2.11	“Museu Histórico de Santa Catarina Palácio Cruz e Souza – Livro Diário. Registro Reserva Técnica”.....	91
3.2.12	“Livro de Registro de Movimentação de Acervo Permanente MHSC” - (2º tomo).....	91
3.2.13	“Livro de Registro de Empréstimo à Longo Prazo MHSC”.....	91
3.2.14	Marcações.....	92
4	OS CONTRATOS DE COMODATO E A DEVOLUÇÃO DO ACERVO.....	96
4.1	OS CONTRATOS DE COMODATO.....	96
4.2	A DEVOLUÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO.....	120
4.2.1	Trabalhadores de museus: os agentes da devolução.....	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

A ideia central do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu durante meu estágio obrigatório realizado no Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), entre novembro de 2016 e maio de 2017. O objetivo principal do estágio foi realizar a primeira etapa do arrolamento dos bens de caráter museológico¹, etapa em que arrolei de 139 mobiliários e 57 pinturas que totalizaram 196 objetos arrolados e 294 itens, considerando seus desdobramentos. Para tanto, executei a marcação provisória dos objetos e registro das informações em planilha de arrolamento. Concomitantemente, elaborei um diagnóstico do acervo e da documentação museológica. O diagnóstico da documentação museológica será retomado nesta pesquisa para caracterizar as ferramentas de registro de acervo encontradas no MHSC. O arrolamento foi concebido, em primeiro lugar, para cumprir uma exigência legal, estabelecida no Estatuto de Museus:

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.²

Como o MHSC não possui uma forma de registro que dê conta de todo o acervo, o arrolamento foi escolhido como um primeiro passo que visa atender à exigência legal. Em segundo lugar, o arrolamento foi concebido como um instrumento que, quando finalizado, também atenderá às demandas do próprio museu, como uma ferramenta de quantificação, identificação e controle do acervo.

¹ Nomenclatura de acordo com o disposto em: BRASIL. Ministério da Cultura – IBRAM. Resolução Normativa n.º 2 de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto n.º 8.124 de 17 de outubro de 2013. **Diário Oficial do União**. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2014/Set/1/resolucao-normativa-no-2-de-29-de-agosto-de-2014>>. Acesso em: 16 maio 2017.

² BRASIL. Lei n.º 11.904 de 14 de jan. 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Presidência da República** – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

Logo nas primeiras semanas do estágio, enquanto dialogava com o museólogo da instituição e meu supervisor de estágio, Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, sobre as questões gerais da documentação museológica no MHSC, ele relatou o caso mais recente naquele momento, envolvendo o acervo. Tratava-se de um processo de devolução de objetos museológicos do MHSC que foram emprestados ao Museu Histórico de Itajaí (MHI), por meio de Contrato de Comodato na década de 1980, e lá haviam permanecido sem renovação mais recente e sem o conhecimento da gestão e corpo técnico lotados no MHSC em 2015.

O contato para regularização ocorreu por iniciativa da equipe do MHI³. No total, o empréstimo de 125 objetos⁴ (entre diplomas, placas, medalhas e uma bandeja) ocorrera a pedido do ex-governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis (1925-). As peças em questão haviam sido doadas por ele ao MHSC, sendo de seu interesse expô-las no museu de Itajaí, sua cidade natal. Em diferentes momentos, esta pesquisa busca elucidar também as relações de Antônio Carlos Konder Reis com os dois museus em questão. A implantação do MHSC foi viabilizada pela influência do governador Antônio Carlos Konder Reis, por meio de designação do Grupo de Trabalho para a Implantação do Museu Histórico de Santa Catarina⁵. O MHSC foi criado em 1978⁶ e

³ Por intermédio da Fundação Genésio Miranda Lins à qual o MHI está vinculado.

⁴ Quanto ao número total de objetos apresentamos uma divergência com os museus: no processo de devolução há documentos como recibos, pareceres, termos de devolução dos quais é possível inferir que tanto no empréstimo quanto na devolução, ambos os museus computavam 124 objetos. No entanto, no terceiro capítulo detalharemos nossa divergência.

⁵ SANTA CATARINA. Decreto n.º 2.183 de 17 de janeiro de 1977. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015-2018, 2016. Anexo E, p. 370-371. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/19205/planomuseologico>>. Acesso em: 17 maio 2017.

⁶ SANTA CATARINA. Lei n.º 5.476 de 04 de outubro 1978. Cria na Capital do Estado, o Museu Histórico de Santa Catarina. **ALESC**. A lei foi sancionada pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Antonio Carlos Konder Reis (1975-1979). Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1978/5476_1978_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

inaugurado em 1979. O MHI, unidade cultural da Fundação Genésio Miranda Lins, foi inaugurado em 1982, tendo como sede o Palácio Marcos Konder⁷, nome que homenageia a figura política local, Marcos Konder (1882-1962), tio de Antônio Carlos Konder Reis.

A pesquisa se justifica por ser o MHSC um dos principais museus do estado de Santa Catarina, localizado no centro de Florianópolis, capital do estado. Em 2016, circularam pela instituição pelo menos 42.743 pessoas.⁸ Portanto, faz-se pertinente uma reflexão sobre os processos museológicos adotados ao longo de sua trajetória. Ao tomar como estudo de caso o processo de devolução de acervo, busca-se provocar uma reflexão mais ampla sobre os processos museológicos (voltados para a gestão de acervo) no MHSC, a fim de contribuir para o início de uma discussão sobre a história da Museologia em Santa Catarina.

A pesquisa também se justifica por trabalhar com a análise de uma fonte documental inédita: o processo de “Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins”, um dossiê que possui 739 folhas.⁹ O *corpus* documental abrange desde o primeiro Contrato de Comodato, em 1980, até o encerramento do processo de devolução em 2017. Constan ainda entre os documentos do

⁷ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Museu em destaque:** Museu Histórico de Itajaí. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/?mod=pagina&id=16034>>. Acesso em: 09 jul 2017.

⁸ “O levantamento leva em consideração dados provenientes de: a) pesquisa e visita técnica; b) seminários e cursos; c) atividades sociais e culturais; d) exposições de curta duração; e) exposição de longa duração. Importante salientar que todos os dados apresentados foram levantados com base nos livros de assinaturas de exposições (longa duração e curta duração), listas de presenças, controle de venda de ingressos e dados informados pelos organizadores dos eventos realizados na instituição.” In: ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de; SANTANA, Poliana Silva (organizadores). **Relatório geral de atividades/2016:** Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis: FCC Edições, 2017, p. 163. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/17957/relatorios>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

⁹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins.** Autuado em 01/12/2015. 739f. Acervo Arquivístico do MHSC. Em 25 de maio de 2017, o museólogo do MHSC, Renilton de Assis, inseriu no despacho que compõe o processo uma errata sobre o uso da terminologia: onde se lê “repatriação” leia-se “devolução”, fl. 650.

dossiê, comunicações entre as instituições, pareceres técnicos, laudos técnicos de entrada e saída dos objetos, termos de devolução, entre outros.

Os casos de restituição ou repatriação podem trazer à tona um emaranhado de questões éticas, políticas, jurídicas e técnicas.¹⁰ A esse respeito, o Código de Ética para Museus estabelece:

6.3 Restituição de bens culturais

Quando um país ou povo de origem busca a restituição de um objeto ou espécime que tenha sido exportado ou transferido violando os princípios estabelecidos nas convenções internacionais e nacionais, e demonstrar que este objeto ou espécime faz parte do patrimônio cultural ou natural daquele país ou povo, o museu envolvido, se for legalmente autorizado para isto, deve tomar as providências necessárias para viabilizar esta restituição.¹¹

Assim, tanto no Código de Ética para Museus, quanto na bibliografia especializada (embora não haja consenso), os termos “repatriação/repatriamento” e “restituição” têm sido especialmente adotados nos processos que envolvem o retorno de objetos à pátria/grupos de origem a partir de determinação externa aos museus. Estão geralmente relacionados a casos polêmicos como, por exemplo, a repatriação dos restos mortais e do modelo de gesso de Saartje Baartman, a “Vênus de Hotentote”, que demandou tratativas entre a França e a África do Sul.¹² Sobre o conceito de restituição, Tereza M.

¹⁰ BORGES, Luiz Carlos; BOTELHO, Marília Braz. Museus e restituição patrimonial – entre a coleção e a ética. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. GT9: Museu Patrimônio e Informação. Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3593/2717>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

¹¹ ICOM. **Código de Ética para Museus** (versão lusófona), 2009. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

¹² PARKINSON, Justin. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. In: **BBC Brasil**. 11 jan. 2016. Disponível em:

Scheiner observa que o que está em jogo não são somente objetos físicos, mas seu significado cultural:

Desde el punto de vista de la museología teórica, debemos recordar que el concepto de restitución incluye no sólo los objetos materiales, sino principalmente sentimientos, reflexiones y creencias que también son parte del patrimonio de la humanidad. Además, nos recuerda que el territorio, los monumentos y los objetos personifican físicamente aquello que algunas culturas han dado en llamar “el alma de las cosas”.¹³

Quanto à “devolução”, o Código de Ética para Museus define:

6.2 Devolução de bens culturais

Os museus devem estar preparados para iniciar a discussão sobre a devolução de bens culturais a um país ou povo de onde se originem. Esta ação deve ser feita de maneira imparcial, baseada em critérios científicos, profissionais ou humanitários e sob a legislação local, nacional e internacional aplicável, ao invés de ações governamentais ou políticas.¹⁴

No caso estudado, optou-se pelo termo “devolução” pelo entendimento que o retorno dos objetos fazia parte dos procedimentos que envolvem um contrato de empréstimo: findo o prazo, procede-se à devolução dos objetos emprestados ao museu que detém sua propriedade. Ou seja, a devolução ocorreu baseada em critérios científicos e profissionais, que serão detalhados no terceiro capítulo. O

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab>. Acesso em: 05 nov. 2017.

¹³ SCHEINER, Tereza M. Museos, museología y restitución del patrimonio cultural en los albores de una nueva ética global, p. 33-34. In: ICOFOM. **La alienación y el retorno del patrimônio cultural: una nueva ética global**. Shanghai: 33º Simposio anual del ICOFOM, Study Series – ISS 39. 2010, p. 34. Acesso em: <http://icom.museum/uploads/tx_hpoindexbdd/ICOFOM_ISS_39.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

¹⁴ ICOM, 2009, op. cit.

que torna esse caso singular é o longo tempo para que a devolução fosse realizada, bem como todos os impasses que serão abordados.

O desenrolar desse caso específico no tempo presente levou à formulação do **objetivo geral** desse trabalho: realizar um estudo de caso do processo de comodato e devolução do acervo entre o MHSC e o MHI, com foco na trajetória da gestão de acervo e documentação museológica do MHSC.

Os **objetivos específicos**, por sua vez, visam a:

- Averiguar nos relatórios de implantação e nos relatórios de gestão dos primeiros anos do MHSC informações sobre a capacitação de gestores e corpo técnico para a implementação dos processos museológicos, sobretudo referentes à gestão de acervo e à documentação museológica;
- Apresentar um diagnóstico das formas de registro de bens de caráter museológico encontradas no MHSC, buscando refletir sobre a documentação museológica encontrada na instituição;
- Analisar o processo de devolução de acervo entre o MHSC e o MHI com o objetivo de identificar as atividades de gestão de acervo e as formas de documentação museológica adotadas na celebração dos Contratos de Comodato e na devolução do acervo.

No aspecto metodológico, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa, que entre seus aspectos: “faz justiça à complexidade do objeto”; “busca descobrir e não testar”; “a meta é penetrar no problema”; há “ênfase nos significados e nas representações que as coisas têm para as pessoas” e “a compreensão vem a partir do interior”. Nessa abordagem, o “método é aberto.”¹⁵

Do ponto de vista dos objetivos, é uma pesquisa exploratória: esse tipo de pesquisa é desenvolvida “com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato [...] quando o tema escolhido é pouco explorado.”¹⁶ Dos procedimentos técnicos que a pesquisa exploratória envolve, foram adotados: a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental e o estudo de caso¹⁷.

A pesquisa bibliográfica buscou dialogar com as publicações e documentos relacionados ao tema e foi adotada em todo o trabalho. A

¹⁵ CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006, p. 114.

¹⁶ GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994, p. 45.

¹⁷ Ibid., p. 44.

pesquisa documental fez uso e análise de diferentes fontes documentais de acervos arquivísticos, a saber: além do processo de devolução de acervo, foram consultados como fontes no MHSC o “Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977)”¹⁸; relatórios anuais de gestão do MHSC (principalmente dos primeiros anos da instituição); a documentação museológica existente no MHSC (Livro Tombo, Arrolamentos, Inventários, Marcação e Numeração nos objetos, Fichas de Catalogação etc.), entre outros; também foram consultados documentos do Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS/UNIRIO a respeito da passagem de Antonio Carlos Konder Reis como estudante do Curso de Museus;

O estudo de caso como procedimento metodológico, por sua vez:

(...) é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo; tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.¹⁹

O critério escolhido nesta pesquisa foi o que a bibliografia aponta como seleção de “casos extremos. A vantagem da utilização de casos extremos está em que podem fornecer uma idéia dos limites dentro das quais as variáveis podem oscilar.”²⁰ Portanto, o estudo do processo que envolve o comodato e a devolução de acervo busca refletir sobre a gestão de acervo no MHSC, tomando um caso extremo que quase resultou no extravio de objetos da instituição.

O estudo de caso foi aqui adotado como um procedimento que parte da investigação de um problema contemporâneo coadunado à pesquisa histórica, uma vez que o problema contemporâneo foi considerado desdobramento de ações realizadas no decorrer da trajetória do MHSC. Conceitualmente, Robert Yin estabelece que:

¹⁸ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015-2018, 2016. Anexo E, p. 356. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/19205/planomuseologico>>. Acesso em: 17 maio 2017.

¹⁹ Ibid., p. 78.

²⁰ Ibid., p. 81.

I. Um estudo de caso é uma investigação empírica que

- investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando
- os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.²¹

Embora o contexto contemporâneo seja relevante para compreender o processo de devolução dos objetos, a perspectiva histórica do empréstimo das peças amplia a reflexão sobre o MHSC e os processos museológicos adotados pela instituição em diferentes momentos. Dessa forma, mais do que um recorte estático contemporâneo, objetiva-se provocar uma reflexão sobre a gestão de acervo na trajetória do MHSC. Nesse sentido, Robert Yin pondera que “pode-se, naturalmente, fazer pesquisas históricas sobre acontecimentos contemporâneos; nessa situação, a estratégia começa a se sobrepor à estratégia do estudo de caso”²². Na historiografia, o método elementar adotado desde a Escola dos *Annales* não restringe a pesquisa histórica ao “passado como um dado rígido”, pelo contrário, estabelece que por meio do “método regressivo” o historiador parte de questões do presente a fim de inquirir os documentos, entendidos como vestígios do passado.²³

Como instrumento complementar de coleta de dados foram utilizadas entrevistas estruturadas com a adoção de questionários, no terceiro capítulo, a fim de sanar algumas lacunas da pesquisa documental. “As **entrevistas estruturadas** são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas.”²⁴ Os questionários foram enviados e respondidos via correio eletrônico pelos profissionais mais diretamente envolvidos no processo de devolução do acervo: Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior

²¹ YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001, p. 32.

²² Ibid, p. 27.

²³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Apresentação à edição brasileira: por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 7-8.

²⁴ BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80, p. 73.

(historiador e museólogo que atua como Auxiliar de Arquivo e Museu no MHI) e Renilton Roberto da Silva Matos de Assis (museólogo da FCC, na ocasião lotado no MHSC).

Este trabalho está dividido em três capítulos, pelos quais perpassa a noção do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional - MHN (e do museu em si) como uma “matriz intelectual” de referência para os museus históricos no Brasil, entre eles, o MHSC e o MHI.

O primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização da trajetória de criação do MHSC, em que sua definição conceitual é problematizada. Em paralelo, aborda-se a atuação de Antônio Carlos Konder Reis, que se mostra emblemática na implantação do MHSC.

O capítulo segundo desenvolve dois objetivos específicos: primeiro, busca identificar nos relatórios de implantação e, posteriormente, de gestão dos primeiros anos do MHSC, informações sobre a capacitação de gestores e corpo técnico para a implementação dos processos museológicos, sobretudo referentes à política de gestão do acervo e à documentação museológica. Em segundo lugar, apresenta um diagnóstico das formas de registro de bens de caráter museológico encontradas no MHSC, buscando refletir sobre as formas de documentação museológica encontradas na instituição. Neste capítulo, confrontam-se as práticas adotadas pelo MHSC com as normativas e bibliografias específicas da área. E, ainda, sempre que possível, busca-se identificar as doações de Antonio Carlos Konder Reis na formação inicial do acervo da instituição.

Por fim, o terceiro capítulo desenvolve o último objetivo específico, em que é analisado o processo de devolução de acervo entre o MHSC e o MHI, com o objetivo de identificar as atividades de gestão de acervo e formas de documentação museológica adotadas na celebração dos Contratos de Comodato e na devolução do acervo. As medidas tomadas nos dois contextos são confrontadas com as bases teóricas e documentos de referência da gestão de acervo, da documentação museológica e com a legislação (Código Civil), vigentes em cada época. O capítulo aponta que o comodato teve origem no pedido de Antônio Carlos Konder Reis, trazendo à tona o anseio de perpetuação de sua memória como homem público em dois museus históricos de SC. Por fim, apresentam-se brevemente as perspectivas sobre a experiência dos dois profissionais na sua atuação como agentes do processo de devolução.

2 GOVERNAR É ENCURTAR DISTÂNCIAS: A CRIAÇÃO DO MHSC

A direção do Museu [Histórico Nacional], obedecendo a essa patriótica finalidade, conseguiu organizar um estabelecimento padrão no gênero, do qual se tem irradiado uma grande influência, ora direta, ora indireta, incentivadora da instituição de outros museus.
(Gustavo Barroso).²⁵

A fim de compreender melhor o processo que trata do comodato e devolução envolvendo o acervo do MHSC, este capítulo contextualiza brevemente a trajetória de criação do MHSC. Em termos teóricos, o capítulo é norteado pelo princípio de que “se a cultura é uma produção central e organiza os significados e valores de uma determinada sociedade, ela atua nas diferentes esferas.”²⁶ A cultura é tomada aqui nas suas imbricadas relações com a política, a sociedade, a economia. A criação de um espaço cultural como um museu será analisada na perspectiva de suas relações com a (parcela da) sociedade que o produz.

Atualmente administrado pela FCC, o MHSC tem como sede o Palácio Cruz e Sousa.²⁷ A localização do museu no Palácio acarreta equívocos na sua identificação. Não raras vezes, o museu é referenciado nos meios de comunicação (e no senso comum) como “Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa”²⁸ ou até “Museu Cruz e Sousa.”²⁹ Um olhar atento para a trajetória das duas instituições

²⁵ BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Volume I – parte geral e básica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1951, p. 3.

²⁶ CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 282-283.

²⁷ Endereço: Sede Palácio Cruz e Souza, Praça XV de Novembro, 227 – Centro. Florianópolis/SC.

²⁸ “A partir de 6 de outubro, o Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Sousa (...).” PORTAL DO IBRAM. **Exposição Marinhas** – Arqueologia da morte, em Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/museu-historico-de-santa-catarina/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

²⁹ HORA DE SANTA CATARINA. **Museu Cruz e Sousa realça beleza do Centro Histórico de Florianópolis**. Reportagem de 25 abril 2014. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/museu->

evidencia a distinção entre elas: o museu fora inicialmente instalado, em 1979, no prédio da antiga Alfândega³⁰, sendo transferido para o Palácio somente em 1986.

A historiadora Katianne Bruhns relaciona a criação do MHSC à “institucionalização da cultura [no] Estado de Santa Catarina [que] ocorreu a partir dos anos 1950”, ainda que iniciativas anteriores tenham resultado na criação do Museu de Arte Moderna de Florianópolis (MAMF), em 1949, atualmente denominado Museu de Arte de Santa Catarina (MASC).³¹ Em 1956 foi criada a Diretoria de Cultura, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina e, em 1958, foi criada a Comissão Estadual de Museus.³² Nas décadas de 1960 e 1970, a historiadora identifica:

(...) um movimento, incorporado pelo governo do Estado que centralizava suas ações em uma política cultural voltada a valorizar a produção intelectual, chamada na época, de ‘genuinamente catarinense’.³³

Devido ao recorte da pesquisa, a atuação do político catarinense Antônio Carlos Konder Reis se mostra emblemática tanto na criação do MHSC e na formação inicial do acervo, quanto na realização do Contrato de Comodato aqui estudado.

Oligarquia estadual do Vale do Itajaí, os Konder foram afastados do poder pelo Golpe de 1930. Rivalizavam com os Ramos, oligarquia estadual da Serra Catarinense, que apoiava o governo de Getúlio Vargas e era liderada nesse período por Nereu Ramos, governador e interventor em Santa Catarina de 1935 a 1945.

Antônio Carlos Konder Reis nasceu em Itajaí em 1924, filho de Osvaldo dos Reis e Elizabeth Konder Reis. Em 1945 ingressou na Escola de Direito da PUC-RJ. Matriculou-se no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN) na turma de 1944, conforme sua

cruz-e-sousa-realca-beleza-do-centro-historico-de-florianopolis-4484121.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

³⁰ Localizado na Rua Conselheiro Mafra, 141 – Centro. Florianópolis/SC.

³¹ BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970-1990). 169 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010, p. 33.

³² Ibid, p. 34.

³³ Ibid, p. 18.

Ficha de Matrícula (figura 1). O Decreto n.º 21.129 de 7 de março de 1932 criou o “Curso de Museus” no MHN com duração de dois anos letivos, “destinado ao ensino das matérias que interessam a mesma instituição”, funcionando o curso “sob a direção e fiscalização do diretor do Museu Histórico Nacional”³⁴, na ocasião, o diretor Rodolpho Garcia. Nesse momento de sua criação, o Curso de Museus tinha o objetivo de formar profissionais para trabalharem no próprio MHN.

³⁴ BRASIL. Decreto n.º 21.129 de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

Figura 1 – Primeira folha da Ficha de Matrícula no Curso de Museologia de Antonio Carlos Konder Reis (1944-1946).

CURSO DE MUSEOLOGIA
(Decreto n.º 21.129, de 7 de Março de 1932)

Snr. Diretor do Museu Histórico Nacional,

Antonio Carlos Konder Reis nascido em Itajaí
(NOME POR EXTENSO) (LOCAL)

Estado de Santa Catarina a 16 de Dezembro de 1924
(DATA DO NASCIMENTO)

Filho de Osvaldo dos Reis e de Elizabeth Konder Reis
(PAI) (MÃE)

Salteiro Estudante, domiciliado à
(ESTADO CIVIL) (PROFISSÃO) 264905

Avila Bacelar n.º 30 Urua, tel. 26-8547
(RUA, NÚMERO E BAIRRO)

vem requerer de V. Exa. a sua matricula no Curso de Museologia, para o que junta os documentos abaixo relacionados.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1944
Antonio Carlos Konder Reis.

DOCUMENTOS:

1. Certificado de 5ª série (Gimínio Antist).
2. Certificado de idoneidade escolar
3. Carteira de identidade n.º 148653.
4. _____
5. _____

Recebi os documentos acima.


Em 29 de Abril de 1944
Antonio Carlos Konder Reis
Assinatura

1944
ANO

21
N.º DA MATRÍCULA

recebi -
carteira de identi-
dade em 20.3.44.
Antônio R.

CURSO DE MUSEOLOGIA



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil - NUMMUS, Coleção Escola de Museologia.

A partir da turma em que Antônio Carlos Konder Reis ingressou, foi aprovado um novo Regulamento do curso que alterava sua duração para três anos e implementava uma reforma curricular que trazia mudanças significativas no perfil de egresso:

(...) a formação deixou de diplomar profissionais exclusivamente para o Museu Histórico Nacional e passou a ter, entre os seus objetivos, o interesse de multiplicar esse profissional no País.³⁵

Em relação à concessão de bolsas de estudo, estabelecia-se que:

Art. 34º Poderão ser concedidas, anualmente, bolsas [sic] de estudo para o Curso, destinadas a candidatos residentes fora do Distrito Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro e escolhidos de preferência entre servidores estaduais e municipais com exercício em museus.³⁶

Do estado de Santa Catarina, constam entre os bolsistas:³⁷ Aldo Domingues³⁸ (matriculado em 1952 e formado em 1954) e Selma Sfeir (matriculada em 1954 e formada em 1956).³⁹

³⁵ FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no museu:** o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2017, p. 95.

³⁶ BRASIL. Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

³⁷ SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978:** alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007, p. 269.

³⁸ Na história do MAMF há referência a um Aldo Domingues como uma das pessoas que “contribuíram para que o museu se tornasse uma realidade”, nos anos 1950, mas não foi possível aprofundar a pesquisa para se afirmar que se trata da mesma pessoa. MASC. **História/Memória** – Museu de Arte de Santa Catarina – 53 anos. Disponível em: <<http://www.masc.sc.gov.br/index.php?mod=pagina&id=10854>>. Acesso em: 03 set. 2017.

³⁹ Nos início dos anos 2000 residia em Porto Alegre. “Após casamento, Selma Sfeir Cordeiro. **Bolsista pelo Estado de Santa Catarina.** Professora, 1940. Licenciatura em História e Geografia pela UFPR, 1948-52. Na área de Museologia atuou na catalogação do acervo do Museu Paranaense, Curitiba – PR, 1958-60. Estagiou no MHN, 1960-63, onde trabalhou com a catalogação das coleções de Indumentária e Numismática. Pós-graduação *latu sensu* em

O Regulamento previa ainda a figura do Coordenador do Curso e a nova grade curricular foi implantada no primeiro semestre letivo de 1945. Estabelecia que a execução dos “programas” poderia adotar como “meios de ensino” as “excursões a pontos do país”.⁴⁰

Antônio Carlos Konder Reis foi o orador de sua turma na cerimônia de formatura, em 14 de dezembro de 1946.⁴¹ Segue a foto de sua formatura: da esquerda para a direita, Antônio Carlos Konder Reis é a quarta pessoa em pé (figura 2).

Figura 2 – Turma do Curso de Museus, de 1946.



Fonte: Acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil - NUMMUS, Coleção Escola de Museologia.

Apesar de formado no Curso de Museus, Antônio Carlos Konder Reis não atuou diretamente como profissional nessa área. Findo o Estado Novo (1937-1945), os Konder participaram da fundação da União Democrática Nacional (UDN) e os Ramos do Partido Social Democrático (PSD). Nesse contexto, Antônio Carlos Konder Reis estreou na carreira política, elegendo-se deputado estadual pela UDN, em 1947. Foi reeleito para a legislatura seguinte (1951-1954), mas não

Ecologia, pela UNISINOS – RS, 1985-86. Professora de Geografia e História da Escola de Ensino Agrícola, no Estado do Rio Grande do Sul e na Secretaria de Educação do Estado do Paraná”. (Grifo do autor). SÁ; SIQUEIRA, op. cit., p. 18, 128.

⁴⁰ BRASIL. Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944, op. cit.

⁴¹ SOCIEDADE. Formatura. **A Noite**. Rio de Janeiro, 14 dez. 1946, p. 4. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

exerceu o mandato por ter assumido “a direção da divisão econômico-florestal do Instituto Nacional do Pinho, no Rio de Janeiro, em 1951.”⁴² Ainda na política, elegeu-se deputado federal pela UDN em duas legislaturas, em 1955 e em 1958; Senador em 1962 e reeleito em 1970 (pela ARENA).

Da sua extensa trajetória política e ocupação de cargos, chegamos ao ponto que o conecta diretamente a essa pesquisa: eleito pelo Colégio Eleitoral do estado em outubro de 1974, foi Governador do Estado de Santa Catarina de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979 sob o lema “Governar é Encurtar Distâncias”.⁴³ Embora o lema se referisse à expansão da malha rodoviária do estado, tomamos de empréstimo no título desse capítulo para destacar sua atuação na política cultural do estado de SC, sobretudo no seu esforço para a criação do MHSC.

Por meio do Decreto estadual n.º 2.183 de 17 de janeiro de 1977, o Governador Antônio Carlos Konder Reis decretou a criação do “Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina”. O decreto estabelecia o prazo de 120 dias para o grupo de trabalho (GT) “levantar o material existente, promover estudos e propor as medidas necessárias à implantação” do museu. E, ainda, designava como membros do GT, pessoas indicadas pelas respectivas instituições, “cabendo, a presidência [sic] a um representante da Secretaria do Governo”.⁴⁴

⁴² “Ainda nesse ano tornou-se economista pela Lei nº 1.411, que regulamentava o exercício da profissão”. CPDOC – FGV. **Verbete**. Reis, Antônio Carlos Konder. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-antonio-carlos-konder>>. Acesso em: 22 ago 2017.

⁴³ A frase seria uma apropriação da atribuída ao presidente Washington Luís (1926-1930): “governar é abrir estradas”. DAMIÃO, Carlos. Memória de Florianópolis: marcas na cidade que intrigam os observadores. **Notícias do dia**. Florianópolis, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/memoria-de-florianopolis-marcas-na-cidade-que-intrigam-os-observadores>>. Acesso em: 27 ago 2017.

⁴⁴ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015-2018, 2016. Anexo E, p. 356. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/19205/planomuseologico>>. Acesso em: 17 maio 2017.

- I – Jali Meirinho, Diretor da Divisão de Ciências da Coordenação de Assuntos Culturais da Secretaria do Governo, seu presidente;
- II – Carlos Humberto Pederneiras Correa e Silvia Amélia Carneiro da Cunha, representantes do Instituto Histórico de Santa Catarina;
- III – Maria Ester Teixeira Cruz, representante da Universidade Federal de Santa Catarina;
- IV – Sergio Schmitz, representante da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.⁴⁵

Passados dez dias, os membros do GT realizaram a primeira reunião para definir as normas de trabalho, acordando em realizar reuniões todas as quintas-feiras, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Dos documentos produzidos pelo GT, como ata de reunião, plano e relatórios, tem-se os vestígios das ideias iniciais na concepção do MHSC. Desde a primeira reunião, o historiador Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1941-2010) apontava para a necessidade de definir a “especialidade” da instituição a ser criada:

Justificou, assinalando que na moderna museologia não se admite mais a criação de museus ecléticos, com abrangência [sic] em várias áreas o que impede ao Museu que cumpra a sua real finalidade. Adiantou que, sendo Florianópolis, a Capital do Estado, um centro político, a sua sugestão seria pela organização de um Museu Histórico que revelasse a evolução política [sic] de Santa Catarina. Salientou que a evolução social ou econômica terião [sic] outras áreas do Estado a representar a realidade catarinense. Após uma troca de opiniões, entre os presentes, pela unanimidade optou-se que o

⁴⁵ SANTA CATARINA. Decreto n.º 2.183 de 17 de janeiro de 1977. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015-2018, 2016. Anexo E, p. 370-371. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/19205/planomuseologico>>. Acesso em: 17 maio 2017.

museu a ser implantado deve representar a História Política do Estado pelas razões expostas. Ressalvando-se, entretanto, seja a sugestão levada a consideração do Senhor Secretario [sic] do Governo para aprovação.⁴⁶

Numa perspectiva mais ampla, ao apresentar o “Plano para implantação do Museu Histórico de Santa Catarina”, o GT menciona a necessidade de um museu que abrigasse “um vasto patrimônio, de documentos e bens de valor histórico [...] e o revele ao grande público como complemento da educação formal”. Os membros do GT defendiam “a instituição de um órgão [sic] dinamico [sic] de infra estrutura [sic] histórico-cultural, indispensavel ao desenvolvimento da ciência, educação e turismo [sic].”⁴⁷

Em 20 de maio de 1977, Jali Meirinho, presidente do GT, encaminha ao Governador Antônio Carlos Konder Reis, o “Relatório Final” com as considerações do grupo. Neste documento citam logo no início os “conceitos gerais” de museu, que nos auxiliam a refletir sobre qual a concepção de museu norteava o GT:

Conceitos Gerais

Genericamente, tem-se como Museu uma instituição permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe para fins de estudo, educação, lazer a evidencia [sic] material do homem e do seu meio.

Como instituição dedicada à conservação e apresentação de um patrimônio cultural, o Museu tem como funções básicas:

a) coleta de material, de modo a documentar continuamente os diferentes períodos de desenvolvimento, completando suas coleções, tendo em vista as gerações futuras;

⁴⁶ GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. **Ata nº 1**. 27 jan. 1977. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório Final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

⁴⁷ COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS. **Plano para implantação do Museu Histórico de Santa Catarina**, 15 fev. 1977. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

- b) conservação dos objetos e documentos, impedindo ou retardando suas deteriorações [sic];
- c) exposição do seu acervo, maneira tradicional de comunicar-se com o público, notadamente ao leigo, dando aí, sobretudo a função educativa;
- d) favorecer a pesquisa transformando-se em centro de estudos insubstituível uma vez que é o único lugar onde realmente – [sic] está presente o documento original.
- e) situar-se como um elemento de atração turística, colaborando para o desenvolvimento desta indústria [sic] produtora de riquezas.⁴⁸

Inicialmente, buscamos estabelecer qual a relação entre a definição de museu adotada pelo GT e as definições formuladas nos documentos do Conselho Internacional de Museus (ICOM).⁴⁹ Desde sua criação em 1946, o ICOM atualiza as definições de museu de acordo com o desenvolvimento da sociedade e as realidades da comunidade mundial de museus.⁵⁰ A primeira definição do ICOM em 1946 para museus foi assim formulada:

The word "museums" includes all collections open to the public, of artistic, technical, scientific, historical or archaeological material, including zoos and botanical gardens, but excluding libraries, except in so far as they maintain

⁴⁸ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977), p. 3. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., p. 358.

⁴⁹ O Conselho Internacional de Museus (ICOM), criado em 1946 é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos, que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programam para museus, tendo *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU. Formado por profissionais de museus oriundos de diversos países, o ICOM desenvolve atividades como oficinas, publicações, programas de formação, intercâmbio e de promoção de museus. ICOM BRASIL. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=4>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁵⁰ Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>>. Acesso em: 02 set. 2016.

permanent exhibition rooms. (ICOM Constitution, 1946).⁵¹

As três línguas oficiais do ICOM são o francês, o espanhol e o inglês. A definição de museu passou por atualizações em 1956, 1961 e 1974, sendo esta última a que “serviu de referência ao mesmo Conselho durante mais de trinta anos.”⁵² Comparativamente, a definição geral que o GT adotou é uma tradução quase literal da versão em inglês, presente nos Estatutos do ICOM de 1974:

A museum is a non-profit making, permanent institution in the service of the society and its development, and open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates, and exhibits, for purposes of study, education and enjoyment, material evidence of man and his environment.⁵³

Por questões que os membros do GT não esclareceram, dois elementos que estão presentes nas versões dos três idiomas foram

⁵¹ ICOM. **Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (2007-1946).** Disponível em:

<http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 02 set. 2017.

⁵² DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (editores). **Conceitos-chave de Museologia.** Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. Florianópolis: FCC, 2014, p. 64.

⁵³ ICOM, op. cit. Tradução livre: Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e lazer os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente. Versão em espanhol: “Institución permanente, sin fines lucrativos, al servicio de la sociedad que adquiere, conserva, comunica y presenta con fines de estudio, educación y deleite testimonios materiales del hombre y su medio”. HERNANDEZ, Francisca Hernández. Evolución del concepto de museo. In: **Revista General de Información y Documentación**, Vol. 2 (1), 85-97. Edit. Complutense, Madrid, 1992, p. 88. Disponível em: <<http://esferapublica.org/museo.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017. Versão em francês: “Le musée est une institution permanente, sans but lucratif, au service de la société et de son développement, ouverte au public, et qui fait des recherches concernant les témoins matériels de l’homme et de son environnement, acquiert ceux-là, les conserve, les communique et notamment les expose à des fins d’études, d’éducation et de délectation”. Disponível em: <http://archives.icom.museum/hist_def_fr.html>. Acesso em: 02 set. 2017.

excluídos no texto do Relatório: primeiro, o museu como instituição “sem fins lucrativos” (*non-profit making*), segundo, que “comunica” (*communicates*). No entanto, a comunicação está parcialmente contemplada nos itens que seguem listados: “exposição” e “função educativa”.

Na sequência da definição de museu, o GT lista o que seriam as “funções básicas” da instituição, que estão relacionadas aos elementos presentes na definição. Ou seja, “a) coleta de material” é uma das formas pelas quais o museu “adquire”; “conserva” na medida em que promove ações de “b) conservação dos objetos e documentos”; “pesquisa” quando atua para “d) favorecer a pesquisa”, proporcionando aos pesquisadores o acesso ao acervo (“documento original”); “exibe” por meio da “exposição do seu acervo”, compreendida como forma de comunicação com o público “leigo”, bem como uma “função educativa” e para “favorecer a pesquisa”.

Por fim, traçamos uma relação do “lazer” na definição geral com a última função básica elencada: “e) situar-se como um elemento de atração turística, colaborando para o desenvolvimento desta indústria [sic] produtora de riquezas”. A proposição do museu como lugar de lazer e como atração turística ecoa o contexto catarinense em que a concepção desse museu estava imersa. O turismo passou a ser uma atividade fomentada no litoral do estado a partir das décadas de 1960 e 1970, acompanhando um crescimento do turismo no âmbito nacional. Devido às suas belezas naturais, desde meados da década de 1950 propagava-se a noção de que o turismo seria a “vocação natural” de Florianópolis – tendo em vista a ausência de desenvolvimento industrial na cidade, em comparação a outros centros urbanos como Joinville. A promoção do turismo como uma opção econômica das elites locais foi impulsionada pelo poder público, notadamente nas transformações promovidas na estrutura urbana e na institucionalização do planejamento urbano com a criação do Instituto de Planejamento Urbano (IPUF) de Florianópolis, em 1977.⁵⁴ Se observarmos que o prefeito na época, Esperidião Amin (1975-1978), fora nomeado pelo governador Antônio Carlos Konder Reis – ambos filiados à ARENA naquele momento –, esse alinhamento da concepção de um museu

⁵⁴ RODRIGUES, Lucas. **Turismo em Florianópolis**: segregação espacial e efeitos sobre a classe trabalhadora. 77p. Monografia. Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292797>>. Acesso em: 02 set. 2017.

estadual com a atividade turística a ser promovida na cidade (por meio de obras urbanas) se torna ainda mais fértil. O economista Lucas Rodrigues ressalta o crescimento da atividade turística na década seguinte:

(...) se a década de 1970 lançou as bases espaciais para o desenvolvimento do turismo, é a partir de 1980 que essa atividade se consolida na cidade, principalmente por atrair número crescente de turistas estrangeiros.⁵⁵

No âmbito internacional, a intenção de promover maiores relações entre o turismo e os museus também foi registrada nas Resoluções da 12ª Assembleia Geral do ICOM em Moscou (URSS), em 28 de maio de 1977.⁵⁶ No ano anterior, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁵⁷ promoveu o *Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo*, em Bruxelas (Bélgica), no qual é redigida a “Carta de Turismo Cultural”. Este documento pondera os impactos positivos e negativos do turismo cultural, ou seja, “aquela forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos.”⁵⁸ O tom geral da carta parece ser o de que haja esforço mútuo entre as entidades de promoção ao turismo e as de proteção ao patrimônio, a fim de que a crescente atividade do turismo cultural tenha seus impactos negativos minimizados.

A ausência da atividade industrial no desenvolvimento econômico de Florianópolis também é utilizada como argumento pelo GT ao propor a especialidade do museu a ser instalado. Tendo em vista

⁵⁵ Ibid, p. 42.

⁵⁶ ICOM. Resolution No. 2: Museums and International Tourism. In: **12th General Assembly of ICOM** - Moscow, USSR, 28 May. Disponível em: <<http://icom.museum/lagobernanza/asamblea-general/resoluciones/moscow-1977/L/1/>>. Acesso em: 03 set. 2017.

⁵⁷ O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) é uma organização não governamental global associada à UNESCO.

⁵⁸ ICOMOS. Carta de turismo cultural. ICOMOS, 1976, p. 182. In: CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. **Museologia e patrimônio:** documentos fundamentais, n.º 15, 1999, p. 181-185. Disponível em: <<http://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>. Acesso em: 17 set. 2017.

que o grupo fora criado para viabilizar a criação do Museu Histórico de Santa Catarina:

A abrangência do termo “Histórico”, levou o grupo a refletir sobre este princípio, quanto aos modernos conceitos de museologia, que defendem uma área específica de especialização, para o Museu, de modo a que este não venha a se constituir em um amontoado de objetos mais dispares [sic], descumprindo uma finalidade precípua.⁵⁹

E assim, ponderando de qual campo da História o museu sediado em Florianópolis se aproximaria, a “História Econômica” é rejeitada sob o pretexto anteriormente citado, de que a cidade teve seu desenvolvimento econômico como “centro político e administrativo” e não devido “à atividade industrial”. A ligação do futuro museu com a “História Social” também é relegada, sob o argumento de que a cidade “não concentrou levadas imigratórias, capazes de se revelarem aqui um retrato fiel da sociedade catarinense”. Sem mais delongas, a “História Política” é eleita a especialização a ser adotada pelo do museu: “assim, nenhum outro local, mais apropriado para se fixar como centro da memória política de Santa Catarina, do que a cidade de Florianópolis”, retornando ao argumento da cidade como “centro político e administrativo.”⁶⁰

Interessante notar que a ideia de um museu de história política, encabeçada por Carlos Humberto Corrêa e registrada desde a primeira reunião, prevaleceu no Relatório Final do GT, embora o grupo desse indícios de que estava em contato com “a moderna museologia”.⁶¹ De fato, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa⁶², além de representante do

⁵⁹ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977), p. 6. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., p. 361.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. *Ata nº 1*. 27 jan. 2017, op. cit.

⁶² A historiadora Karla Simone Willemann Schütz destaca que “Carlos Humberto transitou por várias instituições e cargos dentro da cidade de Florianópolis e do estado de Santa Catarina fora a função de presidente IHGSC: foi diretor do Museu de Arte Moderna de Florianópolis (1963-1969), Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de

IHGSC no GT, possuía contato com o campo da museologia, pois havia sido diretor do MASC (então MAMF) de 1963-1969. Em sua gestão, o MAMF realizou “mais de 60 exposições temporárias”, desde exposições de artistas estrangeiros; artistas nacionais como Di Cavalcanti e artistas ligados à arte catarinense. Em 1966, Carlos Humberto participara do I Seminário de diretores de Museus de Arte, em São Paulo, promovido pelo Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.⁶³

Embora em contato com os novos conceitos em desenvolvimento no campo da arte e da museologia, inicialmente, soa paradoxal constatar que Carlos Humberto tenha direcionado o museu para a história política. Desenvolvendo uma reflexão sobre a trajetória de Carlos Humberto, Karla Schütz apresenta dois elementos que ajudam a pensar a trama intrincada de atuações deste historiador:

(...) a ‘herança política’ de sua família e a sua colocação como uma ‘voz autorizada’, uma figura intelectual capaz de suprir as demandas de um museu de arte ou de uma ‘secretaria de cultura’.⁶⁴

A trajetória de Carlos Humberto Corrêa em cargos ligados ao governo do estado de SC e sua intensa atuação nas décadas seguintes no IHGSC, evidenciam seu comprometimento com uma história que destaca as elites políticas na formação da identidade catarinense, tão característica dos Institutos Históricos e do próprio MHN – em seu “empenho cívico” na formação da identidade nacional. A relação entre

Santa Catarina (1969-1975), Secretário de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (1975), professor titular da UFSC (1967 – 1991), além de professor em diversas outras instituições públicas e privadas, no ensino regular e universitário como o Instituto Estadual de Educação, Fundação Universitária de Joinville, Universidade do Estado de Santa Catarina, Faculdade de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (por conta de convênio estabelecido com a UFSC)”. SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. Esboços de uma trajetória: o professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa entre sociabilidades, política e historiografia (1963 – 2010). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501688769_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

⁶³ MASC, op. cit.

⁶⁴ SCHÜTZ, op. cit., p. 3.

os membros do IHGSC com o governo do estado estivera presente em períodos anteriores, como destaca a historiadora Janice Gonçalves:

(...) a proximidade do IHGSC com os governos estaduais, abalada no início dos anos 1930, mas retomada na mesma década, continuou a ser fortalecida por meio dos cargos ocupados pelos sócios na máquina estatal.⁶⁵

O tipo de história política a que Carlos Humberto Corrêa se referia pode ser averiguada na sua produção intelectual, como por exemplo, em uma publicação sua nos últimos dias em que Antônio Carlos Konder Reis estava à frente do governo estadual, em fevereiro de 1979. O **Guia dos governantes de Santa Catarina**⁶⁶ segundo consta, era uma “edição comemorativa da inauguração do Museu Histórico de Santa Catarina”⁶⁷ (figura 3), que contava com o logo impresso daquela gestão (figura 4): “Governar é encurtar distâncias”; em mais uma iniciativa que aproximava política e cultura. Carlos Humberto Corrêa justifica na Apresentação que, embora o estudo biográfico dos que ocuparam o Executivo Catarinense estivesse em andamento há alguns anos, atingia naquele momento “sua etapa final”. E, assim:

(...) atendendo a motivos os mais diversos, mas sobretudo no intuito de comemorar a inauguração do Museu Histórico de Santa Catarina – órgão por cuja instituição sempre lutamos – e principalmente se levarmos em conta **pretender este Museu dedicar-se exclusivamente à história política catarinense**, resolvemos, deste modo, pelo adiantamento de sua publicação, agora sob os auspícios da Secretaria da Educação e Cultura do Estado.⁶⁸

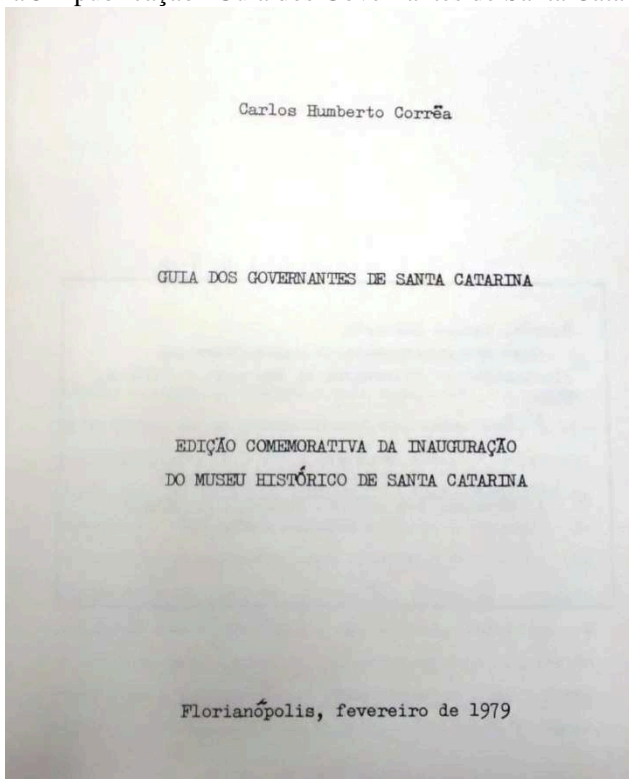
⁶⁵ GONÇALVES, Janice. **SOMBRIOS UMBRAIS A TRANSPOR**: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 444p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social São Paulo, 2006, p. 63.

⁶⁶ CORREA, Carlos Humberto Pederneiras. **Guia dos governantes em Santa Catarina**. Florianópolis: [Secretaria da Educação e Cultura], 1979. 62p

⁶⁷ Embora já criado oficialmente, a solenidade de inauguração do MHSC só ocorreria no dia 02 de março de 1979.

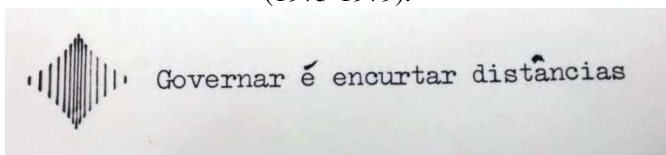
⁶⁸ CORREA, op. cit., p. 7-8. Grifo nosso.

Figura 3 – publicação “Guia dos Governantes de Santa Catarina”.



Fonte: exemplar da Biblioteca Pública de Santa Catarina, fotografado pela autora, 2017.

Figura 4 – Lema do governo estadual de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979).



Fonte: consta no exemplar do “Guia dos Governantes de Santa Catarina” da Biblioteca Pública de Santa Catarina, fotografado pela autora, 2017.

Os argumentos de Carlos Humberto Corrêa no GT e o teor da obra em comemoração à inauguração do MHSC, não deixam dúvidas de qual história política se ocuparia o MHSC.

Ainda no que se refere a essa concepção definida pelo GT para a implantação do MHSC, buscamos contrastar essa ideia de um museu voltado para a história política com as discussões mais amplas da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, promovida pelo ICOM em 1972. Provocando uma reflexão sobre o papel dos museus na América Latina, a referida mesa-redonda considerava:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção [sic], situando suas actividades [sic] em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.⁶⁹

A partir de considerações como essa, uma das recomendações mais importantes formuladas pela mesa-redonda à UNESCO e que historicamente impactou o campo da museologia:

(...) foi a definição e proposição de um novo conceito de acção [sic] dos museus: o **museu integral**, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural.⁷⁰

Nesse sentido, houve o entendimento que nos países da América Latina, os museus:

⁶⁹ ICOM. Mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972, p. 112-113. In: CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. **Museologia e património**: documentos fundamentais, n.º 15, 1999, p. 111-121. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>

. Acesso em: 03 set. 2017.

⁷⁰ Ibid., p. 120. Grifo nosso.

(...) devem responder às necessidades das grandes massas populares, ansiosas por atingir uma vida mais próspera e mais feliz, através do conhecimento de seu património [sic] natural e cultural, o que obriga frequentemente os museus a assumir funções que, em países mais desenvolvidos, cabem a outros organismos.⁷¹

Portanto, no “museu integral” o papel educativo⁷² dos museus se voltava para ação, a fim de impulsionar a transformação nas comunidades e mudanças nas realidades nacionais.

Embora o GT mencione no seu Relatório Final a noção de que o “museu sendo uma instituição a serviço da sociedade deve ser a emanção dessa mesma sociedade”⁷³, e, portanto, seus membros estivessem a par das discussões da Mesa-redonda de Santiago, a concepção de museu proposta pelo grupo tomou um rumo bastante diverso do “museu integral”. Ora, um museu de história política que em plena ditadura militar no Brasil desloca o foco dos interesses e contradições da sociedade e opta por um museu para enaltecimento das elites políticas locais estava em desacordo com o “museu integral” e dissociado de qualquer ação transformadora daquele contexto de cerceamento da democracia.

Apesar de idealizado por um grupo que se dizia próximo dos “modernos conceitos de museologia”⁷⁴, o MHSC foi concebido, em

⁷¹ Ibid., p. 118.

⁷² A função educativa dos museus foi amplamente debatida na década de 1950: no Seminário Internacional da UNESCO sob o título *Sobre o papel dos museus na Educação* (Nova York, EUA, 1952); dois anos mais tarde, no segundo Seminário Internacional da UNESCO sob o mesmo título (Atenas, Grécia, 1954) e no primeiro Seminário Regional da UNESCO com o título *Função Educativa dos Museus* (Rio de Janeiro, Brasil, 1958). Cf. FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional**: o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). 234 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013, p. 151-152.

⁷³ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977), p. 6. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., p. 361.

⁷⁴ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977), p. 6. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., p. 361.

última instância, com o perfil caudatário do MHN: instituição museológica de referência da História nacional, seus pressupostos foram disseminados por meio dos diplomados de seu Curso de Museus, como mencionado anteriormente.

Se tomarmos o MHN e seu Curso como uma “matriz intelectual”⁷⁵, podemos observar que mesmo muitos anos depois de diplomado, o egresso Antonio Carlos Konder Reis replica a iniciativa de criação de um museu histórico para SC. Mesmo não tendo atuado como profissional de museu, a sua atuação nesse momento de criação do MHSC é significativa.

Definida a especialidade do MHSC, o GT indica o local para sua instalação: “será, preferencialmente, um prédio com aspecto arquitetônico definido, de valor histórico e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional”; atendendo a essas características, aponta o prédio da “antiga Alfândega, ora em restauração” como uma solução no “curto prazo”.⁷⁶ No entanto, sugere outro espaço físico como sede futura, mais adequada à finalidade do MHSC:

Considerando a especialização do Museu em História Política e, a existencia [sic] de outro prédio, bem mais suntuoso, edifício marco da Capital, que é o Palácio do Governo à Praça XV de novembro, permite-se a sugerir – que o ato da criação do Museu, ressalte desde já, que, a qualquer tempo em que este Paço deixar de ser a sede do governo, fique ele reservado à sede do Museu Histórico de Santa Catarina.⁷⁷

O ato de criação do MHSC foi formalizado adotando em grande parte as orientações do GT: por meio da Lei nº 5.476 de 04 de outubro 1978⁷⁸ a Assembleia Legislativa decretou e o governador Antônio

⁷⁵ FARIA, op. cit.

⁷⁶ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977), p. 8. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., p. 363.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ SANTA CATARINA. Lei n.º 5.476 de 04 de outubro 1978. Cria na Capital do Estado, o Museu Histórico de Santa Catarina. ALESC. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1978/5476_1978_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

Carlos Konder Reis sancionou a criação do Museu Histórico de Santa Catarina, “vinculado à Secretaria da Educação e Cultura”⁷⁹, de cujas “dotações orçamentárias” correriam os recursos para instalação e manutenção do MHSC. O referido prédio da antiga Alfândega foi destinado como sua sede. Por fim, revogou leis de criação de museus que, até onde o GT verificou, não haviam sido instalados: o Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina⁸⁰ e o Museu Histórico e Arqueológico de Santa Catarina.⁸¹

Consta na “Ata da cerimônia de inauguração do Museu Histórico de Santa Catarina” que a solenidade de inauguração do museu se deu em 02 de março de 1979, presidida pelo Governador Antônio Carlos Konder Reis, contando com a “presença de **autoridades** e convidados”. Discursaram, o governador e o Secretário da Educação e Cultura, Mário Cesar Moraes. Além dos atos de inauguração como “descerramento da placa” e “corte da fita simbólica”, houve a “**benção das instalações** do prédio por Sua Excelência Reven.º Arcebispo Metropolitano, D. Afonso Niehur” [Niehues], a visitação foi aberta ao público e foi “lavrada a [...] ata que, após lida, foi **assinalada na ordem hierárquica pelas autoridades** e demais presentes.”⁸²

Tal sucessão de atos solenes nos remete novamente a uma aproximação com uma interpretação do MHN nos 35 anos que Gustavo Barroso ocupara a direção: “a história nacional que o diretor do MHN imprimiu na instituição aproxima-se à produzida pelos historiadores do IHBG, no final do século XIX e no início do XX”. Na sua gestão, “a representação histórica exposta nas galerias do MHN em muito se aproximava daquela produzida” por Francisco Adolfo de Varnhagen: “em sua história do Brasil, a lei, a ordem, a religião e a autoridade seriam fundamentais para a formação de uma nação civilizada.”⁸³

⁷⁹ Ainda em 24 de abril de 1979 é criada a Fundação Catarinense de Cultura, vinculada à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. SANTA CATARINA. Decreto nº 7.439 de 24 de abril de 1979. Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e da outras providências. ALESC. Disponível em: <<http://fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=8358>>. Acesso em: 26 set. 2017.

⁸⁰ Lei n.º 196 de 30 de novembro de 1948.

⁸¹ Lei n.º 1974 de 12 de fevereiro de 1959.

⁸² FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, Anexo B, p. 347-349. Grifo nosso.

⁸³ BEZERRA, Rafael Zamorano. **A invenção das relíquias**. Dispositivos de autoridade e musealização de objetos no Museu Histórico Nacional (1922-1912). 179p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,

O MHSC e o MASC dividiram o espaço do prédio da Alfândega de 1979 até 1983, quando o último foi transferido para o Centro Integrado de Cultura (CIC). Por meio da Lei estadual n.º 6.900 de 05 de dezembro de 1986, o MHSC e o IHGSC foram transferidos para o Palácio Cruz e Souza. A lei ressalta no seu artigo terceiro que “caberá à Direção do Museu Histórico de Santa Catarina a administração e conservação do Palácio Cruz e Sousa.”⁸⁴ Este era o edifício a que o GT se referia, anteriormente denominado Palácio dos Despachos do Estado de Santa Catarina, que pela Lei estadual n.º 5.512, de 20 de fevereiro de 1979, passou a ser denominado “Cruz e Sousa”.⁸⁵ Essa lei de mudança de denominação do palácio também foi decretada pela Assembleia Legislativa e sancionada por Antonio Carlos Konder Reis, nos seus últimos dias de seu mandato como governador.

Estima-se que a construção do Palácio ocorreu em meados do século XVIII, passando por uma grande reforma em 1895, durante o Governo de Hercílio Luz. O Palácio dos Despachos servia também como residência para os governadores⁸⁶ até 1954. No ano seguinte foi inaugurada a Casa d’Agrônômica – Palácio Residencial com a finalidade de ser a Residência Oficial do Governador do Estado de Santa Catarina⁸⁷. O Palácio dos Despachos (Palácio Rosado, como era conhecido) e, a partir de 1979, Palácio Cruz e Souza, continuou como sede do governo até 1984, quando foi tombado como patrimônio

Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014, p. 26.

⁸⁴ SANTA CATARINA. Lei n.º 6.900 de 05 de dezembro de 1986. Transfere a sede do Museu Histórico de Santa Catarina e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **ALESC**. A lei foi sancionada pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin Helou Filho (1983-1986). Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1986/6900_1986_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

⁸⁵ SANTA CATARINA. Lei n.º 5.512, de 20 de fevereiro de 1979. Dá denominação ao Palácio dos Despachos, em Florianópolis. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1979/5512_1979_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

⁸⁶ GOMES, Manoel. **Do palácio Rosado ao Palácio Cruz e Souza** - Quando, como por quê. 2ª ed. revista e aumentada. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1980, p. 28-30.

⁸⁷ GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Casa D’Agrônômica** – Palácio Residencial. Disponível em: <<http://www.scm.sc.gov.br/scm/casa-dagronomica/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

histórico estadual⁸⁸, passando por obras de restauração até ser reaberto como sede do MHSC, em 1986. A edificação também recebeu tombamento municipal.⁸⁹

Neste capítulo buscamos compreender os meandros na implantação do MHSC impulsionada pela política cultural do governador Antônio Carlos Konder Reis, representante da oligarquia estadual dos Konder e diplomado no Curso de Museus do MHN – instituição tomada aqui como “matriz intelectual” de referência para os museus no Brasil, entre eles, o MHSC. Confrontamos as concepções de museu no campo da Museologia – no contexto dos anos 1970 – com as adotadas pelo Grupo de Trabalho visando à implantação do MHSC. Embora os membros do GT dessem mostras de que estavam a par das discussões mais recentes do campo da Museologia naquele momento, optaram por uma concepção de museu mais conservadora, aos moldes do MHN, sobretudo na escolha de um museu de “história política” voltado para o enaltecimento das elites políticas ligadas ao executivo catarinense. Para a definição desse perfil de museu, foi decisiva a atuação de Carlos Humberto Corrêa, historiador e representante do IHGSC no GT. No próximo capítulo nos voltaremos para os processos museológicos no MHSC, principalmente para a gestão de acervo, com foco nas doações de Antônio Carlos Konder Reis na formação da coleção do MHSC.

⁸⁸ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit. Decreto n.º 21.326 de 26 de janeiro de 1984. Homologa Parecer do Conselho Estadual de Cultura, que aprova tombamento do Palácio Cruz e Souza. Anexo H. Decreto do então governador Esperidião Amin (1983-1987).

⁸⁹ Vide Decretos do município de Florianópolis n.º 270/86 e n.º 521/1989. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/1989/52/521/decreto-n-521-1989-classifica-por-criterios-diferenciados-de-valor-historico-artistico-e-arquitetonico-os-predios-integrantes-dos-conjuntos-historicos-tombados-pelo-decreto-n-270-86>>. Acesso em: 17 maio 2017.

3 GESTÃO DE ACERVO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA NO MHSC

A primeira seção deste capítulo corresponde ao objetivo específico que se propõe a averiguar nos relatórios de implantação e, posteriormente, de gestão dos primeiros anos do MHSC a capacitação de gestores e corpo técnico para a implementação dos processos museológicos sobretudo referentes à política de gestão do acervo e à documentação museológica.

A segunda seção atende a outro objetivo específico, o de apresentar um diagnóstico das formas de registro de bens de caráter museológico encontradas no MHSC, buscando refletir sobre as formas de documentação museológica encontradas nesta instituição. O diagnóstico realizado teve como princípio norteador a definição adotada por Rosana Nascimento:

Um diagnóstico de gestão do acervo analisa a metodologia de trabalho adotada em um museu no que diz respeito aos instrumentos de preservação das informações e a checagem dos objetos para desvendar a realidade existente nos instrumentos documentais, permitindo levantar elementos relevantes para a sua avaliação. O diagnóstico também permite a conferência através da checagem feita a cada objeto registrado pela Instituição.⁹⁰

O diagnóstico desenvolvido realizou um levantamento da situação documental do acervo, buscando compreender como era feita a gestão de acervo e documentação museológica no MHSC, com a seguinte pergunta em mente: os objetos que foram emprestados via comodato já haviam passado por alguma forma de documentação?

3.1 GESTÃO DE ACERVO NOS PRIMEIROS ANOS DO MHSC

O governador Antônio Carlos Konder Reis deu o primeiro passo em direção à criação e **gestão** de uma instituição museológica, ao

⁹⁰ NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **Plano Museológico** – Encaminhamento dos documentos originais dos trabalhos da primeira fase do Plano Museológico. MASC. Prisma cultural, 2010, p. 1.

designar um Grupo de Trabalho que elaborasse a proposta para a criação do museu. A proposta (**projeto**) foi apresentada sob a forma do “Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina”.⁹¹ Os membros do GT também demonstravam conhecer os demais elementos necessários à criação e à gestão: em suas “sugestões e recomendações” sugeriram o **ato de sua criação** por meio de “Aprovação de **lei** criando o Museu Histórico de Santa Catarina”⁹² e, como já apresentado, teceram recomendações quanto ao espaço físico destinado ao museu. Anexos ao Relatório Final, apresentaram um “Pré-Projeto de **Regimento** Para o Museu Histórico de Santa Catarina”⁹³ e um “**Organograma**”⁹⁴ (figura 5):

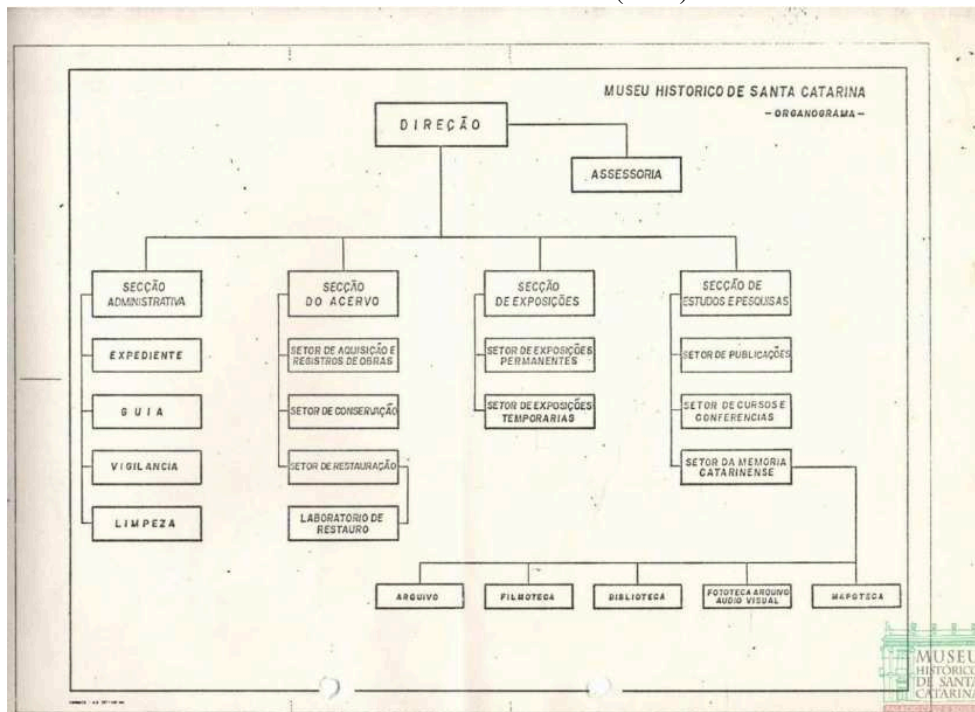
⁹¹ Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., Anexo E, p. 355.

⁹² Ibid., p. 365. Grifo nosso.

⁹³ Ibid., p. 375-377. Grifo nosso.

⁹⁴ Ibid., p. 378. Grifo nosso.

Figura 5 – Organograma anexo ao Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977).



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, p. 378.

Em suas “Sugestões e Recomendações”, os membros do GT apontavam como medida em curto prazo o “preenchimento do cargo do Diretor do Museu, com atribuições necessárias à sua instalação.”⁹⁵ E, no “Pré-Projeto Regimento Para o Museu Histórico de Santa Catarina”⁹⁶, em acordo com a estrutura apresentada pelo organograma, caberia à Direção:

Art. 3º - À Direção compete:

I – Orientar, comandar e controlar as atividades comedidas às secções que integram o órgão [sic];

II – **Aceitar doações**;

III – Responsabilizar-se pelo acervo do Museu;

IV – Promover intercâmbio com as instituições congêneres;

V – Apresentar, anualmente, relatório sobre as atividades do Museu ao órgão [sic] superior hierárquico;

§ Único – A Direção será assistida por uma assessoria que a auxiliará nas questões técnicas de História e Museologia.⁹⁷

Portanto, além das funções mais amplas de gestão da instituição museológica, a responsabilidade pelo acervo e a atividade de “**aceitar doações**” foram atribuídas nos documentos formulados pelo GT, à Direção. Para as demais atividades de gestão de acervo, os membros do GT apontavam para a necessidade de orientação especializada por profissional do campo da Museologia. A recomendação para que houvesse a capacitação técnica da futura equipe do MHSC por profissionais do campo da Museologia era, em partes, resultado da tentativa frustrada dos membros do GT em tomar bens de valor histórico:

A seleção de peças para a formação de um acervo inicial é tarefa que se deva atribuir a elemento técnico, de modo que a Instituição nasça em bases cientificamente sólidas, sem expedientes improvisados ou por orientação leiga que prejudique o seu futuro.

⁹⁵ Ibid., p. 365.

⁹⁶ Ibid., p. 375-377.

⁹⁷ Ibid., p. 375. Grifo nosso.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, possui [sic] um setor de museologia que, em convênio, poderia destinar um técnico – para **orientação na formação deste acervo** e, através de curso de pequena duração treinar pessoal local, para o desempenho [sic] das atividades no Museu.

[...] Para levantamento de material, o grupo de trabalho elaborou questionário visando o tombamento de bens de valor histórico, mas a falta de pessoal para dedicar-se a esta tarefa, tornou incompleta a sua aplicação.

Foi possível, entretanto, **registrar peças**, conforme as fichas que estão junto, aos anexos, deste Relatório.⁹⁸

As “Fichas de tombamento de bens de valor histórico” serão retomadas mais adiante, na seção sobre os instrumentos de registro de acervo (documentação museológica).

Nas “Sugestões e Recomendações” do Relatório, os membros do GT indicavam de forma mais direta e em curto prazo, a necessidade de um museólogo para orientar a atividade de formação inicial do acervo:

1.4 – Estabelecer convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visando o envio de um museólogo para orientar na formação inicial do acervo em bases científicas e treinar pessoal especializado.⁹⁹

Interessante notar que a profissão de museólogo somente seria regulamentada alguns anos depois, pela Lei federal n.º 7.287 de 18 de dezembro de 1984.

Além do IPHAN, apontavam o Curso de Museologia do MHN e os próprios técnicos daquele museu para que fosse buscada capacitação técnica na área. Aqui retornamos à percepção do MHN como “matriz intelectual” do MHSC, não somente em termos conceituais, mas também como referência para os procedimentos técnicos:

Igual cooperação poderá ser buscada no Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional e, neste

⁹⁸ Ibid. p. 364. Grifo nosso.

⁹⁹ Ibid., p. 365.

próprio Museu, com a utilização de pessoal técnico e de realização de atividades de especialização de processos e técnicas de caráter [sic] museológico.¹⁰⁰

De fato, antes mesmo da criação do MHSC, a educadora Jessy Cherem Stocco (? – 2014) fora nomeada para ocupar o cargo de Diretora. Enviada pela Secretaria de Educação e Cultura de SC, realizou um estágio entre 1º e 10 de outubro de 1977 no MHN e no Museu da República¹⁰¹, no Rio de Janeiro, a fim de visitar as dependências de ambas as instituições e receber orientações administrativas e técnicas para a instalação do MHSC.¹⁰² Destinado ao ensino da disciplina de Técnica de Museus, o livro clássico de Gustavo Barroso, “**Introdução à Técnica de Museus**”, publicada em 1946, trata de questões técnicas e de organização do museu. Entre os itens de organização estão: o ato de criação; o regulamento ou estatutos (regimento), no qual “o Capítulo Primeiro ocupar-se-á da especificação dos serviços de natureza administrativa” (instituição mantenedora, finalidades do museu, quadro de funcionários, normas de funcionamento, relações com outras instituições, publicações); “o Capítulo Segundo, dos de natureza técnica” (“modos de aquisição dos objetos: compras, legados, ofertas,

¹⁰⁰ Ibid., p. 364.

¹⁰¹ Nas fontes consultadas, encontramos a referência ao Museu da República apenas nesse relatório de Jessy Cherem Stocco. No entanto, a historiadora Janice Gonçalves, em sua arguição na banca de defesa do presente TCC, argumentou que poderíamos ter pensado em termos de uma “dupla matriz intelectual” no projeto do MHSC. O seu argumento leva em conta a trajetória dos membros do GT para a implantação do MHSC, sua ligação com outras instituições como o IHGSC, suas publicações e o catálogo da primeira exposição do MHSC. Considerando esses aspectos, ela apontou que havia uma influência dos ideais republicanos e do Museu da República sobre os membros do GT, notadamente Jali Meirinho. Compreendemos a pertinência do argumento de Janice Gonçalves, de maneira que essa sugestão de analisar as relações entre o Museu da República e o projeto para o MHSC abrem novas frentes de investigação, para além deste TCC.

¹⁰² STOCO, Jessy Cherem. **Relatório e Relatório Final das atividades do Museu Histórico de Santa Catarina em 1977** – 07 fls. Secretaria de Educação e Cultura. Unidade Operacional de Assuntos Culturais. Sub-Unidade de Ciências. MHSC, s/d. Acervo Arquivístico do MHSC. Pasta Relatório Final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

achados e permutas”, documentação dos objetos, departamentos ou seções) e “o Capítulo Terceiro, dos de natureza geral”.¹⁰³

No que diz respeito à aquisição de acervo, de acordo com o Organograma e o Pré-Projeto de Regimento elaborados pelo GT, a “Secção do Acervo” seria composta, entre outros setores, pelo:

Setor de Aquisição e Registro de Obras, com a finalidade de localizar as peças necessárias ao acervo do Museu, bem como todo o processo de aquisição e registro museográfico dos mesmos.¹⁰⁴

As primeiras indicações de objetos a serem adquiridos para o MHSC foram dadas pelos membros do GT, em suas “Sugestões e Recomendações”, em curto prazo:

1.5 – Promover o tombamento de mobiliário, peças e documentos, espalhados em próprios do Estado e que por sua significação histórica devem estar no Museu Histórico.

1.6 – Estabelecer contatos com a Prefeitura Municipal de Florianópolis para que, através de convênio ou não, ela **transfira** para o Museu Histórico, as peças que pertenceram [sic] Gustavo Richard e a ela doadas pelos familiares do ex-governador.

1.7 – Promover atividades visando atrair a confiança de possíveis **doadores** de peças para o acervo.¹⁰⁵

Em médio prazo, sugeriam a realização de “Contatos com Museus do Estado ou do País visando **permuta** de peças que possam interessar à História Política de Santa Catarina.”¹⁰⁶

As atividades descritas até aqui, envolvendo os objetos (potencialmente) museológicos, estão abarcadas na área do conhecimento denominada na museologia de **gestão de acervo**. Na bibliografia especializada:

¹⁰³ BARROSO, op. cit., p. 22-27.

¹⁰⁴ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, p. 376. Grifo nosso.

¹⁰⁵ Ibid., p. 365. Grifo nosso.

¹⁰⁶ Ibid., p. 366. Grifo nosso.

A gestão do acervo é o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções [sic], preocupando-se pelo seu bem estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se com a preservação e a utilização do acervo, e registro de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e propósito do museu.¹⁰⁷

Uma gestão de acervo eficaz requer uma **Política de Gestão do Acervo**: documento que “serve como guia prático para o pessoal do museu e como documento público que explica como o museu assume a responsabilidade pelo acervo ao seu cuidado.” Por meio da Política de Gestão de Acervo, portanto, a instituição museológica define as normas para as tomadas de decisão em relação à **aquisição, preservação, utilização do acervo**¹⁰⁸, bem como seu eventual **descarte**.

Na implantação e nos primeiros anos do MHSC é possível que não houvesse essa clareza conceitual, estabelecida nos documentos internacionais, na legislação brasileira e na bibliografia especializada atual, a respeito da Política de Gestão de Acervo. No âmbito internacional, por exemplo, o “Código de Ética para Museus”, tido como “a pedra angular do ICOM”, documento “que estipula padrões mínimos para a prática profissional e atuação dos museus e seu pessoal”¹⁰⁹, teve a sua primeira versão aprovada na 15ª Assembleia Geral do ICOM em Buenos Aires, Argentina, somente em 1986.¹¹⁰ O texto passou por algumas atualizações em assembleias posteriores e

¹⁰⁷ LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004, p. 17.

¹⁰⁸ Ibid., p. 18. Grifo nosso.

¹⁰⁹ ICOM. **Código de Ética**. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=30>. Acesso em: 09 ago. 2017.

¹¹⁰ ICOM. Code Of Professional Ethics (1986). In: **Ethics Codes Collection**. Illinois Institute of Technology. Disponível em: <<http://ethics.iit.edu/ecodes/node/3805>>. Acesso em: 17 ago. 2017. A partir de atualizações em 2001, passa a ser denominado “Code of Ethics for Museums” (Código de Ética para Museus).

permanece sendo a diretriz internacional em vigor; nele, há seção específica para tratar da Política de acervos.¹¹¹

No entanto, no momento de implantação do MHSC nos anos 1970, o documento vigente – anterior ao “Código de Ética para Museus” –, era o denominado “**Ética de Aquisição**”¹¹² aprovado por um grupo de especialistas do ICOM em Paris, em 1970. Embora a preocupação central do documento fosse a preservação das coleções por meio do combate ao tráfico internacional de bens, é possível deduzir de suas recomendações a questão de legitimidade das coleções; a garantia do retorno dos objetos aos seus museus de origem e a necessária ética profissional dos encarregados pelas aquisições em museus. Especificamente a respeito das aquisições, há ênfase no princípio de que, independente da sua natureza, nenhum objeto deveria ser adquirido sem que estivesse com sua documentação completa.

Para a implantação e anos iniciais do MHSC não foi localizado um documento que corresponda à política de gestão de acervo propriamente dita. No entanto, no Relatório para sua implantação, há sugestões dos meios pelos quais seu acervo poderia ser formado, conforme os trechos supracitados: por **doação, transferência, permuta**. Além dessas opções, anexas ao Relatório Final do GT, as fichas de “Tombamento dos bens de valor histórico” possuem metadados¹¹³ para que fosse indicada a forma como o objeto descrito poderia ser destinado ao MHSC, se por: **doação; permuta; empréstimo; venda; exposição temporária**. A previsão de um **Setor de Aquisição e Registro de Obras** na Seção de Acervo, no Organograma, demonstra que apesar de não haver uma política formalizada, as atividades de aquisição e registro

¹¹¹ ICOM-BR. **Código de Ética lusófono 2009**. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

¹¹² ICOM. Ethics of Acquisition (1970). In: **Ethics Codes Collection**. Illinois Institute of Technology. Disponível em: <<http://ethics.iit.edu/ecodes/node/3804>>. Acesso em: 17 ago. 2017. Para a versão em português, consultar: CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu: Aquisição-Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986, p. 35-38.

¹¹³ “Metadados são dados que fazem referência a outros dados, ou seja, são elementos que permitem a descrição das informações sobre forma e conteúdo de uma fonte de informação”. SCHEMES, Elisa Freitas; PADILHA, Renata. Cardozo. Caminhos para a documentação museológica de acervo fotográfico digital. In: **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, p. 41-59, 2015, p. 43.

estavam previstas. É em sua Política de Gestão de Acervo, por exemplo, que a instituição museológica deve definir se realizará empréstimo de seu acervo, caso estudado no terceiro capítulo deste trabalho, em que o empréstimo de acervo foi viabilizado via Contrato de Comodato.

Quanto à formação do acervo do MHSC, ainda há a necessidade de pesquisas mais profundas que caracterizem quais objetos foram doados ao MHSC quando ainda estava instalado no prédio da antiga Alfândega e quais objetos do Palácio foram incorporados ao acervo na transferência do museu para esta sede. É possível presumir, no entanto, por meio de relatórios de atividades, a incorporação de alguns objetos em decorrência dos levantamentos realizados pelos membros do GT e pela Diretoria do museu. Por exemplo, a transferência de peças e documentos que pertenceram ao ex-governador Gustavo Richard, e estavam sob a guarda da Prefeitura Municipal de Florianópolis, como o lustre de cristal, talha de madeira para fixação do lustre no teto, acompanhados da primeira lâmpada acesa em Florianópolis¹¹⁴ estão presentes ainda hoje no MHSC.

Presente no relatório de 1978, não se pode deixar de pontuar a informação de que a “museóloga Dra. Fernanda Camargo de Almeida Moro” esteve de 10 a 12 de setembro daquele ano em visita ao MHSC, “para orientações e informes técnicos” ao museu, naquele momento instalado no prédio da antiga Alfândega. De seu extenso currículo e intensa atuação na Museologia, destacamos que Fernanda de Camargo-Moro (1933-2016) era egressa do Curso de Museus do MHN (1956), onde atuou brevemente como docente de Arqueologia (Faculdade de Museologia – MHN em 1968, 1970-1971). Foi presidente do Comitê Brasileiro do ICOM (ICOM-BR), de 1977-1978¹¹⁵. De sua produção intelectual, destacamos a obra de grande repercussão no campo da museologia, fundamental para o presente trabalho, intitulado “**Museu: Aquisição-Documentação**”, publicado em 1986. Essa publicação dialoga com extensa produção das décadas de 1960 a 1980, no âmbito internacional, a respeito dos museus e procedimentos adotados o trato de suas coleções. Seu livro é um empreendimento de síntese, em língua portuguesa, das referências internacionais ligadas ao Centro de

¹¹⁴ STOCCO, Jessy Cherem. **Relatório Final das atividades do Museu Histórico de Santa Catarina em 1977**, 29 dez. 1977, 14 fls. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

¹¹⁵ SÁ; SIQUEIRA, op. cit., p. 124-125, 128.

Documentação UNESCO-ICOM¹¹⁶, como Yvonne Oddon, Georges Henri Rivière, Paulette Olcina, entre outros:

[...] o Centro de Documentação UNESCO-ICOM era a instância responsável por reunir e disponibilizar dados sobre os museus ao redor do mundo, realizar cursos de capacitação de profissionais sobre Museologia e padronização no registro das coleções. Para complementar a parceria, a secretaria do CIDOC foi exercida durante longo período por profissionais oriundos do Centro de Documentação – cargo que, por conta disso, também foi ocupado por Yvonne Oddon.¹¹⁷

Como resultado do esforço de “atividades destinadas à criação de modelos padronizados de fichas catalográficas e legendas para identificação de objetos”, nos anos 1960, Yvonne Oddon criou o modelo de ficha classificatória polivalente. “Para os brasileiros, parte da estrutura dessa ficha está disponível” na publicação de Fernanda de Camargo-Moro, de 1986.¹¹⁸ Pelo seu esforço de compilação, esta obra ainda é uma das principais referências em português quando se trata de aquisição e documentação de objetos museológicos.

Em relação às suas orientações ao MHSC, ficou registrada apenas uma parte transcrita de seu relatório de “Informe Técnico”, no item que dizia respeito aos problemas com a iluminação no prédio¹¹⁹.

¹¹⁶ “Desde seus primeiros anos, o CIDOC [Comitê Internacional de Documentação] teve forte apoio no Centro de Documentação UNESCO-ICOM que foi fundado e dirigido por Yvonne Oddon durante muitos anos”. OLCINA, Paulette. The Development and Coordination of Museum Documentation by International Agencies. In: LIGHT, Richard B.; ROBERTS, David Andrew; STEWART, Jennifer D. Museum Documentation Systems: developments and applications. London: Butterworths, 1986, p. 307-314. Apud CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus**: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). São Paulo: ICOM, 2014. 76 p. (Coleção gestão e documentação de acervos: Textos de referência), p.12.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ STOCO, Jessy Cherem. **Relatório das Atividades do Museu Histórico de Santa Catarina – 1978** – objetivos propostos para 1978. Florianópolis, 28 de

Infelizmente, não encontramos registros no acervo arquivístico do MHSC que testemunhassem orientações de Fernanda de Camargo-Moro para a aquisição e documentação museológica do MHSC, alvo de nossa investigação neste trabalho. Em sua obra citada, Fernanda de Camargo-Moro adverte: “para que um museu possa funcionar bem, atendendo a sua proposta como instituição é preciso que **a aquisição de seu acervo seja bem selecionada, além de sistematizada.**”¹²⁰

Além do registro da visita de Fernanda de Camargo-Moro, o relatório de 1978 menciona que foram realizadas doações de objetos de familiares de ex-governadores e do próprio governador Antônio Carlos Konder Reis.¹²¹ Em relatório de 1979, tem-se como realização o “cadastramento de todo o acervo do Museu Histórico de Santa Catarina, constante de 325 peças e documentos diversos.”¹²² Em relatório apresentado por Jessy Cherem no mesmo ano, consta que foram realizadas atividades de “cadastramento e documentação”. E em relação ao acervo: “foi adquirido por doações feitas por Ex-Governadores, ou seus familiares. O estado de conservação das peças é Bom, com excessão [sic] de uma Bandeira”. Para o ano seguinte, entre as “metas prioritárias” estavam a “coleta de material para diversificação das exposições do acervo e “prosseguimento de classificação e fichamento do acervo já existente.”¹²³

dezembro de 1978, 05 fls. **Relatório efetuado pela Comissão de instalação dos Museus de Arte e Histórico de Santa Catarina na reunião de 12 de outubro de 1978**, 03 fls. (sem assinaturas e informação de autoria). Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

¹²⁰ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 19.

¹²¹ STOCCO, Jessy Cherem. **Relatório das Atividades do Museu Histórico de Santa Catarina – 1978** – objetivos propostos para 1978, op. cit.

¹²² ESTADO DE SANTA CATARINA. **Atividades desenvolvidas pela Unidade de Ciências em 1979**. Acervo Arquivístico arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

¹²³ STOCCO, Jessy Cherem. **Relatório de Atividades Museu Histórico de Santa Catarina – 1979**. Programação – 1980. 05 fls. 26 dez. 1979. Acervo Arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

3.2 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: DIAGNÓSTICO DAS FORMAS DE REGISTRO DE BENS DE CARÁTER MUSEOLÓGICO

Esta seção traz uma parte do diagnóstico das formas de registro dos bens de caráter museológico encontradas no MHSC durante a realização de meu estágio obrigatório e em pesquisas posteriores na instituição para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Seguindo na mesma linha do que foi abordado na primeira seção deste capítulo, destacamos que “a documentação do acervo do museu é uma parte vital da gestão do acervo.”¹²⁴ Fernanda de Camargo-Moro elucida o importante vínculo entre a aquisição e a documentação: “o ponto básico imprescindível para todos os museus é a necessidade de organização fundamental dos acervos, principalmente a sistematização da aquisição e a boa documentação do que foi adquirido.”¹²⁵ No processo de musealização¹²⁶, o objeto museológico passa a ser compreendido como documento, como testemunho, portanto a organização e preservação das suas informações são essenciais nesse processo em que se interroga qual a relação entre as pessoas e os objetos. Em linhas gerais, a documentação museológica visa à preservação e recuperação das informações dos objetos, abrangendo as informações físicas (intrínsecas) e as trajetórias históricas e simbólicas (extrínsecas) dos objetos musealizados.

¹²⁴ LADKIN, op. cit., p. 21.

¹²⁵ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 19.

¹²⁶ Para Waldisa Rússio “o objeto da museologia é o fato ‘museal’ ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor –, e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir”. Dessa forma, podem-se “‘musealizar’ objetos que são vestígios, provas da existência do homem e seu ambiente, de seu meio natural ou modificado por ele próprio”. A fim de apreender a relação entre ser humano e objeto, a ação intencional e seletiva de preservar implica a musealização do objeto, ou seja, a sua retirada de seu circuito funcional e sua inserção num novo circuito em que é concebido como documento. Logo, no espaço museal, o objeto passa a ser “lido” (interpretado) como documento (vestígio, testemunho). BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, Marcelo. A interdisciplinaridade em Museologia. In: **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010, p. 123, 125.

Sílvia Nathaly Yassuda comenta a trajetória da documentação museológica ao longo do tempo:

[...] em um primeiro momento, o objetivo da documentação era o registro das coleções no sentido de posse e salvaguarda desses objetos, mais tarde inicia-se uma aproximação entre a documentação e a organização das coleções, hoje, além de englobar todas as funções anteriores, ela também está intimamente relacionada ao acesso e disseminação da informação visando à construção do conhecimento.¹²⁷

No mesmo sentido, a definição de documentação museológica de Helena D. Ferrez engloba as principais funções dos museus: a preservação (física e informacional) dos objetos, sua transformação em fontes de pesquisa e sua comunicação (difusão):

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.¹²⁸

Um sistema de informação e documentação museológica pressupõe ferramentas para a organização, registro e controle das informações dos objetos. Entre elas, podemos citar o Livro Tombo, o arrolamento, o inventário, o sistema de numeração e marcação nos objetos, a ficha de catalogação, as fichas (termos ou documentos)

¹²⁷ YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2009, p. 28.

¹²⁸ FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **CADERNOS de ensaios, nº 2**. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64.

auxiliares (termos de doação, empréstimo, permuta, de pesquisa, laudos técnicos) bem como um sistema de informatização de acervos.¹²⁹

Além do livro de Fernanda de Camargo-Moro, as décadas de 1970 e 1980 são marcadas no Brasil por ações voltadas à organização da informação¹³⁰ dos acervos museológicos, como a publicação do “Thesaurus para acervos museológicos”, de autoria de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini, em 1987. Iniciativa pioneira no Brasil, voltado à criação de vocabulário controlado, inicialmente elaborado para atender às necessidades do MHN, tomou proporções maiores e sua publicação foi viabilizada em parceria com a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos e o Núcleo de Editoração da Fundação Nacional Pró-Memória.¹³¹ No Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), estima-se que um sistema de computação eletrônica do acervo teve início em meados dos anos 1970¹³², culminando duas décadas mais tarde na implantação do Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA/Donato), no qual Helena Dodd Ferrez também colaborou.

No MHSC, no entanto, o diagnóstico da documentação permite vislumbrar que as iniciativas de organização da informação estão distantes do ideal e são resultado de muitas tentativas de realizar a documentação do acervo museológico, em diferentes momentos da trajetória do museu. Às vezes equivocadas – quiçá bem intencionadas –, com listagens fragmentárias, desatualizadas, isoladas, parciais (como somente das fotografias ou somente das pinturas), que não cobrem todo o acervo hoje presente na instituição. No fundo, são vestígios de

¹²⁹ PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos; v. 2.).

¹³⁰ “A organização da informação (...) visa dar acesso ao conhecimento que está inserido na informação, por isso é necessário realizar a descrição física e de conteúdo dos objetos/documentos que resulta na representação da informação.” BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: *Enancib*, São Paulo, 2008. Anais...São Paulo: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, p. 1-14. Apud SCHEMES; PADILHA, op. cit., p. 43.

¹³¹ FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. 1º volume. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

¹³² ROCHA, Cláudia Regina Alves da. **Da Pinacoteca ao Museu: historicizando processos museológicos**. 138f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2014, p. 62-63.

tentativas de trabalho em um contexto precário de formação de profissionais de museus em Santa Catarina.

Da mesma forma que não foi encontrada uma Política de Gestão de Acervo formalizada para o MHSC em seus anos iniciais, também não foi localizado até o momento um Sistema de Informação e Documentação Museológica aplicado a todo o acervo do MHSC. Portanto, o que será exposto na sequência é um diagnóstico das práticas de documentação, ou seja, o resultado da análise de cada documentação/conjunto de documentação encontrados, confrontando sua forma e conteúdo com as normas estabelecidas pela bibliografia especializada da documentação museológica.

3.2.1 Fichas de “Tombamento de bens de valor histórico”

Essas fichas, como já mencionado, originalmente constavam como anexos do Relatório Final elaborado pelo GT visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Foram preenchidas e anexas ao relatório 17 fichas como estas, sendo que duas continham objetos relacionados a Antonio Carlos Konder Reis, embora não conste como sendo ele o possuidor à época e, sim, órgãos do estado, como na ficha a seguir (figura 6):

Figura 6 – Ficha de Tombamento de bens de valor histórico

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO GOVERNO
Grupo de Trabalho para a implantação do
Museu Histórico de Santa Catarina

TOBAMENTO DE BENS DE VALOR HISTÓRICO

FOLHA Nº DO DOCUMENTO

Carta e foto do senhor Ralph Brincoe, Governador do Estado do Texas, ao Governador Antonio Carlos Konder Reis, apresentando a representante do programa "Youth for Understanding" na qualidade de "embaixador" do bicentenário dos Estados Unidos da América.

(Informar, no espaço acima, o seu valor histórico e atual estado de conservação)

PERTENCER A Governo do Estado

ATUAL POSSUIDOR Coordenação de Assuntos Culturais

Residente à rua _____ nº _____ Fone _____

Cidade _____

Pode anexar foto do objeto? _____

Pode ser fotografado? sim

Esta peça, ou documento, poderá ser destinada ao Museu Histórico de Santa Catarina, por:

Doação () Permissão () Empréstimo () Venda ()

Exposição Temporária ()

Informação prestada em, _____ (data)

COORDENADOR DO TOMBAMENTO

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA

Fonte: Relatório Final do Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit., Anexo E, p.381.

Em ofício anexo ao relatório de atividade do ano de 1977, a Diretora do MHSC, Jessy Cherem Stocco esclarece a função de tais fichas:

Esta ficha, destina-se ao tombamento de bens de valor histórico e poderá ser destinada a familiares de personagens ligadas à vida política do nosso Estado.

Ressaltamos que, este passo inicial, destina-se, a tombamento de peças, independente de compromisso de aquisição de nossa parte; doação empréstimo ou venda por parte dos proprietários.¹³³

Diante das práticas atuais no campo da Museologia, soa paradoxal que os bens fossem tombados, mas não necessariamente incorporados ao acervo do MHSC. Alguns objetos possuem pequenos dossiês, anexos às fichas de catalogação (ver **3.2.5 Fichas de “Inventário do Acervo” e outras**) e entre essa documentação há a sua ficha de “Tombamento de bens de valor histórico”, ou seja, observa-se que esses objetos que estavam nesse levantamento inicial e foram de fato adquiridos pelo MHSC.

3.2.2 Livro de Tombo

Do material de documentação encontrado no MHSC, o “Livro Tombo nº 01” (figuras 7-10) é possivelmente a primeira iniciativa de registro do acervo museológico orientado pela documentação museológica à época. No entanto, em contraposição às orientações de Camargo-Moro¹³⁴, observamos que o “Livro Tombo nº 01” não foi confeccionado de acordo com as normas técnicas: embora suas folhas sejam numeradas e rubricadas (apenas pela Diretora, faltando a do responsável pelo registro), não há glossário de preenchimento e foi utilizada caneta de cor azul em vez de preta.

Segue o Termo de Abertura (figura 8):

¹³³ STOCO, Jessy Cherem. . Of. Circular 01/77. In: **Relatório Final das atividades do Museu Histórico de Santa Catarina em 1977**, op. cit.

¹³⁴ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 47-48.

Livro Tombo

Contendo 200 páginas. Será reservado, exclusivamente para o registro do acervo do Museu Histórico de S/C.

[assinado e carimbado por Jessy Cherem - Diretora do Museu Histórico de Santa Catarina]

Abaixo do termo, há a seguinte inscrição a lápis:

Livro Tombo

Este livro com 200 folhas nº [sic] e publicados pelo Diretor do museu e pelo responsável técnico se destina ao registro do acervo do MHSC.

O Termo de Abertura, também foi redigido fora das normas técnicas: está assinado apenas pela Diretora, faltando a informação do responsável pelo registro e sua assinatura; não está datado; foi redigido em caneta azul em vez de preta. Por ser assinado pela Diretora do museu, Jessy Cherem, presume-se que esse Livro Tombo tenha sido elaborado entre 1977 e 1987, período em que o MHSC esteve sob sua gestão (04 de junho de 1977 a 1987).

O Livro possui uma inscrição na folha 26 que seria o equivalente ao Termo de Fechamento (figura 9):

Observação: O livro tombo passará p.^a o Arquivo Morto, uma vez que foi incorretamente rasurado; com o compromisso de decodificar o registro n'outro caderno. Jessy Cherem

Novamente, o Termo de Fechamento não possui os elementos mínimos, como o modelo a seguir, fornecido por Camargo-Moro¹³⁵:

Este Livro de Tombo, contendo folhas, numeradas, destinou-se ao registro do Museu X. Suas folhas foram rubricadas pelo responsável pelo registro e pelo Diretor do Museu.

Data:

Assinaturas: _____

Responsável pelo registro

Diretor do Museu

¹³⁵ Ibid, p.48.

Há visivelmente um rascunho a lápis de uma tabela com os metadados/campos a serem preenchidos, ocupando as duas páginas. Contudo, as informações a caneta não ocupam a largura total da abertura do livro para o mesmo objeto. No rascunho a lápis observamos que o número de tombo dos objetos é o mesmo que encontramos nas fichas de “Inventário do Acervo”, sobre as quais explanaremos mais adiante. Nas informações a caneta, contudo, o tipo de numeração informada é outro. Supomos que as informações a lápis são uma iniciativa posterior de fazer um rascunho para um Livro de Tombo compatível com as normas técnicas. Entre os objetos foram registrados medalhas, insígnias, condecorações, quadros (pinturas), entre outros. O tombamento foi encerrado na folha 26, com número corrido de 106 “objetos”, no entanto esse número não é fidedigno à quantidade de objetos registrados, pois por exemplo sob um mesmo número registraram-se 5 medalhas (foram tomadas no “conjunto”). Equivocadamente foram registrados no mesmo livro tanto objetos de doação - portanto acervo permanente -, quanto objetos cuja forma de aquisição foi por empréstimo - logo, deveriam estar registrados em livro específico para empréstimos.

No Livro de Tombo, há 57 registros de objetos que pertenceram a Antônio Carlos Konder Reis. Destes, 41 são registros para “medalhas” (45 medalhas no total porque algumas foram registradas como conjunto e não individualmente); 13 registros para “peças” diversas (como escudo, machadinha, cinzeiro); 02 para “documentos” e 01 para “brasão”. Ainda que o número de 106 para o último objeto registrado não seja confiável, as doações de Antônio Carlos Konder Reis são bastante expressivas, no Livro Tombo.

Os metadados para preenchimento das informações dos objetos não são padronizados, muitas linhas são deixadas em branco, possibilitando acréscimo posterior de informações, o que compromete sua fidedignidade (figura 10). De acordo com Camargo-Moro¹³⁶ devem ser registrados como “atributos mínimos” no Livro de Tombo os itens a seguir, que fazemos um comparativo se há ou não no “Livro Tombo” do MSHC:

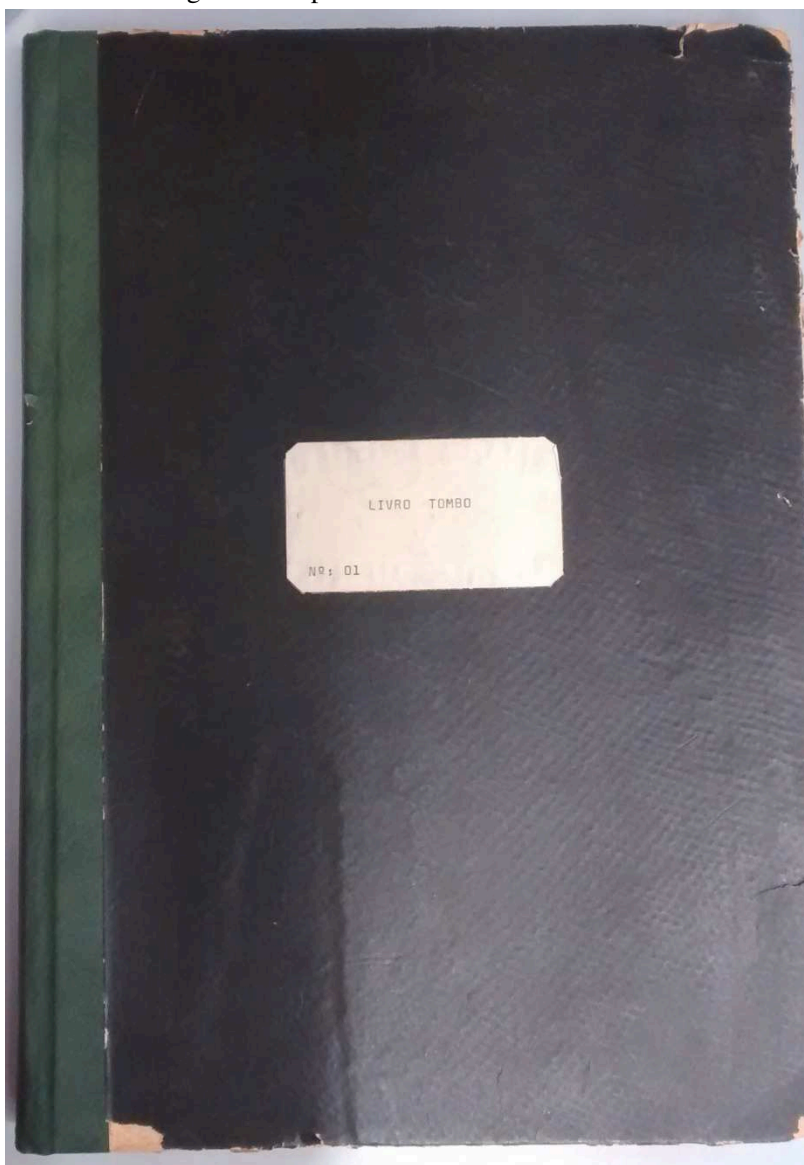
- **Número de registro da peça:** há, embora não tenha sido localizado o registro geral de bens com a essa numeração corrida;
- **Data de ingresso e/ou de aquisição definitiva:** não há
- **Nome do objeto:** há
- **Descrição sumária:** há
- **Classificação genérica:** não há

¹³⁶ Ibid, p. 45-46.

- **Forma de ingresso ou de aquisição:** alguns possuem, mas não há para todos;
- **Origem:** alguns possuem, mas não há para todos;
- **Procedência:** alguns possuem, mas não há para todos;
- **Histórico do objeto:** numa concepção ampla da trajetória do objeto, não há;
- **Observações:** não há como um item específico a ser preenchido.

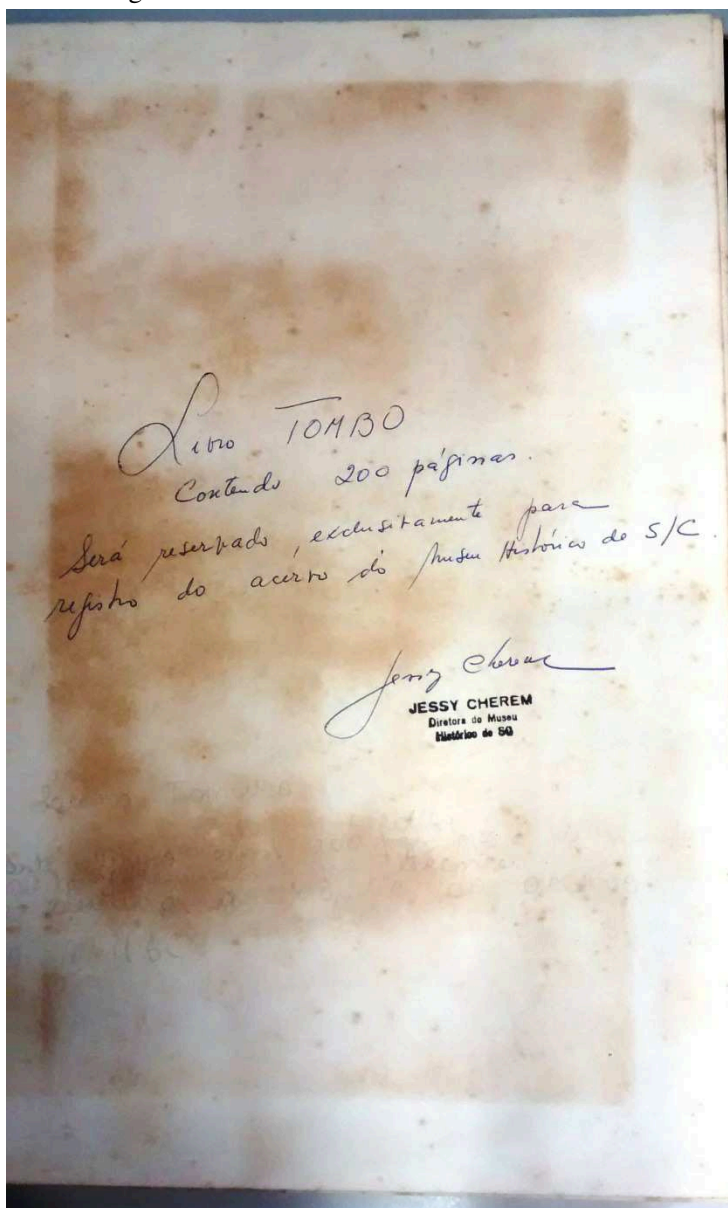
Na Biblioteca do MHSC, inclusive, encontramos o livro clássico de documentação de acervo museológico que estamos tomando como parâmetro: **Museu:** Aquisição-Documentação, de Fernanda de Camargo-Moro. O Carimbo da Biblioteca do MHSC indica que o livro foi adquirido por compra em 1987, no entanto, não encontramos no MHSC nenhum Livro de Tombo que siga as normas técnicas compiladas pela autora.

Figura 7 – capa do Livro Tombo do MHSC



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 8 – Termo de Abertura do Livro Tombo



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

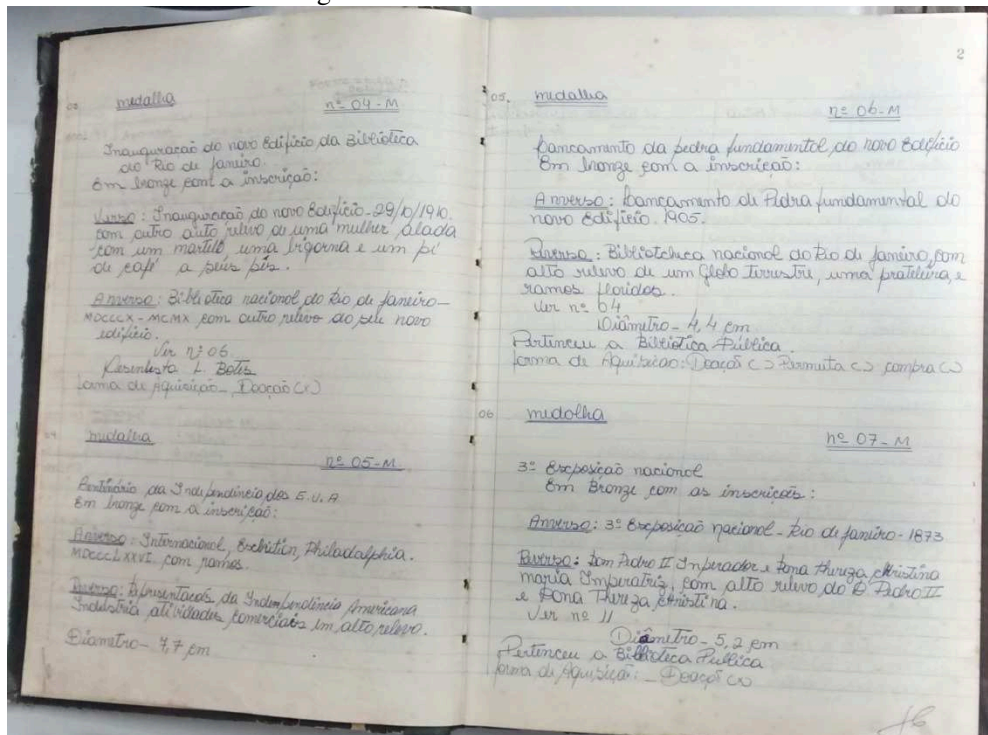
Figura 9 – Termo de Fechamento do Livro Tombo

deputados assinarem a primeira constituição do
Estado de Santa Catarina, em 11 de 1891.
Entendeu ao acervo da Assembleia Legislativa
como de Aquisição: Empréstimo.

Observação: O livro tombo passou para o Arquivo morto,
uma vez que foi incorretamente rasurado,
com o compromisso de decodificar o registro noutro caderno.
Joz. Chaves

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 10 – Interior do Livro Tombo



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

3.2.3 “Arrolamentos”

Encontramos mais de uma iniciativa de listar o acervo, arquivadas numa mesma pasta com a identificação “Listas de Arrolamentos”.

Há duas listagens que devido à forma e conteúdo provavelmente foram produzidas no mesmo contexto:

- “Acervo do Museu Histórico de Santa Catarina/Palácio Cruz e Sousa que se encontram emprestados ao Palácio do Governo”: em uma página lista majoritariamente quadros (pinturas) (figura 11);

- “Relação do Acervo do Palácio do Governo que deverá ser transferido para o Museu Histórico de Santa Catarina/Palácio Cruz e Sousa a fim de ser tombado”: lista em 17 folhas objetos das mesmas tipologias em sequência, iniciando pelos mobiliários. Curioso notar que, embora o título da lista indique o tombamento no tempo futuro, já apresenta o número de tombo dos objetos (figura 12).

Em ambas as listagens os objetos são brevemente descritos, mencionando inclusive o número de Tombo de alguns.

Uma outra listagem, com 33 folhas, lista os objetos por meio de sua distribuição nos espaços do prédio (setores), quantificando as unidades de um mesmo objeto, mencionando o “número plaqueta” de alguns (figura 13).

Um outro conjunto de listas traz informações diversificadas:

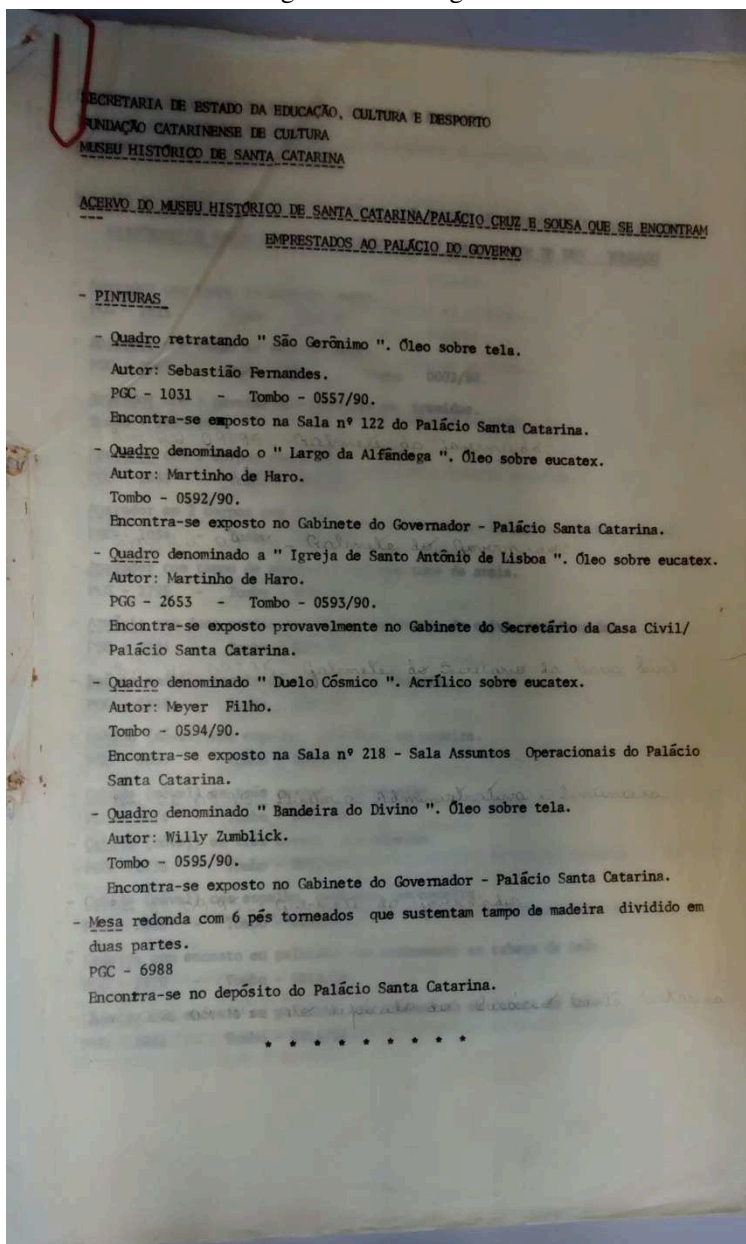
- uma relação dos acervos distribuídos em salas numeradas;

- uma relação das fichas com e sem “Inventário do Acervo com Registro da Casa Civil”;

- um “Relatório Inventário do Acervo no Museu Histórico de Santa Catarina - Palácio Cruz e Sousa”: que se refere mais às fichas de inventário do que aos objetos propriamente.

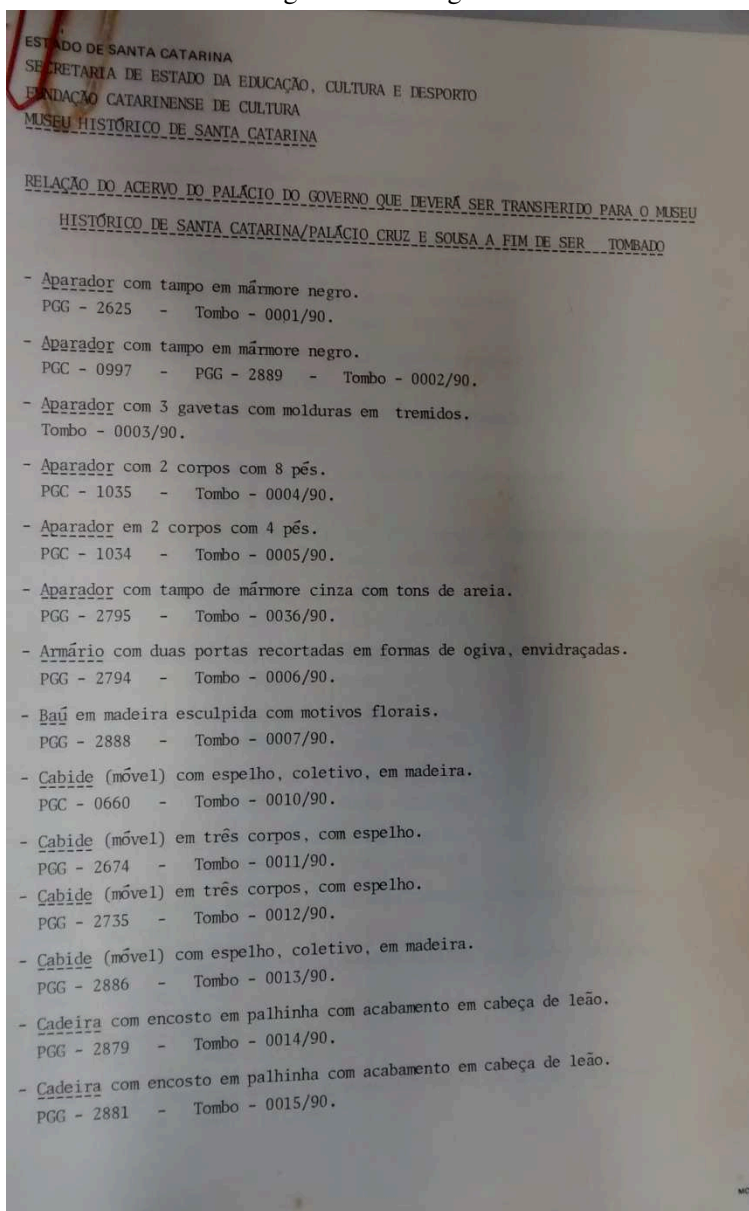
Essas diferentes listagens não cumprem o papel de arrolamento, pois não geram a quantificação total do acervo do museu, não estabelecem quando e por quem foram realizadas, entre tantas outras lacunas, que inviabilizam sua compreensão e confiabilidade enquanto documentação museológica. Obedecem a lógicas tão distintas (e não explicitadas) que se tornam instrumentos quase indecifráveis.

Figura 11 – Listagem



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 12 - Listagem



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 13 - Listagem

QUANTIDADE	SETUR; MUSEU HISTÓRICO/RAL DE ENTRADA	NÚMERO PLAQUETA
01	Escultura (busto)	
01	Escultura (busto)	
01	Escultura (estatueta)	
01	Escultura (estatueta)	
01	Lustre	

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 14 – Listagem Pinturas

Nº DE SERIE	MEDIDAS LARGURA x ALTURA	Tipo de Tela e Suporte	ASSUNTO	TÍTULO DO QUADRO	REGISTRO Nº e Data	ANO	ESTADO de CONSERVAÇÃO	AUTOR	USO PREVISTO	LOCAL FILM	NOTAS DE INTERESSE
✓ 1	234 x 129	Óleo sobre tela	MEMÓRIAS DA FAMÍLIA DE J. M. VELLO	ANITA GABRIELI	018/18 1921	1921	REGULAR	DAKIR PARRERAS	COM	2.º andar REST.	COM REST.
✓ 2	234 x 129	Óleo sobre tela	MEMÓRIAS DA FAMÍLIA DE J. M. VELLO	DIAS VELLO	019/19 1921	1921	REGULAR	DAKIR PARRERAS	COM	2.º andar REST.	COM REST.
✓ 3	134 x 111	Óleo sobre tela	Retrato de GUERRA	JAVIER SEPULVEDA MURER	021/21 1921	1921	REGULAR	GUTHMAN BILHO	COM	2.º andar REST.	COM REST.
✓ 4	134 x 111	" "	" "	HERNANDO PEDRO DA LUZ	022/21 1921	1921	REGULAR	GUTHMAN BILHO	COM	" "	COM REST.
✓ 5	" "	" "	" "	FELIPE SCHMIDT	023/21 1921	1921	" "	" "	COM	" "	" "
✓ 6	" "	" "	" "	GUSTAVO RICHARD	004/4 1919	" "	" "	" "	COM	" "	" "
✓ 7	" "	" "	" "	VIRAL JOSE DE OLIVEIRA RAMOS	005/5 1919	" "	" "	" "	COM	" "	" "
✓ 8	" "	" "	" "	ANTONIO PEREIRA BRAGA E OLIVEIRA	006/6 1919	" "	BOM	MARTINHO DE HARO	COM (um)	" "	SEM REST.
✓ 9	" "	" "	" "	ADOLFO MONDOR	007/7 1920	1920	BOM	" "	COM	" "	" "
✓ 10	" "	" "	" "	FULVIO CARLOS ADOLFO	008/8 1921	1921	REGULAR	" "	COM	" "	" "
✓ 11	" "	" "	" "	NEREU DE OLIVEIRA RAMOS	009/9 1940	1940	" "	" "	COM	" "	COM REST.
✓ 12	" "	" "	" "	ADOLFO RAMOS DA SILVA	010/10 1949	1949	BOM	" "	" "	" "	SEM REST.
✓ 13	" "	" "	" "	IR. HENRI BERNHARDT	011/11 1950	1950	REGULAR	MARTINHO FILHO	" "	" "	" "
✓ 14	" "	" "	" "	JOSE LACERDA	012/12 1958	1958	" "	JOSE MAGALHÃES	" "	" "	COM REST.
✓ 15	" "	" "	" "	HERNANDO HULST	013/13 1960	1960	BOM	MARTINHO FILHO	" "	" "	SEM REST.
✓ 16	" "	" "	" "	CESSO RAMOS	014/14 1966	1966	BOM	MARTINHO DE HARO	" "	" "	" "
✓ 17	" "	" "	" "	IVO SILVEIRA	015/15 1969	1969	" "	MARTINHO DE HARO	COM	" "	" "
✓ 18	" "	" "	" "	COLOMBO MILHAO SACCIS	016/16 1974	1974	" "	CAMAROVA	COM	" "	" "

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Para as pinturas e fotografias, há uma pasta também identificada como “Arrolamentos”. Em seu interior há duas listagens, ambas de 12 de maio de 1987, período em que a Cientista Social Sônia Malheiros Miguel foi gestora do MHSC (21/04/1987-1990). A primeira lista os “Quadros e Peças do Palácio Cruz e Souza”: cita os quadros e retratos, incluindo alguns que estão desaparecidos atualmente. Além de datadas, as folhas estão rubricadas. A segunda, “Quadros do acervo do Museu Histórico”, lista quadros e retratos, incluindo as 10 reproduções em papel desaparecidas do artista E. Martino. Além de datadas estão assinadas por “Luiz” (figura 14).

Ainda nessa pasta de arrolamentos, há duas listas de 10/05/2011, com as folhas assinadas por Márcia Valéria referentes às fotografias: uma com o título “Identificação de documento fotográfico”. A segunda lista possui os metadados: Número de registro na foto; tamanho; colorido/preto e branco; observação. O período de confecção dessas listagens corresponde ao da primeira gestão da Administradora Vanessa Borovsky no MHSC.

3.2.4 “Tombamento das Peças”

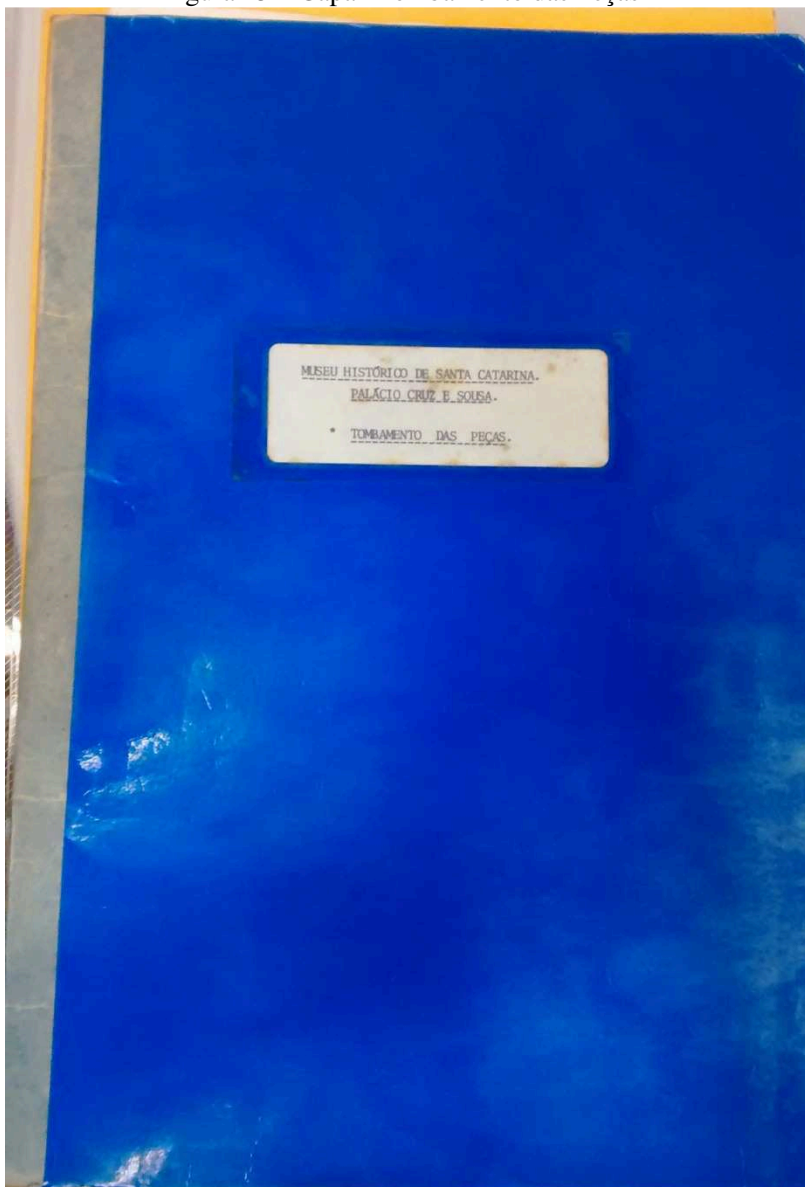
Numa pasta azul, sob o título “Museu Histórico de Santa Catarina. Palácio Cruz e Sousa. Tombamento das Peças” há uma listagem, fixa à pasta, intitulada “tombamento das peças”: consiste numa lista com numeração sequencial de tombamento e nome dos objetos. Essa listagem mais se aproxima de um arrolamento simplificado. Para que fosse considerado de fato um instrumento de tombo, deveria estar confeccionado dentro das normas propostas por Camargo-Moro, como já especificamos anteriormente: consta de uma pasta simples em vez de livro ata (Figura 15), com folhas pautadas que podem ser facilmente desprendidas do grampo (Figura 16); sem folhas numeradas e rubricadas; sem termo de abertura e encerramento; sem glossário; sem tabela com os “atributos mínimos”¹³⁷ de registro de informação dos objetos; possui acréscimo de informações posteriores ao primeiro momento de registro; mescla numeração sequencial digitada com letra cursiva para o nome dos objetos, sendo os últimos da listagem totalmente preenchidos com letra manuscrita. A numeração adotada para o tombo das peças é numérica bipartida, em que o primeiro expressa o número de registro e o segundo o ano: 001/1990. Os

¹³⁷ Ibid, p. 45-46.

registros iniciam no ano de 1990, tendo continuidade nos anos seguintes, sendo 1996 o último ano em que há registros.¹³⁸ Observamos que não há registro dos desdobramentos, apenas das peças como um todo. No total, foram tombados 1.050 objetos, entre eles: mobiliários, objetos de decoração, troféus, fotografias, álbuns, insígnias, placas, bandeiras, desenhos documentos, pinturas, diplomas, certificados, material de propaganda eleitoral, lustres, medalhas, entre outros.

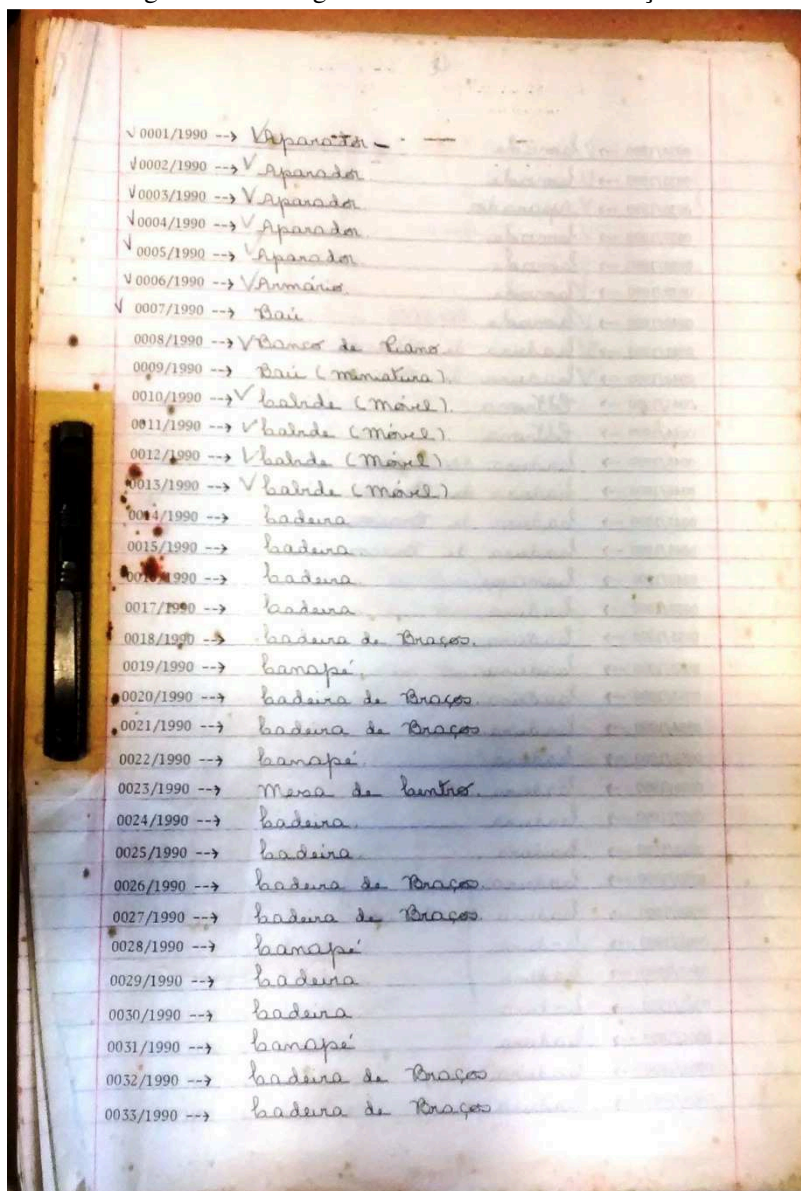
¹³⁸ Esse período abrange diferentes gestões no MHSC: Sônia Malheiros Miguel (21/04/1987-1990); José Alfredo Beirão Filho (1990-1992); Fernando Antônio da Silva Romero (01/10/1994-29/10/1994); Mary Elizabeth Benedet Garcia (07/03/1994-30/12/1998).

Figura 15 – Capa “Tombamento das Peças”



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 16 – Listagem de “Tombamento das Peças”



✓ 0001/1990	--> V Aparador
✓ 0002/1990	--> V Aparador
✓ 0003/1990	--> V Aparador
✓ 0004/1990	--> V Aparador
✓ 0005/1990	--> V Aparador
✓ 0006/1990	--> V Armário
✓ 0007/1990	--> Baú
0008/1990	--> V Banco de Cama
0009/1990	--> Baú (memória)
0010/1990	--> ✓ cadeira (Móvel)
0011/1990	--> ✓ cadeira (Móvel)
0012/1990	--> ✓ cadeira (Móvel)
0013/1990	--> ✓ cadeira (Móvel)
0014/1990	--> cadeira
0015/1990	--> cadeira
0016/1990	--> cadeira
0017/1990	--> cadeira
0018/1990	--> cadeira de Braços
0019/1990	--> banapei
0020/1990	--> cadeira de Braços
0021/1990	--> cadeira de Braços
0022/1990	--> banapei
0023/1990	--> Mesa de Centro
0024/1990	--> cadeira
0025/1990	--> cadeira
0026/1990	--> cadeira de Braços
0027/1990	--> cadeira de Braços
0028/1990	--> banapei
0029/1990	--> cadeira
0030/1990	--> cadeira
0031/1990	--> banapei
0032/1990	--> cadeira de Braços
0033/1990	--> cadeira de Braços

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

3.2.5 Fichas de “Inventário do Acervo” e outras

Em consonância com o instrumento acima de “Tombamento das Peças”, encontramos as fichas de “Inventário do Acervo” (figuras 17-18) e as etiquetas com a numeração de tombamento em alguns objetos. Essas fichas constituem a documentação museológica mais expressiva, tanto em quantidade quanto em qualidade das informações de cada objeto. Em meio a elas encontramos outras fichas que formam pequenos dossiês de cada objeto, elaboradas em outros momentos, como as de “Registro de Acervo”, “Tombamento de bens de valor histórico”¹³⁹, “Termos de Compromisso” (para empréstimos), “Ficha analítica de controle dos bens móveis de caráter permanente”¹⁴⁰, bem como fichas de conservação e restauro e de movimentação das obras pelo Atecor (“Registro de entrada de peça”, “Ficha de identificação”). Todos esses documentos explicitam a trajetória dos objetos a partir de sua entrada no museu. As lacunas maiores são em relação às informações anteriores à sua aquisição.

Essa documentação está arquivada em arquivo gaveteiro de metal galvanizado, em pastas suspensas de polipropileno, no Núcleo de Conservação e Restauro (NCR) no Setor Museológico do MHSC. A grande maioria das fichas possui uma fotocópia anexa à original. A organização prévia dessas fichas de acordo com as tipologias de objetos otimizou a consulta e informações obtidas¹⁴¹. Durante o estágio foram consultadas três pastas de fichas referentes ao mobiliário e oito pastas contando as fichas das pinturas (as fichas das pinturas estão mais dispersas que as demais tipologias. Para a presente pesquisa, foram consultadas também as pastas referentes às placas, bandejas, doações, diplomas e medalhas, em todas elas há diversos objetos doados por Antônio Carlos Konder Reis; neste caso, junto às fichas é comum

¹³⁹ As fichas que originalmente eram anexos do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

¹⁴⁰ Todas as fichas desse tipo que encontramos tinham a data de 02/10/1979. Seria preciso realizar mais pesquisas, mas esse dado inicial nos leva a pensar que muitos objetos, sobretudo os mobiliários, por possuírem essas fichas pertenciam ao MHSC antes da sua mudança para o Palácio Cruz e Souza. Essa constatação é curiosa, pois alguns objetos provêm do Gabinete do Governador, por exemplo, conforme anotação nas fichas. Ou a data nas fichas está equivocada ou muitos objetos do MHSC já pertenciam ao MHSC antes da mudança de sede para o Palácio.

¹⁴¹ A Conservadora Márcia Escorteganha (MHSC) e a estagiária Patrícia de Carvalho Fontana foram responsáveis pela organização desse material.

encontrar listagens de objetos doados por Antônio Carlos Konder Reis. As fichas de “Inventário do Acervo” das medalhas destoam das demais, por serem um modelo aparentemente mais antigo e com as informações dos objetos preenchidas manuscritas.

As fichas possuem 29 metadados para inserção de informações sobre cada objeto; espaço para foto do objeto e mais quatro metadados sobre o preenchimento da ficha. Contudo, na maioria das fichas, os metadados mais comumente preenchidos são: **01-Número/Ano (N.º Tombo); 02-Número Anterior/Ano; 03-Designação; 05-Espécie; 09-Marca/Inscrições/Legendas; 11-Condições de Segurança; 12-Material/Técnica; 13-Dimensões; 14-Descrição; 17-Proteção Legal; 18-Estado de Conservação; 28-Observações e 29-Localização no Museu.** Os demais demandam pesquisa e/ou informações que possivelmente não foram registradas na aquisição dos objetos, ou seja, em grande parte as informações que constam são as intrínsecas. Algumas fichas estão reunidas de acordo com os conjuntos de objetos nos espaços expositivos, como é o caso dos mobiliários.

Figura 17 – Anverso da ficha de “Inventário do Acervo”

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SEC. DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA		INVENTARIO DO ACERVO	
IDENTIDADE 01- Nº Registro Número/Ano 0078/90 03- Designação MOBILIÁRIO 05- Espécie MESA-SECRETÁRIA 07- Época 09- Marcas/Inscrições/Legendas		DADOS FÍSICOS E HISTÓRICOS 12- Material/Técnica MADEIRA. 13- Dimensões Altura: 95,5 cm. total. Largura: 0,89 cm. 0,14 cm. cerca. Comprimento: 1,395 m. Profundidade: Diâmetro: Fuso (Metal):	
FOTO 9x12		14- Descrição: - Mesa em madeira maciça com seis gavetas laterais e três gavetas na parte superior, com puxadores em metal. - Corpo da mesa ornamentado com almofadas, colunas e volutas. - A parte superior do tampo é contornada por um gradil em madeira.	
10- Documentação fotográfica/Localização Fotos nº: Folha de Contato nº: Negativo nº: Operador/Data:		15- Procedência : Pertenceu ao ex-interventor Aristiliano Ramos. 16- Modo de Aquisição/Data DOAÇÃO.	
11- Condições de Segurança Boa Razoável (X) Ruim		17- Proteção Legal Federal Estadual (X) Municipal Tomb. Individual Tomb. Conjunto Nenhuma	
18- Estado Conservação Excelente Bom Regular (X) Péssimo		18- Estado Conservação Excelente Bom Regular (X) Péssimo	

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Figura 18 – Reverso da ficha de “Inventário do Acervo”

19- Especificação do Estado de Conservação		
20- Restaurações	21- Restauradores	22- Data
23- Características Técnicas		
24- Características Estilísticas		
25- Características Iconográficas/Ornamentais		
26- Dados Históricos		
27- Referências Bibliográficas/Arquivísticas		
28- Observações: 0881-S/25 - D-023.		
29- Localização no Museu: encontra-se em exposição na "Galeria de Arte da Biblioteca da Câmara Municipal de Curitiba"		
Realizado por:	Data:	Revisor:
		Data:

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

Há dois tipos de ficha de “Inventário Do Acervo” para as pinturas: uma é preenchida manuscrita, a outra tem anverso e reverso e é preenchida datilografada.

As fichas de “Inventário do Acervo” analisadas dos mobiliários eram todas do mesmo modelo, datilografadas, em linguagem técnica e padrão, dando a impressão de que foram preenchidas pela mesma pessoa ou grupo de pessoas que adotaram em alguma medida um vocabulário controlado. Inclusive, em uma ficha o **Thesaurus para acervos museológicos** é citado para justificar a utilização do termo “mesa-secretária” em vez de “escrivanhinha”. Algumas fichas possuem informações manuscritas acrescentadas posteriormente, principalmente em relação à localização das peças no museu.

Os metadados da ficha contemplam o preenchimento de informações intrínsecas e extrínsecas. Caberá à equipe do museu um estudo para elaborar uma nova ficha e estabelecer quais metadados são pertinentes para registrar as informações dos objetos, dada a diversidade de tipologias no acervo. Camargo-Moro estabelece que a ficha deve abranger as seguintes áreas:

- Identificação da peça e sua localização no museu.
- História desta peça em função de sua participação no acervo do museu.
- História desta peça em função de sua criação ou descobrimento no tempo e no espaço.
- Descrição da peça quanto a sua característica física.
- Descrição da peça quanto a seu conteúdo, seu uso, sua classificação, sua tipologia e respectivo detalhamento.¹⁴²

Embora com muitos campos deixados em branco, são documentos muito úteis para a pesquisa. A leitura delas é fundamental para se ter uma noção do volume de objetos e tipologias.

¹⁴² CAMARGO-MORO, op. cit., p. 80.

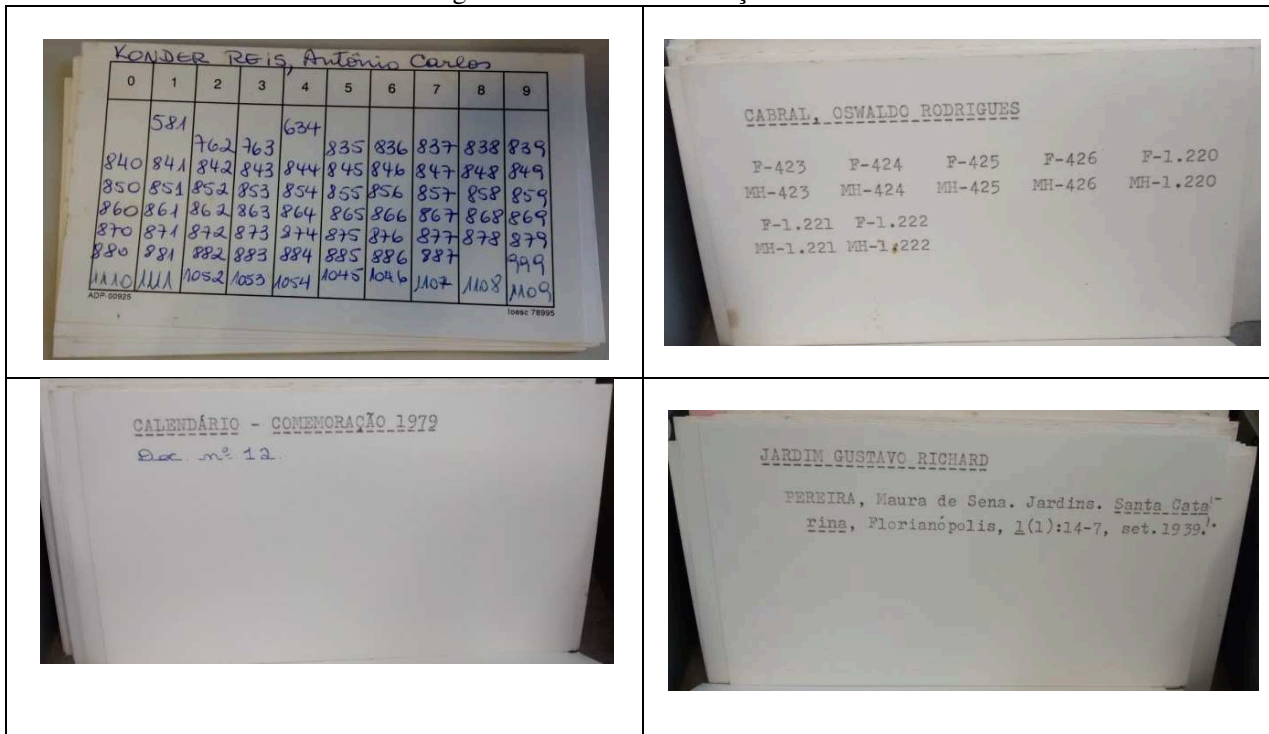
3.2.6 Listas de cabeçalho de assunto¹⁴³

Há dois fichários com índice A-Z, com as denominadas “listas de cabeçalho de assunto” (figura 19). Não encontramos no museu instruções sobre a lógica de indexação das informações nas fichas. Em suma, as listas de cabeçalho de assunto eram uma ferramenta de indexação utilizada na área da Biblioteconomia. No MHSC, há dois modelos distintos: o primeiro fichário que analisamos possui fichas confeccionadas pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), em cujas colunas são indexadas as fotografias. O segundo grupo, mais abrangente, abarca fichas datilografadas que além das fotografias do acervo, também indexam referências bibliográficas e documentos.

Não foi possível precisar em quais contextos de gestão do Museu esses instrumentos foram concebidos. No entanto, reconhece-se neles iniciativas de organizar as informações por assunto/palavra-chave (por exemplo: topônimos, antropônimos, instituições etc.) aos quais as fotografias, documentos e bibliografias do museu se referem.

¹⁴³ A nosso convite, a Museóloga Professora Renata Padilha nos visitou no dia 18 jan. 2017, dando-nos preciosas contribuições, entre elas o nome desse tipo de ficha que não sabíamos a origem e função.

Figura 19 – “Listas de cabeçalho de assunto”



Fonte: Acervo Arquivístico MHSC, 2017.

3.2.7 “Livro - Tombo das Fotos”

Trata-se de uma pasta catálogo com 43 folhas plásticas. Em seu interior, a primeira página é destinada ao Termo de Abertura e as 83 páginas restantes contêm as tabelas para preenchimento das informações das fotografias tombadas.¹⁴⁴ Seguindo as orientações de Camargo-Moro¹⁴⁵, observamos que o Livro de Tombo foi elaborado em desacordo com das normas técnicas: uma pasta catálogo em vez de um Livro Ata ou livro com lombada costurada, implicando a falta de segurança do instrumento, pois as folhas são facilmente substituíveis. Suas páginas não são numeradas; nem rubricadas pelo responsável pelo registro e pelo Diretor do museu; as páginas não ocupam a largura total da abertura do livro e não há glossário de preenchimento.

O Livro de Tombo possui Termo de Abertura, contudo o texto também foi redigido fora das normas técnicas: não está datado e assinado; foi redigido em caneta azul em vez de preta e não foi assinado. O Termo de Abertura indica que a Gestora do MHSC era a Arquiteta Andréa Marques Del Grande (10/02/199-31/12/2002). As datas de registro transcorreram entre os anos de 2000 e 2002, bem posteriores ao período em que foi realizado o Contrato de Comodato estudado neste trabalho.

Ainda em desconformidade às normas técnicas, o Livro não possui Termo de Fechamento. Dessa forma, não é possível saber se o tombamento deu conta de todas as fotografias do museu naquele momento ou se foi interrompido. No total, estão registradas 1.187 fotografias.

As páginas com as tabelas do tombo são padrão, impressas com o cabeçalho, sendo as informações de cada fotografia preenchidas posteriormente com caneta azul. Os metadados da tabela de tombo são: **Número de Registro; Data; Título; Doação; Data Foto; Observação.** De acordo com Camargo Moro¹⁴⁶ seria necessário constar outros “atributos mínimos” nesses campos (metadados), como por exemplo: “descrição (sumária)”; “classificação genérica”; “origem”; procedência e “histórico do objeto”.

Somando-se às questões apontadas, outro problema na confecção deste Livro de Tombo é que se destina apenas às fotografias, ou seja, visa a atender somente uma parte do acervo. Além disso, por meio do

¹⁴⁴ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, op. cit, 2016, p. 81.

¹⁴⁵ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 47-48.

¹⁴⁶ Ibid, p. 45-46.

metadado **Observações**, percebe-se que não há uma política de aquisição clara, uma vez que são tombadas tanto fotografias originais quanto reproduções de originais.

A estagiária de Museologia, Ana Flávia Delfino José realizou em seu estágio obrigatório (2014) o arrolamento da coleção fotográfica.¹⁴⁷ Por um lado, tal trabalho resultou numa melhor organização desse acervo, identificação de cópias e digitalização. Por outro lado, tomada apenas uma parcela de objetos, o arrolamento resulta em mais um instrumento parcial de controle, não dando conta do acervo museológico como um todo.

3.2.8 “Termo de Responsabilidade” - 2003

A lista de materiais elaborada em 03 de janeiro de 2003, denominada “Termo de Responsabilidade” e citada no Plano Museológico é representativa de um equívoco recorrente: a falta de entendimento que bem patrimonial da instituição e acervo museológico são noções distintas. O primeiro grupo diz respeito a objetos cotidianos, utilizados no desenvolvimento das atividades de uma instituição e comumente recebem identificação de patrimônio para controle institucional. O segundo grupo abrange objetos que passaram pelo processo de musealização, passando a ser preservados devido a seu caráter singular e/ou documental. Nessa mesma listagem estão “arrolados em conjunto bens de uso funcional e bens de natureza museológica”,¹⁴⁸. O termo foi solicitado pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Gabinete do Governador de Estado - Casa Civil) ao MHSC, sendo assinado pela sua então Gestora, Andrea Marques Dal Grande. Entre os objetos constam mobiliários, objetos de decoração e obras de arte. Atividades que geram listas de bens patrimoniais como estas estão normalmente mais ligadas a rotinas administrativas das instituições do que à documentação museológica propriamente.

¹⁴⁷ JOSÉ, Ana Flávia Delfino. **Organizando o Acervo Museológico** – Coleção de Fotografias do Museu Histórico de Santa Catarina. Relatório de Estágio. Florianópolis, 2014.

¹⁴⁸ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2016, op. cit. p. 77.

3.2.9 Proposta de aquisição de mobiliário – 2005/2006

Em meio ao material arquivístico, há um processo que tinha como assunto a aquisição de mobiliários que teriam pertencido ao ex-Governador de SC, Felipe Schmidt. A Administradora do MHSC na ocasião era Susana Bianchini Simon. No processo constam pareceres de diversos profissionais, como técnicos do Atecor, do historiador professor Carlos Humberto Corrêa e do perito judicial João Carlos Lourenço. Os mobiliários foram oferecidos à venda pelo professor Ronaldo A. Salum, que os adquirira de Cleci Maridakis, viúva de Paulo Cabral Wendhausen (a avó de Paulo fora casada em segundas núpcias com Felipe Schmidt). Apesar dos pareceres positivos à aquisição, não há registros de que os móveis tenham sido adquiridos pelo MHSC. Pela descrição e fotografias presentes no processo, podemos afirmar que não encontramos móveis correspondentes durante o arrolamento dessa tipologia de acervo.

3.2.10 Últimos processos de aquisição – 2013

Documentação referente aos últimos objetos que deram entrada no acervo museológico do MHSC, na primeira gestão da Administradora Vanessa Borosky e sob a responsabilidade técnica do museólogo Renilton de Assis.

O primeiro dossiê é composto por Comunicação Interna, Ofícios, Despachos e Informações e Termo de Doação que tratam da doação de objetos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do Arquivo Público, para a FCC e de sua transferência desta para o MHSC. Os objetos em questão são seis pinturas e uma fotografia, todas retratos de ex-governadores de SC.

O segundo dossiê – também composto por Comunicação Interna, e-mails, Ofícios, Despachos e Informações e Termo de Transferência –, trata da transferência de uma pintura (do ex-Governador Celso Ramos) da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) para a Fundação Catarinense de Cultura (FCC). No dossiê não foi localizado o documento de transferência para o MHSC.

Em ambos os dossiês está documentado que os objetos passaram por conservação-restauração no ATECOR.

O esforço institucional em constituir dossiês que documentam essas últimas entradas de acervos ao MHSC é uma exceção na documentação do museu e certamente os dossiês serão de muita valia na

atividade de inventário do acervo. No entanto, se por um lado, a documentação inclusive aponta, por exemplo, o valor de aquisição do retrato de Celso Ramos pela SCC em 2003, por outro, não detalha o histórico de aquisição da pintura por aquele órgão. Dessa maneira, não só essa pintura, como os demais objetos doados/transferidos nesses dois processos já ingressaram na FCC com lacunas a respeito de suas trajetórias.

3.2.11 “Museu Histórico de Santa Catarina Palácio Cruz e Souza – Livro Diário. Registro Reserva Técnica”

De acordo com o termo de abertura do livro, sem data e sem assinaturas, “este livro destina-se ao registro diário de peças que forem retiradas da Reserva Técnica para qualquer finalidade, com início na folha 02 (dois) até a folha 200 (duzentos). Florianópolis, [sic]”. A estrutura do livro é similar à de um Livro Tombo, contudo, como os demais, fora das normas. O primeiro registro é de 1991 e o último de 2003.

3.2.12 “Livro de Registro de Movimentação de Acervo Permanente MHSC” - (2º tomo)¹⁴⁹

Trata-se de instrumento mais recente, com data de 17 de fevereiro de 2014, destinado ao registro de movimentação dos acervos dentro do museu, recorrente entre a área expográfica e a reserva. Foi elaborado em modelo similar à estrutura de um Livro Tombo.

3.2.13 “Livro de Registro de Empréstimo à Longo Prazo MHSC”

Igualmente recente, com Termo de Abertura datado de 09 de outubro de 2014, este livro se destina ao registro dos empréstimos com prazo superior a 06 meses. Confeccionado de acordo com as normas técnicas para Livro de Registro, possui: é livro ata, com termo de abertura, folhas rubricadas, escrituração na largura total da abertura do livro, com os seguintes metadados: n.º de ordem, n.º de contrato de

¹⁴⁹ No caso, o 1º tomo é livro “Museu Histórico de Santa Catarina Palácio Cruz e Souza – Livro Diário. Registro Reserva Técnica”.

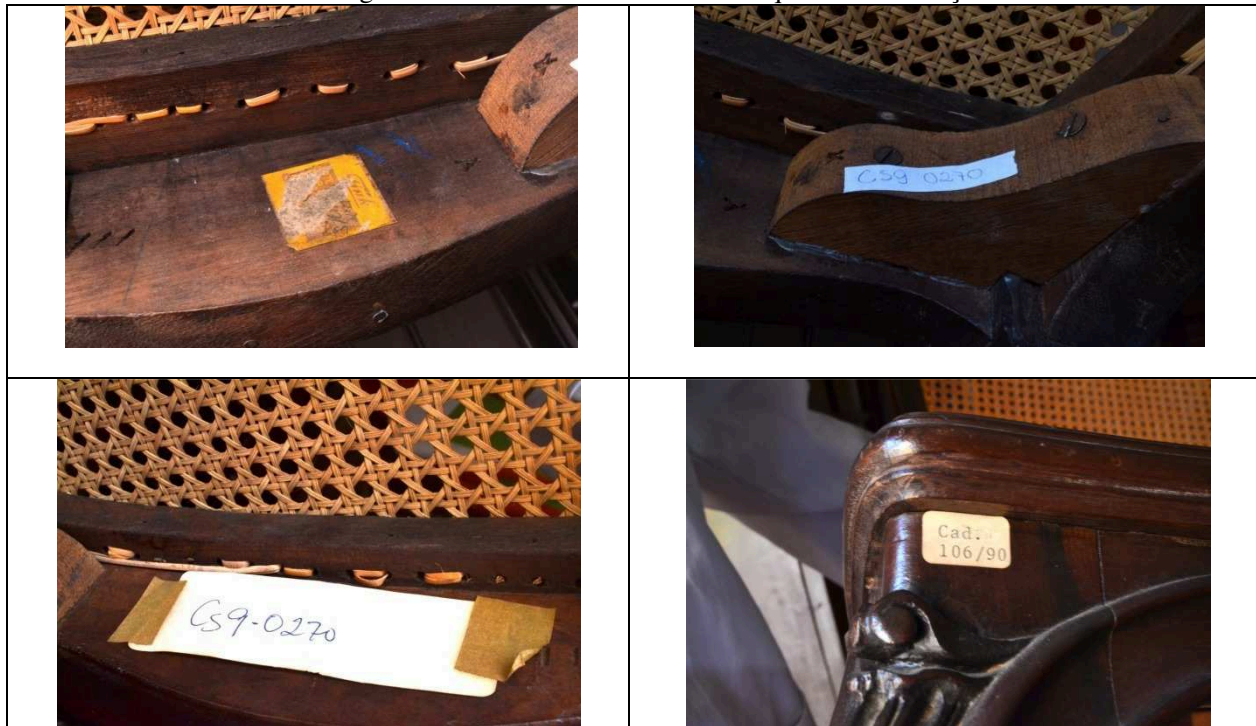
comodato, objeto/n.º de registro, procedência, finalidade, data de abertura do comodato, data de encerramento do comodato, data de entrada no acervo – MHSC, data de entrada na exposição e observações. Dos elementos que a documentação museológica propõe, poderia haver um nomeclator ou glossário de preenchimento.

3.2.14 Marcações

Na manipulação dos bens de carácter museológico, observamos que os mesmos objetos possuem diferentes números de registro (figura 20) que remetem a diferentes tentativas de documentação: ora aos diferentes órgãos do governo aos quais pertenceram (ex. SCC; Gabinete Civil), ora ao inventário da década de 1990, além de outros números para os quais não encontramos correspondência nas listagens encontradas.

As marcações, na maioria das vezes, eram realizadas com etiqueta em metal para tombo “patrimonial” (instituição/setores) ou fita adesiva, ambas altamente prejudiciais aos objetos: os metais, a cola e acidez do papel reagem com materiais como a madeira, por exemplo, material do qual é feita boa parte dos objetos arrolados (mobiliários e chassi das pinturas). Além de oferecerem risco à conservação dos objetos, tanto as etiquetas em metal quanto as adesivas não resguardam a segurança informacional, pois frequentemente se desprendem das peças.

Figura 20 – Cadeira com diferentes etiquetas e numerações



Fonte: Acervo Arquivístico (digital) MHSC, 2017.

Observamos que nos objetos que possuem etiqueta fixada na capa de tecido para acondicionamento, a identificação dos objetos também é feita por meio de diferentes números, que raramente remetem ao número de tombamento/inventário dos anos 1990.

Os problemas nas formas de aquisição e catalogação são comuns a outras instituições museológicas no Brasil. Em publicação do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, há o seguinte relato sobre a situação dos acervos dos museus daquele estado, na ocasião da implantação de um projeto de Documentação e Conservação:

[...] a maior parte das incorporações era realizada sem normas e procedimentos claros de entrada no acervo, por profissionais sem formação na área museológica, quem assumiam diversas funções no museu e não dispunham de estrutura e condições para maiores reflexões sobre a sua prática. Nesse contexto, praticamente todas as ofertas de doação eram aceitas e não foram raros os momentos em que campanhas foram iniciadas visando ampliar as coleções, numa lógica de ausência de critérios de seleção, como que pressupondo mérito maior aos museus quanto mais numerosos fossem seus acervos.¹⁵⁰

Em síntese, foram abordados neste capítulo duas dimensões essenciais para a gestão de acervo: a aquisição e os instrumentos de registro do acervo. A este respeito da aquisição, Andrew Roberts destaca: “é uma fase fundamental na documentação geral do acervo, registrando a evidência legal da propriedade dos bens no acervo e providenciando o ponto de partida para a total catalogação dos bens individuais.”¹⁵¹ Após a incorporação de objetos, Andrew Roberts orienta sobre a importância do registro dos objetos:

O museu deve estabelecer registros sobre cada um dos bens do acervo e atualizá-los, sempre que os objectos são examinados e utilizados. Os registros

¹⁵⁰ FABBRI, Angelica, et al. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 16.

¹⁵¹ ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. In: BOYLAN, Patrick. **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: ICOM, 2004, p. 33.

podem ser utilizados como base para a investigação, acesso público, exposição, educação, desenvolvimento do acervo, gestão do acervo e segurança.¹⁵²

Este capítulo buscou identificar a gestão de acervo praticada na implantação e nos primeiros anos do MHSC. Na sequência, procurou traçar um panorama e diagnóstico da documentação museológica praticada em diferentes momentos da trajetória desta instituição.

Sempre que possível buscamos identificar as doações de Antonio Carlos Konder Reis para a formação do acervo. Em entrevista a Katianne Bruhns, funcionária do MHSC de 1986 a 1996, Rosilda Deolinda de Farias Schroeder comenta:

[...] foi a Jessy Cherem, que começa a angariar então material, muito do acervo do palácio, é material do Antônio Carlos Konder Reis, porque tudo que era medalhas, diplomas, condecorações, ele repartiu tudo pro museu, então a maioria do acervo era do Antônio Carlos Konder Reis. Depois então, com a instalação do museu no Palácio Cruz e Sousa, o que se fosse de grosso do acervo, foi mais a parte de mobiliária, a mobília então entrega em si toda aquela característica eclética.¹⁵³

Observamos, por fim, que há um alinhamento entre o conceito de museu de história política adotado e o que o museu majoritariamente colecionaria: objetos representativos das pessoas que estiveram ligadas ao poder político estadual, ou seja, objetos que contassem uma história das personalidades políticas.

¹⁵² Ibid., p. 35.

¹⁵³ BRUHNS, op. cit., p. 66.

4 OS CONTRATOS DE COMODATO E A DEVOLUÇÃO DO ACERVO

Há uma classe de objetos referenciados exclusivamente à pessoa. Estão intrinsecamente ligados a ela e servem para construir sua imagem pública. São os diplomas, as medalhas e os distintivos. Mais do que quaisquer outros, esses bens só fazem sentido quando associados a quem pertenceram originalmente.
(Regina Abreu).¹⁵⁴

Neste capítulo será analisado o processo de devolução de acervo entre o MHSC e o MHI, com o objetivo de identificar as atividades de gestão de acervo e formas de Documentação Museológica adotadas na celebração dos Contratos de Comodato e na devolução do acervo.

4.1 OS CONTRATOS DE COMODATO

Este subcapítulo discorre sobre o Contrato de Comodato (1980) e as ações de gestão adotadas, incluindo as tratativas para sua renovação em 1988 e 1994. O objetivo é identificar e analisar as atividades de gestão de acervo e instrumentos de documentação museológica adotadas naqueles contextos.

O processo de devolução de acervo museológico entre o MHSC e o MHI foi deflagrado a partir de atividade de gestão de acervo no MHI.¹⁵⁵ Em novembro de 2015, o Diretor do MHI, Agnaldo Pinheiro, em correspondência a Vanessa Borovsky, então Administradora do MHSC, trouxe à tona a problemática do comodato vencido entre os dois museus:

Desde o ano de 2011, o Museu Histórico de Itajaí vem revendo sua política de acervo. Dentre esse

¹⁵⁴ ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: LAPA: Rocco, 1996, p. 131.

¹⁵⁵ Marco Antonio fez primeiro contato telefônico em 2014. FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins**. Processo n.º 4454/2015. Autuado em 01/12/2015. Dossiê com 739f. Acervo Arquivístico do MHSC, fl. 56.

processo de revisão, o museu vem fazendo o levantamento de acervos na modalidade “Comodato”, renovando contratos e/ou encerrá-los [sic] para os mesmos se adequarem a missão institucional. Nesse sentido, deparamos com o contrato firmado entre o Museu Histórico de Itajaí e o Museu Histórico de Santa Catarina no ano de 1988, onde o mesmo possui acervos que pertencem a essa instituição estadual. Contudo, observando o novo código civil, o referido documento está vencido.

Portanto, para fins de regularização e adequação do referido acervo, solicitamos visita técnica de servidores responsáveis pelos acervos museológicos dessa instituição para podermos começar as tratativas de renovação do referido contrato. Desde já esperamos a resposta da visita técnica para podermos agendar com nossos profissionais a conferência de peças que estão sobre nossa guarda dentro do Museu Histórico de Itajaí. Oportunamente desejo sorte e sucesso em seu trato com este Museu, tão importante referência cultural no cenário estadual. Desde já agradeço a atenção recebida; subscrevo-me;

Agnaldo Pinheiro

Diretor¹⁵⁶

No MHSC, a gestão e a equipe técnica desconheciam tal contrato de comodato vencido. Logo, a correspondência desencadeou um levantamento no acervo arquivístico do MHSC a respeito do comodato e da documentação dos objetos em empréstimo, além de procedimentos de gestão de acervo que serão descritos. A documentação encontrada sobre o comodato, bem como as atividades administrativas documentadas visando solucioná-lo, encontram-se reunidas em 739 folhas do processo **“Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins”**. O processo constitui um dossiê: entre os documentos constam comunicações entre as instituições, cópia dos contratos de comodato, pareceres técnicos,

¹⁵⁶ PINHEIRO, Agnaldo. [Correspondência eletrônica] 04 nov. 2015, Itajaí [para] BOROVSKY, Vanessa, Florianópolis. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Repatriação...**, op. cit., fls. 01-02.

termos de devolução, listagens dos objetos e fichas de identificação e de conservação – laudos de entrada e laudos de saída dos objetos.

Em meio ao dossiê está a cópia do documento encontrado nos arquivos do MHSC que possivelmente deu origem ao empréstimo firmado. Em correspondência à então Diretora do MHSC, Jessy Cherem, Antônio Carlos Konder Reis fez a seguinte solicitação em 1980:

Prezada amiga Dona Jessy,
com meus cumprimentos, venho pedir-lhe o obséquio de examinar a possibilidade de considerar a sugestão que se segue.
Em fase adiantada de organização está o Museu Histórico de Itajaí. O responsável é o grande amigo nosso e cidadão prestante João Amaral Pereira (Rua Lauro Müller, 16 – Itajaí – SC. – CEP. 88.300 – Telefone 44.0041). Gostaria que esse Museu, de minha terra natal, tivesse em suas exposições alguma coisa minha. Assim, consulto-lhe da conveniência de um contato seu com o João, para estabelecer um esquema de cessão¹⁵⁷ de objetos ligados à minha vida pública, doados ao nosso Museu Histórico, para serem expostos em Itajaí, desde que não estejam sendo expostos em Florianópolis. Lembro as placas de prata, os diplomas de cidadão honorário e os diplomas das condecorações, a título de exemplo. Acredito que desse modo iniciar-se-ia um intercâmbio entre os dois museus de real proveito para Santa Catarina. Grato pelo que fizer, subscrevo-me cordialmente. Do amigo sempre grato
[assinatura]¹⁵⁸

¹⁵⁷ “Cessão de Empréstimo: Ato de ceder um objeto para integrar a coleção de um museu, por tempo determinado, durante o qual o museu passa a ser responsável por este objeto.” NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n.º 11, 1998. (Dissertação de Mestrado defendida por Rosana do Nascimento). Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/28>>. Acesso em: 08 maio 2017, p. 135.

¹⁵⁸ REIS, Antônio Carlos Konder. [Correspondência] 24 jun. 1980, Rio de Janeiro, [para] Jessy Cherem. In: FCC. **Repatriação...**, fl. 27.

Na condição de ex-governador, Antonio Carlos Konder Reis atuou, mais uma vez, “encurtando distâncias” entre os “amigos” à frente dos dois museus; o cunho personalista da solicitação é evidente. Ele, que fora um dos articuladores e grande doador de objetos para o recém criado MHSC (o “nosso Museu Histórico”), empenhava-se neste segundo momento na formação do acervo de um museu na sua “terra natal” (Itajaí-SC), por meio do empréstimo de objetos, outrora seus, doados ao MHSC.¹⁵⁹ Há no pedido sugestões dos objetos que poderiam ser emprestados, a saber, aqueles “ligados à [sua] vida pública” como “as placas de prata, os diplomas de cidadão honorário e os diplomas das condecorações.”¹⁶⁰

“Quando se trata da construção do objeto histórico encontramos a mobilização de alguns dispositivos de valoração que legitimam a sua musealização.”¹⁶¹ No contexto dos dois museus históricos em questão, os objetos foram valorados como testemunhos das realizações de seu doador como homem público, sobretudo à frente do governo estadual. A mobilização desse dispositivo aconteceu não só na formação do acervo do MHSC, como, no pedido de Antônio Carlos Konder Reis, para a formação do acervo do MHI. Subjacente ao seu pedido está um desejo de propagação da sua memória como estadista, lançando mão de mecanismos privados para ocupar os espaços públicos e alçar a imortalização. Impossível não traçar aqui (mais) um paralelo com o MHN, na ocasião da doação de objetos pertencentes a Miguel Calmon du Pin e Almeida, por sua viúva, Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, àquela instituição, na década de 1930. Doações como estas levam a “refletir sobre a relação dos particulares com um museu público” na sua “intenção de fazer com que o público do museu aprecie a grandeza dos serviços que ele prestou à nação, celebrando-o e

¹⁵⁹ Foi Renilton Assis quem me fez atentar para este detalhe, numa das primeiras conversas sobre o tema do TCC.

¹⁶⁰ REIS, op. cit. A solicitação provoca muitos questionamentos, entre eles, sobre o “direito de propriedade” (ex-proprietário), como observou a Prof.^a Renata Cardozo Padilha em sua arguição na banca de defesa deste TCC.

¹⁶¹ BEZERRA, Rafael Zamorano. Autoridade e tradição familiar na musealização de objetos das primeiras coleções do Museu Histórico Nacional. In: MAGALHÃES, A. M; BEZERRA, R.Z. (orgs.) **Coleções e Colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, p. 237.

imortalizando-o.”¹⁶² No MHN, a Sala Miguel Calmon permaneceu montada até o final dos anos 1960, com a qual Antônio Carlos Konder Reis teve contato quando da sua passagem pelo Curso de Museus, cujas aulas anda ocorriam nas dependências do museu. Uma possibilidade de pesquisa, que foge ao escopo deste trabalho, seria investigar o discurso expográfico adotado no contexto de exposição dos objetos de Antônio Carlos Konder Reis, uma vez que é bastante recorrente em exposições de peças adquiridas por museus históricos tradicionais, a evocação de “um passado idealizado, romântico e heróico.”¹⁶³

Quanto ao MHI, João Amaral Pereira, mencionado por Antonio Carlos Konder Reis, atuou na sua implantação e, por meio da aproximação com a Prefeitura de Itajaí (na gestão do prefeito Frederico Olíndio de Souza), foi criada a Fundação Genésio Miranda Lins, em 1976, com a finalidade de criar e manter este que viria a ser o primeiro museu da cidade.¹⁶⁴ O MHI foi inaugurado em 1982, tendo como sede o Palácio Marcos Konder¹⁶⁵, nome que homenageia o ex-prefeito do município, Marcos Konder (1882-1962), tio de Antônio Carlos Konder Reis. Ambos os museus, MHSC e MHI¹⁶⁶, tiveram como destino final “palácios” outrora ligados aos poderes políticos locais.

¹⁶² MARTIN, Monique de Saint. Apresentação. In: ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: LAPA: Rocco, 1996, p. 16,17.

¹⁶³ NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940**. 280f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008, p. 24.

¹⁶⁴ FIGUEIREDO JUNIOR, Marco Antonio Ballester. Políticas públicas para museus na cidade de Itajaí. In: **Anais**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - “Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados”, Florianópolis, SC, 21 e 22 de novembro de 2013, p. 4. Disponível em: <[http://www.anpuh-](http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_m%20a%20ballester%20jr_politicas%20publicas%20itajai.pdf)

[sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_m%20a%20ballester%20jr_politicas%20publicas%20itajai.pdf](http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_m%20a%20ballester%20jr_politicas%20publicas%20itajai.pdf)>. Acesso em: 13 ago 2017.

¹⁶⁵ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Museu em destaque**: Museu Histórico de Itajaí. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/?mod=pagina&id=16034>>.

Acesso em: 09 jul 2017.

¹⁶⁶ “O Palácio Marcos Konder, localizado na rua Hercílio Luz, no Centro de Itajaí, começou a ser construído em 1921 e foi entregue em 22 de outubro de 1925 pelo então prefeito Marcos Konder. Chamado de “Superintendência de Itajhay” ele abrigou os três poderes da República até 1953, quando o Fórum deixou o prédio. Em 1973, foi a vez da prefeitura deixar a construção e em

Após a inauguração, no entanto:

no seu primeiro ano vida passou pelo que acontecia no país e devido sua lógica de conservar os grandes vultos públicos a sua mantenedora sofreu com cortes de gastos, o que dificultou sua operacionalização.¹⁶⁷

Além do MHI, a Fundação Genésio Miranda Lins é mantenedora de outras duas instituições. A respeito da atuação da fundação, o historiador e museólogo Marco Antonio Ballester Figueiredo Junior, observa:

A lógica de crescimento da Fundação Genésio Miranda Lins obedece dois modelos claros de gestão, a primeira que opta em expansão dos espaços físicos com uma construção de uma historiografia oficial do município. Observando essa lógica foram inaugurados o Museu Histórico de Itajaí (1982), o Arquivo Histórico de Itajaí¹⁶⁸ (1985) e o projeto do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí (2003), todas as três propostas de locais de salvaguarda da memória obedece os preceitos de museus e arquivos do século XIX, buscando uma identidade local pautado sobre os nomes de ilustres cidadãos da cidade de Itajaí.¹⁶⁹

Em suma, o MHI foi concebido com base nas mesmas referências que o MHN e o MHSC, destinando-se à perpetuação de uma memória oficial forjada pelos grupos ligados à política.

A partir do pedido de Antônio Carlos Konder Reis, retomamos ao tema da Política de Gestão de Acervo, abordado no segundo capítulo. O empréstimo de objetos é uma das formas de aquisição e deve estar

1999 a estrutura não comportou mais a Câmara de Vereadores.” CLICRBS. Palácio Marcos Konder, em Itajaí, é um autêntico republicano. **O sol diário**, 11 abril 2014. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/04/palacio-marcos-konder-em-itajai-e-um-autentico-republicano-4472646.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

¹⁶⁷ FIGUEIREDO JUNIOR, op. cit. p. 5.

¹⁶⁸ Atualmente denominado Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins.

¹⁶⁹ FIGUEIREDO JUNIOR, op. cit. p. 7.

prevista na Política de Gestão de Acervo, sobretudo no aspecto que diz respeito à Política de Aquisição e Descarte do museu. Na classificação mencionada por Fernanda de Camargo-Moro, “os empréstimos a longo e curto prazos” são “convencionados como **forma singular de aquisição**.”¹⁷⁰ Aqui é adotada a bibliografia de Fernanda de Camargo-Moro por ser a publicação mais próxima do período (mesmo que publicada seis anos após o pedido de Konder), uma vez que o livro de Gustavo Barroso (“Introdução à Técnica de Museus”) não menciona o empréstimo/comodato como modo de aquisição.

Na literatura que trata da gestão de acervo, recomenda-se que sejam submetidas a uma Comissão de Acervo questões relacionadas à aquisição, descarte e demais decisões relativas ao acervo. “A Comissão é instituída por cinco anos, podendo os membros serem reconduzidos. A cada cinco anos, no entanto, a proposta de trabalho ou política de aquisição deve ser reexaminada para se ter certeza de sua adequação à realidade.”¹⁷¹ As “áreas que estão sob a jurisdição da Comissão são: **doação, legado, compra, empréstimos, depósitos permanentes, permuta, ‘casos de baixa (de dar baixa)’**.”¹⁷² Portanto, de maneira geral, “todos os empréstimos precisam ser apresentados à Comissão de Acervo. O museólogo/curador envolvido apresentará uma justificativa escrita à Comissão.”¹⁷³

No caso estudado, tomou-se a perspectiva do museu que empresta objetos a outra instituição, pois a pesquisa concentrou-se no acervo arquivístico do MHSC. Neste museu, a primeira comissão de que se tem registro, com atribuições similares, foi estabelecida apenas em 2013: a “comissão de acervo e de pauta”, coordenada pela Administradora do Museu e formada por servidores da FCC e membros da sociedade civil¹⁷⁴. A Comissão de Acervo propriamente dita foi prevista somente no Regimento Interno¹⁷⁵ e na Política de Aquisição e Descarte do MHSC¹⁷⁶, documentos publicados em 2015.

¹⁷⁰ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 17.

¹⁷¹ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 20.

¹⁷² CAMARGO-MORO, op. cit., p. 20-21.

¹⁷³ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 25.

¹⁷⁴ SANTA CATARINA. Portaria n.º 15/13, de 15 de abril de 2013. In: **Diário Oficial Eletrônico**. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.doe.sea.sc.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2017.

¹⁷⁵ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Regimento Interno do Museu Histórico de Santa Catarina**. Portaria n.º 28 de 21 de julho de 2015. Disponível em:

Na ocasião de **Empréstimo de Peças do Museu a outras Instituições**, Fernanda de Camargo-Moro recomenda:

O pedido de outra instituição chega diretamente às mãos do Diretor que envia cópia ao museólogo/curador da peça, através da Comissão [de Acervo]. Este deve enviar ao Diretor um relatório sobre a situação da peça ou espécimen quanto a seu estado de conservação e sua posição frente ao acervo, recomendando ou não o empréstimo.

Sendo o material solicitado de menor importância frente ao acervo, ou existindo no museu vários exemplares iguais, estando em bom estado e tendo o museólogo/curador recomendado o empréstimo, o trabalho da Comissão é quase de rotina. Porém, quando a peça ou espécimen é de média e maior importância frente ao acervo, é requerido um estudo mais profundo por parte da Comissão, sendo solicitada uma documentação maior.¹⁷⁷

Até o momento não foram encontrados registros de uma Comissão de Acervo do MHSC no período em que a Diretora do museu, Jessy Cherem, recebeu a correspondência com o pedido informal de Antônio Carlos Konder Reis para a cessão dos objetos. Em vez de encaminhar a uma Comissão de Acervo, Jessy Cherem encaminhou primeiramente um Ofício a Jali Meirinho, Diretor da Sub-Unidade de Ciências/FCC, relatando a solicitação e pedindo seu parecer. De sua parte, Jessy Cherem se mostrava favorável à “colaboração [...] justa e merecida”¹⁷⁸ com o MHI:

<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_155853Regimento_Interno_do_MHSC_22_07_2015.pdf>. Acesso em: 17 maio 2013.

¹⁷⁶ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MHSC**, 2015. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_173044Politica_de_Aquisicao_e_Descartes_do_MHSC.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

¹⁷⁷ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 26.

¹⁷⁸ CHEREM, Jessy. [Ofício n.º 22/80] 01 jul. 1980, Florianópolis, [para] MEIRINHO, Jali, Florianópolis. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Repatriação...**, op. cit., fl 28.

Esclarecemos que, após o parecer de Vossa Senhoria tomaremos providências, no sentido de selecionar as peças e objetos a serem transferidos. Nosso critério de seleção: peças excedentes, que não se encontram expostas, e assinatura de um termo de responsabilidade.¹⁷⁹

Na bibliografia sobre aquisição de acervo, na doação há a transferência de titularidade do bem, ou seja, “o doador precisa ter claro que, caso aceito, ele não terá mais direitos ao objeto que qualquer outro membro da sociedade.”¹⁸⁰ Porém, tratando-se do ex-governador e do que ele representava para o MHSC, houve considerável empenho no âmbito da FCC para atender à sua solicitação.

Como desdobramento do pedido do ex-governador, o Técnico em Assuntos Culturais da Unidade de Ciências, Nelvio Paulo Dutra Santos, realizou uma “visita de contato” ao MHI, “atendendo, inclusive, a pedido do ex-Governador ANTONIO CARLOS KONDER REIS, em correspondência de 24 de junho do presente ano, objetivando intercâmbio com o” MHSC . Em seu relatório sobre a visita, Nelvio Santos informa sobre o “local” (a sede do museu); a “entidade mantenedora” (Fundação Genésio Miranda Lins); o “acervo” que o museu já dispunha; a “direção”; a “abertura ao público” (prevista para o final de outubro de 1980 ou início do próximo ano); o “endereço para correspondência” e em suas “conclusões finais” relata que:¹⁸¹

O Museu aceita intercâmbio, inclusive, concorda, de bom grade em receber material anteriormente enviado pelo ex-Governador ao Museu Histórico de Santa Catarina e que não está sendo exposto por falta de espaço. O transporte do citado material pode ficar a cargo da Prefeitura Municipal de Itajaí.¹⁸²

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis, FCC, 2014. 94p (Coleção Estudos Museológicos v.3) , p. 32.

¹⁸¹ SANTOS, Nelvio Paulo Dutra Santos. Relatório. Florianópolis, 09 jul. 1980.

In: **Repatriação...**, op. cit., fl.31.

¹⁸² Idem.

A visita de Nelvio Santos às futuras instalações do MHI pode ser interpretada, entre outros motivos que ele não esclarece, como um procedimento técnico que visava se certificar sobre as condições desta instituição em receber objetos do MHSC, numa atividade pertinente à gestão de acervo. Ou seja, a solicitação de empréstimo não foi encaminhada a uma Comissão de Acervo, nem ao museólogo/curador propriamente, mas contou com o **parecer** dos funcionários ligados à área técnica e à gestão da FCC. Essas ações estão relacionadas ao que Fernanda de Camargo-Moro estabelece como condição ao empréstimo: “o museu pode requerer como uma das condições para autorizar o empréstimo, a inspeção da instalação do local por um membro de sua equipe, de preferência o museólogo/curador responsável pelo mesmo.”¹⁸³

A expressão inicialmente utilizada por Jessy Cherem, aludindo que os objetos solicitados seriam “transferidos” do MHSC para o MHI, trouxe alguns equívocos nos documentos administrativos. Na sequência do relatório de Nelvio Santos, Jali Meirinho escreveu para o Superintendente Adjunto Técnico-Cultural da Fundação¹⁸⁴:

Pelo exposto, submetemos a consideração de V.S. a sugestão favorável [sic] de que, o excedente das doações do Dr. Antonio [sic] Carlos Konder Reis, sejam transferidas para aquela instituição, firmando-se termo ou convênio de intercâmbio entre os dois museus.¹⁸⁵

Caetano Fachini, Superintendente Adjunto, corroborou o equívoco em seu parecer:

a) Se oficie ao doador inicial A.C.K. Reis solicitando autorização por escrito para efetuar doação pela F.C.C. à cidade de Itajai [sic] dos

¹⁸³ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 187.

¹⁸⁴ SANTA CATARINA. Decreto nº 7.439 de 24 de abril de 1979. Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e da outras providências. **ALESC**. Disponível em: <<http://fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=8358>>. Acesso em: 26 set. 2017.

¹⁸⁵ MEIRINHO, Jali Meirinho. [Correspondência] 10 jul. 1980, Florianópolis [para] Superintendente Adjunto Técnico-Cultural, Florianópolis. In: FCC. **Repatriação...**, fl. 32.

objetos e/ou documentos existentes em duplicadas.¹⁸⁶

Na sequência da comunicação, alguém cuja assinatura não foi possível identificar, dirige-se a Caetano Fachin solicitando que seja preparada a “relação dos objetos, em comodato, à disposição do Museu Histórico de Itajaí.”¹⁸⁷ A partir da menção do comodato, Jali Meirinho sugere que “salvo melhor juízo, seja solicitada a Superintendência Adjunta de Administração, a elaboração do documento formalizando a cessão das referidas peças”.¹⁸⁸ Conforme o pedido, Jali Meirinho encaminha a listagem com 81 placas, 10 medalhas, 33 diplomas e 01 bandeja¹⁸⁹, perfazendo um total de 125 objetos a serem emprestados.

O primeiro Contrato de Comodato referente ao empréstimo, na verdade data de 1980¹⁹⁰, fora confeccionado ainda no contexto imediato à solicitação do ex-governador. O Contrato de Comodato de 1988 foi uma renovação do primeiro, como será demonstrado mais adiante.

No âmbito da gestão de acervo, o empréstimo “envolve a mudança de local, de objectos [sic] e acervo, mas não do título (propriedade legal).”¹⁹¹ Na seção em que trata dos “**Instrumentos para Empréstimo**”, Fernanda de Camargo-Moro não menciona o Contrato de Comodato como um instrumento para esta finalidade. A autora discorre apenas sobre o:

Contrato de Empréstimo: - recebido ou enviado – ficha tamanho duplo padrão, traz a identificação do que se empresta e do que se recebe. Conterá:

¹⁸⁶ FACHINI, Caetano. [Correspondência] 11 jul. 1980, Florianópolis [para] Superintendente, Florianópolis. In: FCC. **Repatriação....**, fl.32.

¹⁸⁷ [Assinatura ilegível] [Correspondência] 14 jul. 1980, Florianópolis [para] FACHINI, Caetano, Florianópolis. In: FCC. **Repatriação....**, fl.33.

¹⁸⁸ , Jali Meirinho. [Correspondência]] 30 set. 1980, Florianópolis [para] FACHINI, Caetano, Florianópolis. In: FCC. **Repatriação....**, fl.33.

¹⁸⁹ Título da listagem: “Transferência das pelas do acervo do Museu Histórico de Santa Catarina para o Museu Histórico de Itajaí”. In: **Repatriação....**, fls 34-38. Ressaltamos que de acordo com a numeração corrida seriam 80 placas, mas houve um lapso na contagem, entre o 41 e 42, portanto, eram 81 placas.

¹⁹⁰ Em pesquisa nos arquivos do MHSC, o museólogo da FCC Renilton de Assis (naquele momento lotado no MHSC), encontrou o Contrato de Comodato de 1980. ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de. Comunicação interna n.º 27, 18 março 2016. In: **Repatriação....**, fls. 26, 29-28.

¹⁹¹ LADKIN, op. cit., p. 23.

número de registro da peça (para informação mais completa, deve estar anexa uma cópia da ficha classificatória¹⁹²), estado de conservação, duração de empréstimo, dados sobre seguro, embalagem e transporte, créditos obrigatórios, recomendações especiais, é de todo recomendável que venham impressas as condições básicas de empréstimo, e ter área confidenciais. É guardado de forma segura junto às fichas mestras.¹⁹³

Nas publicações mais recentes no Brasil que tratam da gestão de acervo, é reproduzida com frequência a:

(...) tabela criada em curso ministrado pelo Museólogo Albino Oliveira, responsável pelo acervo museológico do Centro Cultural Benfica, da Universidade Federal de Pernambuco.¹⁹⁴

A tabela aborda os documentos envolvidos nos empréstimos da seguinte forma:

¹⁹² “Ficha de Classificação: Contém as principais categorias sobre cada objeto”. NASCIMENTO, 1998, op. cit., p. 137.

¹⁹³ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 188.

¹⁹⁴ COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006., p.35.

Quadro 1 – Documentação gerada para empréstimo (Albino Oliveira)

DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA Documentos a serem gerados no Museu em cada situação	
EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO	EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (comodato/cessão de uso)
Recibo de Entrada	Recibo de Entrada
Termo de empréstimo a curto prazo	Laudo técnico
Laudo técnico	Contrato de Comodato* ou Cessão de Uso**
Termo de saída	Ficha catalográfica (com numeração diferente da do acervo do museu)
OBS: guardar essa documentação por até 5 anos.	NÃO registrar no Livro Tombo
Comodato* - contrato celebrando [sic] entre o Museu e uma instituição (ou indivíduo) particular que, entre outras coisas estipula que o nome do proprietário (ou a logomarca) deve ser divulgado pelo Museu. Trata-se de um contrato longo, a partir de cinco anos (podendo variar por muito mais tempo). Ao seu final pode ser renovado; Regido pelo código civil.	
Cessão (ou Concessão) de Uso** - similar ao comodato, mas aplicado entre instituições públicas, por exemplo: a Secretaria de Estado da Saúde cede ao acervo de um museu do Estado uma peça, mas esta não passa a pertencer ao acervo do Museu; ao final o contrato pode ser renovado.	

Fonte: adaptado de COSTA, 2006, p. 34-35.

No caso estudado, o Contrato de Comodato estaria regido pelo Código Civil de 1916¹⁹⁵, que vigorou até a aprovação do novo Código Civil de 2002¹⁹⁶; não houve grandes alterações no que tange ao comodato no código mais recente. Em ambos, “o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis”, ou seja, de bens que não podem ser substituídos por outros. Além disso, trata-se de um contrato de empréstimo de uso de um bem que é inconsumível, ou seja, que é usado e devolvido. Em linhas gerais, o comodato é um contrato unilateral¹⁹⁷, benéfico e gratuito, no qual uma parte (comodante) empresta algo à outra (comodatária), para ser utilizado por um determinado tempo (o prazo que pode estar determinado ou não no contrato) e, devolvido em regra, no fim do contrato.¹⁹⁸

A divisão adotada pelo Museólogo Albino Oliveira, entre “empréstimo de curto prazo” e “empréstimo a longo prazo”, bem como o fato de o comodato ser “um contrato longo, a partir de cinco anos”, não encontram respaldo no Código Civil de 1916. Este estabelecia o seguinte a respeito do Comodato:

CAPÍTULO V
DO EMPRÉSTIMO
SEÇÃO I
DO COMODATO

Art. 1.248. O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.

Art. 1.249. Os tutores, curadores, e em geral todos os administradores de bens alheios não poderão dar em comodato, sem autorização especial, os bens confiados à sua guarda.

¹⁹⁵ BRASIL. Lei n.º 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 14 set. 2017.

¹⁹⁶ BRASIL. Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045>. Acesso em: 14 set. 2017.

¹⁹⁷ Diferente de um contrato de compra e venda que é bilateral, no qual as duas partes recebem e dão algo em troca.

¹⁹⁸ Cf. TARTUCE, Flávio. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Art. 1.250. Se o comodato não tiver prazo convencional, presumir-se-lhe-á o necessário para o uso concedido; não podendo o comodato, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz, suspender o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo convencional, ou o que se determine pelo uso outorgado.

Art. 1.251. O comodatário é obrigado a conservar, como se sua própria fora, a coisa emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com o contrato, ou a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos.

Art. 1.252. O comodatário constituído em mora, além de por ela responder, pagará o aluguel da coisa durante o tempo do atraso em restituí-la.

Art. 1.253. Se, correndo risco o objeto do comodato juntamente com outros do comodatário, antepuser este a salvação dos seus, abandonando o do comandante [sic], responderá pelo dano ocorrido, ainda que possa atribuir a caso fortuito, ou força maior.

Art. 1.254. O comodatário não poderá jamais recobrar do comandante [sic] as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

Art. 1.255. Se duas ou mais pessoas forem simultaneamente comodatárias de uma coisa, ficarão solidariamente responsáveis para com o comandante [sic].¹⁹⁹

Isto é, o Código Civil não estabelece prazos mínimos ou máximos para o comodato, e, além disso, o art. 1.250 expressa que o comodato não necessariamente tem um prazo convencional, ou seja, as partes não precisam estabelecer o prazo do empréstimo. No âmbito dos museus, esse artigo pode ser controverso pelo que segue: “presumir-se-lhe-á o necessário para o uso concedido; não podendo o comodato, salvo necessidade imprevista e urgente, reconhecida pelo juiz, suspender o uso e gozo da coisa emprestada, antes de findo o prazo convencional, ou o que se determine pelo uso outorgado”. Ou seja, o critério de qual é o prazo para o uso do objeto museológico (no caso de o prazo não ser acordado no contrato) pode se transformar em algo muito subjetivo, permitindo um “eterno” empréstimo do bem cultural de

¹⁹⁹ BRASIL. Lei n.º 3.071 de 1º de janeiro de 1916, op. cit.

caráter museológico, sobretudo no caso de exposições de longa duração que demoram a ser revistas e a necessidade de uso do bem se renovaria “sempre”.

Portanto, pelo Código Civil, o Contrato de Comodato pode ser celebrado independente do prazo (“curto” ou “longo”). Fernanda de Camargo-Moro toma, inicialmente o mesmo princípio a respeito do prazo “o **empréstimo a longo prazo** pode ser por tempo determinado ou indeterminado.” No entanto, na sequência, a autora pondera: “lembramos, também, que o ideal é que estes empréstimos tenham **sempre seu prazo determinado**, embora possa ser renovado quantas vezes se fizer necessário”.²⁰⁰ E completa: “a Comissão [de Acervo] deverá estar sempre a par do tempo de duração de cada empréstimo, e consequentemente da ou das prorrogações”.²⁰¹

O primeiro Contrato de Comodato foi celebrado entre as mantenedoras dos dois museus: a FCC (representada pelo Superintendente João Nicolau Carvalho) e a Fundação Genésio Miranda Lins (representada por seu Presidente, João Amaral Pereira). O procedimento está em acordo com a orientação de Fernanda de Camargo-Moro:

Todo o encaminhamento de empréstimo, tanto do museu como para o museu, é obrigatoriamente realizado pelo representante legal, o Diretor. Quando se trata de uma Fundação, ou outro tipo de instituição coletiva, cabe ao dirigente supremo (Presidente ou Diretor Geral), seguindo a hierarquia, encaminhar a documentação aos canais competentes.²⁰²

A “Cláusula Primeira – do objeto” estabelecia o comodato de “peças e documentos doados” ao MHSC com a finalidade de serem expostos no MHI. A relação dos objetos estaria em lista anexa ao contrato.²⁰³

Na “Cláusula Segunda – da Guarda e Responsabilidade” – a Fundação Genésio Miranda Lins ficaria responsável pela guarda dos

²⁰⁰ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 25

²⁰¹ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 26.

²⁰² CAMARGO-MORO, op. cit., p. 26.

²⁰³ Contrato de Comodato de 1980. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 29.

objetos emprestados. Esse item observa o disposto no art. 1.251 do Código Civil. O parágrafo único dessa cláusula ainda estabelece que: “A FCC receberá anualmente uma relação do material exposto e seu estado de conservação, bem como parte dele, caso necessite para exposição.”²⁰⁴

As expensas com o transporte dos objetos ficaram sob responsabilidade da Fundação Genésio Miranda Lins, de acordo com a “Cláusula Terceira – do Transporte”.²⁰⁵

A “Cláusula Quarta – do Prazo” definiu o tempo de vigência do contrato: “o prazo de vigência do presente contrato é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, renováveis de comum acordo entre as partes.”²⁰⁶

O contrato previa também a possibilidade de rescisão, na “Cláusula Quinta – da Rescisão”: “Este contrato será rescindido de comum acordo entre as partes, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias ou por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal que o torne impraticável.”²⁰⁷

A última cláusula estabelece como foro o da cidade de Florianópolis – “Cláusula Sexta – do Foro”.²⁰⁸

A via do Contrato de Comodato, que foi encontrada no acervo arquivístico do MHSC e cuja cópia foi anexada ao processo de devolução do acervo, não possui dia preenchido, apenas “outubro de 1980”. A via também não está assinada pelos representantes das fundações, nem por testemunhas, de forma que poderia ser contestado se o Contrato de Comodato teria sido de fato celebrado. No âmbito jurídico, à luz do Código Civil de 2002, atualmente vigente, a doutrina defende que o comodato pode ser um contrato não solene, ou seja, o comodato permitiria a forma verbal e seu valor de prova seriam as testemunhas. Não é necessário entrar aqui nessa questão do contrato não solene, porque há um documento no dossiê, que configura o indício de prova: um “Recibo”²⁰⁹ elaborado pela Unidade de Ciências/FCC/Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que declara o recebimento das 80 placas, 33 medalhas, 10 diplomas e uma bandeja metálica. Mais uma vez na data consta apenas “outubro de 1980” e foi

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Ibid., fl 30.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Recibo. Florianópolis, outubro de 1980. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 39.

assinado por Acyr Osmar de Oliveira²¹⁰ que se apresentava como representante da Prefeitura Municipal de Itajaí. Pelo contexto das comunicações trocadas entre os museus e o que ficou estabelecido no Contrato de Comodato, presume-se que o recibo foi assinado pelo encarregado do transporte dos objetos. O transporte realizado por algum representante de Itajaí está parcialmente de acordo com a orientação de Fernanda de Camargo-Moro: “todos os custos decorrentes do empréstimo (transporte, embalagem, seguro e preparação dos objetos para viagem e para exposição), ficarão sob o encargo do comodatário.”²¹¹ Em relação a essa orientação, foram encontradas evidências somente no que tange ao transporte e nada a respeito de seguro e embalagem.

Para a identificação e controle dos objetos em comodato o que se tem no dossiê (sem data, mas que tudo indica que seja a relação anexa ao Contrato de Comodato) é uma listagem simples²¹², cuja primeira página é reproduzida a seguir (figura 21):

²¹⁰ GARCIA, Mary Elizabeth Benedet. Of. n.º 010/MHSC/94, 31 maio 1994, Florianópolis [para] DÁVILA, Edson, Itajaí; MHSC Of. MHSC [sem número] junho 1994, Florianópolis [para] SOARES, Iaponan, Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 42 e fl. 44.

²¹¹ CAMARGO-MORO, p. 187.

²¹² Título da listagem: “Transferência das peças do acervo do Museu Histórico de Santa Catarina para o Museu Histórico de Itajaí”. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 34-38.

Figura 21 – Listagem dos objetos emprestados pelo MHSC ao MHI por meio do Contrato de Comodato de 1980.

TRANSFERÊNCIA DAS PEÇAS DO ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA PARA O MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAI		
Nº DE ORDEM	PLACAS	HISTÓRICO
01	49/P	Eleitores Urna nº 62 - Estrada dos Morros - Joinville Dezembro - 1975. ✓
02	63/P	Faculdade de Itajai - Agosto 1970 ✓
03	20/P	Ministro da Marinha - Florianópolis, Dezembro 1978 ✓
04	31/P	Homenagem do IIIº Exército - P. Alegre, 1976 ✓
05	61/P	Diretoria de Ensino da Marinha - P. Alegre, Set. 1977 ✓
06	23/P	Secretaria Geral da Marinha - 06-04-1976 ✓
07	33/P → 704	Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais C.F.N. ✓
08	123/P	Prefeitura de Lacerdópolis - Novembro 1978 ✓
09	106/P	Construção da Rodovia 7 de setembro - Videira, 1978 ✓
10	17/P	Construção da Rodovia 1ºvo Silveira - 411 - Brusque, 29/03/1978 ✓
11	99/P	Prefeitura Municipal de Taió - 08/10/1976 ✓
12	104/P	Rodovia 453 - Motoristas de Videira, 31-03-1978 ✓
13	27/P	Aliança Trabalhista - Jaraguá do Sul, 24-06-1978 ✓
14	28/P	Homenagem do Município de Luiz Alves, 10-10-1976 ✓
15	100/P	Funcionários da Secretaria do Oeste - Chapecó, 27-8-7 ✓
16	94/P	Movimento Arenista Jovem de Jaraguá do Sul, 27-07-76 ✓
17	103/P	Câmara Municipal de Rio do Sul - 08-10-1977 ✓
18	102/P	Carbonífera Criciúma - 17-06-1977 ✓
19	137/P	Cidadão Indaialense - Indaial, Fevereiro 1979 ✓
20	139/P	Agradecimento do Povo de Chapecó - Março, 1979 ✓
21	61/P	*Comunidade de Pedras Grandes - 05-02-1979 ✓
22	147/P	Gratidão e Reconhecimento - Águas de Chapecó, 17-2-79 ✓
23	148/P	Prefeitura de Coronel Freitas - Fevereiro 1979 ✓
24	48/P	Escola Superior de Guerra - 1977 ✓
25	107/P	Agradecimento da Sociedade Carlos Gomes - Blumenau, 24-06-1977. ✓
26	129/P	*Homenagem do Povo de Rio de Sul, 10-02-1979 ✓
27	86/P	Prefeitura Municipal de Campos Novos, 18-06-1978 ✓
28	130/P	*Prefeitura Municipal de Trombudo Central - 10-02-79 ✓
29	105/p2	Poder Executivo e Legislativo de Xanxerê - Set. 1978 ✓
30	131/P	*Comunidade do Bairro Boa Vista - Rio do Sul, 1979 ✓
31	465P → 704	Gratidão pela construção do Ginésio de Esportes - Seara - 30-10-1977 ✓
32	55/P	Visita ao município de Maravilha - 26-08-1977 ✓
33	59/P	Homenagem do C.C. Benedito T. de Carvalho Junior Capanha - 04-10-78 ✓

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC. In: FCC. **Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins**, 2015, fl. 34.

Na listagem, os objetos são identificados com número alfanumérico e bipartido²¹³, em que a letra diz respeito à tipologia do objeto, por exemplo: “49/p” (é o número de identificação de uma placa); “26/M (de uma medalha);”04/Dp” (de um diploma) e “01/D” (da bandeja que foi classificada como “diversos”). Além do número de identificação, há uma descrição sumária que muitas vezes diz mais sobre o conteúdo/escrituração da peça. Por exemplo, a placa “49/p” é descrita como: “Eleitores Urna nº 62 – Estrada dos Morros – Joinville, Dezembro – 1975”.²¹⁴

Como anteriormente mencionado, Fernanda de Camargo-Moro instrui que haja no contrato de empréstimo o “número de registro de peça (para informação mais completa, deve estar anexa uma cópia da ficha classificatória), estado de conservação (...)”.²¹⁵ No Contrato de Comodato de 1980 e na listagem anexa a ele não há informações sobre o estado de conservação, tampouco cópias das fichas classificatórias das peças. Para que a “ficha classificatória” (a denominação atual seria ficha de catalogação) da peça fosse anexada ao contrato, seria necessário que, primeiro, os objetos tivessem passado pela etapa de registro/tombamento ao serem incorporadas ao acervo do MHSC. Pelas razões expostas no diagnóstico da Documentação Museológica, no segundo capítulo, é extremamente complicado identificar se os objetos em comodato haviam passado ou não pela etapa de tombamento. A descrição muito sumária da listagem do comodato e ausência de registro fotográfico dos objetos são aspectos que tornam difícil a tarefa de confrontar essa listagem com a Documentação Museológica existente no MHSC. Além disso, como inferir que se trata do mesmo objeto diante da informação confusa sobre a possibilidade de existirem “duplicatas”, como se referiu Caetano Fachini, Superintendente Adjunto da FCC²¹⁶? Uma das peças que talvez tenha sido registrada pelo MHSC, por exemplo, é a medalha 26-M. Dela há registro: no Livro Tombo do MHSC sob o “nº28/26-M”; em uma ficha de Inventário de Acervo (numa versão mais antiga, com preenchimento manuscrito)

²¹³ Ou seja, a numeração adotada não é a mesma encontrada como n.º tombo das peças (ver seção 3.2.4 “Tombamento das Peças” deste TCC).

²¹⁴ Em algumas fichas de Inventário do Acervo, essa numeração atribuída aos objetos aparece no campo “2 – número anterior/ano”.

²¹⁵ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 188.

²¹⁶ FACHINI, Caetano. [Correspondência] 11 jul. 1980, Florianópolis [para Superintendente, Florianópolis. In: FCC. **Repatriação...**, fl.32.

acompanhada de uma ficha de “Registro de Acervo” contendo a mesma numeração do Livro Tombo: “nº28/26-M”. No dossiê há uma listagem em que o museólogo Renilton Assis informa a “Relação de peças do acervo com documentação encontrada no Museu Histórico de Santa Catarina a partir do comodato de empréstimo ao Museu Histórico de Itajaí de 1988.”²¹⁷ A relação seria baseada em breve pesquisa nas fichas de Inventário do Acervo.

Em 14 de março de 1988, a então Diretora do MHSC, Sônia Malheiros Miguel²¹⁸, por Comunicação Interna à Superintendente da FCC, Lygia Rossenq Neves Xavier, informou sobre o Contrato de Comodato vencido com o MHI e solicitou sua renovação.²¹⁹ Para tanto, representando o Sistema Estadual de Museus (SEM), a Técnica em Assuntos Culturais Dolores Carolina Tomaselli realizou visita ao MHI, em 07 de junho de 1988. Com a finalidade de renovar o comodato, ela relata: “verificamos o real estado das peças (placas, medalhas, diplomas)” e completa: “como pode ser observado no recibo em anexo, estão faltando duas peças deste contrato qual sejam uma placa (P/36) e um diploma (Dp/98), sobre as quais estamos investigando o paradeiro.”²²⁰

Portanto, em vez da renovação, foi firmado um novo contrato. Na via do Contrato de Comodato que compõe o dossiê de devolução, consta o ano de 1988, mas dia e mês estão em branco. Contudo, nos arquivos do SEM/SC, há uma via original deste contrato,

²¹⁷ Título da listagem: Relação de peças do acervo com documentação encontrada no Museu Histórico de Santa Catarina a partir do comodato de empréstimo ao Museu Histórico de Itajaí de 1988. In: FCC. **Repatriação...**, fl.23-24.

²¹⁸ Foi Diretora do MHSC de 21 de abril de 1987 a 1990. FCC, 2016, p. 56.

²¹⁹ MIGUEL, Sônia Malheiros. **Comunicação interna n.º 043/88**, 14 mar. 1988, Florianópolis [para] XAVIER, Lygi Rossenq Neves. Diretoria de Patrimônio FCC. Arquivo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. Região Vale do Itajaí – VLI – 001 a 020. Museu Histórico de Itajaí – VL1-001. Essa comunicação interna não está no dossiê de repatriação, mas nos arquivos do Sistema Estadual de Museus/SC, em seção que trata do cadastro do MHI. Agradeço a Renilton Assis a indicação do material para pesquisa.

²²⁰ TOMASELLI, Dolores Carolina. Relatório da visita ao Museu Histórico de Itajaí. 20 jun. 1988. Sistema Estadual de Museus. FCC. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 40.

datada de 07 de maio de 1988.²²¹ Portanto, é provável que o contrato tenha sido assinado um mês antes da visita de Dolores Carolina Tomaselli.

Em comparação ao primeiro Contrato de Comodato, além das datas, foram alterados apenas os nomes dos representantes das instituições, que assinaram firmando o contrato: Lygia Helena Rossenq Neves Xavier (Superintendente da FCC) e Edson D'Ávila (Presidente da Fundação Genésio Miranda Lins). Edson D'Ávila assinou também o Recibo, com a mesma escrituração do anterior, datado de 07 de maio de 1988. No entanto, possui a seguinte observação manuscrita, sucedida de sua assinatura: “Obs: Ressalvamos que a placa P/36 e o diploma 98Dp, não foram entregues à guarda do Museu Histórico de Itajaí embora constassem da listagem inicial. Itajaí, 07/06/88.”²²² A data do fragmento manuscrito é um indício de possivelmente que houve uma inversão do que seria o procedimento mais adequado: primeiro, o novo Contrato de Comodato foi assinado, e, somente depois, houve a visita técnica para verificação do estado de conservação dos objetos.

No dossiê de devolução há uma listagem, que possivelmente foi elaborada por Dolores Carolina Tomaselli, na ocasião de sua visita para verificar o estado de conservação dos objetos. Segue reproduzida a primeira folha da listagem (figura 22):

²²¹ **Contrato de Comodato 07 de maio de 1988.** Diretoria de Patrimônio FCC. Arquivo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. Região Vale do Itajaí – VLI – 001 a 020. Museu Histórico de Itajaí – VLI-001.

²²² **Recibo.** 07 de maio de 1988; 07 de junho de 1988. Diretoria de Patrimônio FCC. Arquivo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. Região Vale do Itajaí – VLI – 001 a 020. Museu Histórico de Itajaí – VLI-001.

Figura 22 – Listagem do estado de conservação dos objetos na ocasião do Contrato de Comodato de 1988.

PEÇAS/OBS.	ESTADO	EXPOSIÇÃO
	<u>P L A C A S</u>	FCC FHS 18 Rubrica: <i>Neto</i>
65P	Bom	
106P/Retirar etiqueta da frente da peça	Bom	Não
17P/Danos de cola na peça	Regular	Não
104P/Retirar etiqueta	Bom	Não
123P/Limpar cola peça	Bom	Não
35P/Limpeza da peça	Bom	Não
55P/Limpeza da peça	Bom	Não
59P/Limpeza da peça	Bom	Não
116P/Limpeza da peça	Bom	Não
29P/Limpeza da peça	Bom	Não
60P/Limpeza da peça	Bom	Não
54P/Limpeza da peça	Bom	Não
51P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
22P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
53P/Limpeza minuciosa	Bom	Não
103P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
48AP/Limpeza minuciosa	Bom	Não
119P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
64P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
83P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
38P/Limpeza minuciosa	Bom	Não
501P/Limpeza minuciosa	Bom	Não
117P/Limpeza	Bom	Não
44P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
119P/Limpeza letras	Bom	Não
120P/Limpeza letras	Regular	Não
37P/Limpeza letras	Regular	Não
75P/Limpeza minuciosa	Regular para meios	Não
143P/Limpeza minuciosa	Regular	Não
500P/Limpeza	Regular	Não
03P/Limpeza da peça	Regular	Não
99P/Danos na peça, retirar etiqueta da peça	Ruim	Não
58P/Limpeza	Regular	Não
84P/Limpeza	Regular	Não
47P/Limpeza	Regular	Não
125P/Limpeza	Regular	Não

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC. In: FCC. **Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins**, 2015, fl. 18.

A listagem é composta por: número de identificação da “peça”; “obs” (observação de qual medida de conservação era necessária); “estado” (preenchido de acordo com as opções: ruim, regular, bom e ótimo); e se a peça estava em exposição (opções: “sim” ou “não”). A listagem diverge na quantidade de objetos em relação à primeira: contém 74 placas (muitas se repetem e a placa “36P” estava desaparecida); 10 medalhas, 32 diplomas (o diploma 98/Dp estava desaparecido) e uma bandeja. Curioso notar que de acordo com essa listagem a maioria dos objetos não estava em exposição, então, caberia indagar, por que renovar o comodato?²²³

Em 1994, a Diretora do MHSC, Mary Elisabeth Benedet Garcia²²⁴, enviou Ofício ao então Diretor do MHI, Edson D’Ávila, questionando sobre a irregularidade referente à “placa 36/P” e “diploma 98/Dp”, pois, o representante da Prefeitura de Itajaí havia assinado o Recibo referente a todas as peças no contexto do Comodato em 1980; posteriormente, Dolores Carolina Tomaselli observou em seu relatório a ausência das duas peças e, por fim, no Recibo referente ao Comodato de 1988, o próprio Edson D’Ávila fizera a observação de que as peças nunca haviam sido entregues ao MHI. Dito isso, a Diretora encerrou com a solicitação: “Diante desta contradição, solicitamos uma manifestação de V.S., pois o segundo Comodato já está vencido e necessitamos renova-lo [sic], se houver interesse do Museu Histórico de Itajaí.”²²⁵

Edson d’Ávila respondeu que “Sobre o primeiro Comodato, de 1980, nada podemos informar, pois que foi assinado com a Prefeitura Municipal e não com o Museu Histórico de Itajaí, que na ocasião não teve oportunidade de conferir o material repassado.” Ou seja, o representante da Prefeitura de Itajaí que assinou o recibo em Florianópolis não teria conferido as peças a contento. Edson d’Ávila, no entanto, demonstrava interesse na renovação: “É nosso interesse renovar o Comodato em vigor, mesmo porque esta foi a vontade do doador, Governador Antônio Carlos Konder Reis, e pelo grande valor histórico

²²³ Listagem sem título. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 49-53.

²²⁴ Foi Diretora do MHSC de 07 de março de 1994 a 30 de dezembro de 1994; de 03 de janeiro de 1995 a 30 de dezembro de 1998.

²²⁵ GARCIA, Mary Elisabeth Benedet. Of. n.º 010/MHSC/94, 31 maio 1994, Florianópolis [para] D’ÁVILA, Edson, Itajaí. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 42 e fl. 44.

e estimativo das peças”.²²⁶ Mesmo 14 anos depois do pedido, apelava-se à vontade particular de Antônio Carlos Konder Reis para justificar a permanência dos objetos naquele museu.

Da mesma época há apenas um Ofício, sem assinatura, do MHSC destinado à Iaponan Soares – Diretor Geral da FCC –, solicitando “orientação jurídica de como proceder para solucionar o desaparecimento das peças e renovar o comodato.”²²⁷

No contexto da celebração dos Contratos de Comodato, foram identificadas como atividades de Gestão do Acervo e Documentação Museológica, ainda que parcamente adotadas, lacunares e problemáticas: a tramitação do pedido de Antônio Carlos Konder Reis no MHSC e na FCC, resultando em pareceres do corpo técnico e gestores; a visita e relatório técnico de Nelvio Santos ao MHI; os Contratos de Comodato (1980 e 1988); os Recibos de recebimento das peças (1980 e 1988); o transporte a cargo da Prefeitura de Itajaí (1980); a visita e relatório técnico de Dolores Tomaselli; duas listagens das peças, uma que se presume ser de 1980 (com numeração museológica e descrição sumária das peças) e outra de 1988 (com numeração museológica, observações sobre o estado de conservação e se estavam em exposição); a correspondência trocada em 1994 para tratativas de renovação do comodato vencido.

4.2 A DEVOLUÇÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO

Este subcapítulo busca identificar e analisar as ações de Gestão do Acervo e Documentação Museológica adotadas nas etapas de devolução do acervo.

No dossiê não há notícias a respeito de renovações posteriores do Contrato de Comodato de 1988, que estaria vencido desde 07 de maio de 1993. Daqui em diante, este trabalho retorna ao ponto que deu início ao processo de devolução de acervo estudado: serão apresentados os procedimentos adotados a partir do contato do Diretor do MHI, Agnaldo

²²⁶ D’ÁVILA, Edson, Ofício n.º 33/94, 6 de jun. 1994, Itajaí [para] Mary GARCIA, Mary Elizabeth Benedet. Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 45.

²²⁷ MHSC Of. MHSC [sem número] junho 1994, Florianópolis [para] SOARES, Iaponan (Diretor Geral da FCC), Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 43.

Pinheiro, em novembro de 2015, com a Administradora do MHSC, na ocasião, Vanessa Borovsky, informando sobre o comodato vencido.

Embora a intenção de Agnaldo Pinheiro fosse a renovação do contrato, o museólogo da FCC, naquele momento lotado no MHSC, Renilton Assis, recomendou em linhas gerais: “abertura de processo de repatriação das peças”; busca de documentação nos arquivos do MHSC referente aos objetos (a documentação encontrada passou a integrar o dossiê); “realizar visita técnica” ao MHI para conferência dos objetos e confeccionar “laudos de conservação de saída e registro fotográfico de todas as peças”; “formalizar por meio de termo de encerramento de comodato”²²⁸ a repatriação por meio de transporte e acondicionamento adequados a serem “recomendadas pela conservadora/restauradora do MHSC” e, se fosse constatada a ausência de objetos a serem devolvidos, seria encaminhado para a Consultoria Jurídica da FCC para providências.²²⁹

O detalhamento dos procedimentos administrativos adotados na devolução do acervo está descrito no “Parecer sobre o acervo emprestado nos anos 1980 do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) ao Museu Histórico de Itajaí (MHI)”²³⁰, que compõe o dossiê. Ao longo do primeiro semestre de 2016, foram realizadas cinco **visitas técnicas** com a finalidade de verificar os objetos a serem devolvidos ao MHSC e realização de “**laudos técnicos de identificação e do estado de conservação**” dos objetos, incluindo o **registro fotográfico** de cada um deles e seu adequado **acondicionamento** para transporte.²³¹ Devido a obras de restauração no Palácio Marcos Konder, sede do MHI, os objetos estavam provisoriamente sob guarda no mesmo espaço físico do Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins. A equipe do MHSC que realizou os procedimentos técnicos dessa primeira etapa era composta por:

²²⁸ No dossiê não há um Termo de Encerramento de Comodato propriamente, talvez pelo entendimento que uma vez vencido o comodato, não se fazia necessário um termo para encerrá-lo. O que há são os termos de devolução.

²²⁹ ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos. Comunicação Interna n.º 138, 18 nov. 2015, Florianópolis [para] BOROVSKEY, Vanessa, Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 04-05.

²³⁰ Parecer sobre o acervo emprestado nos anos 1980 do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) ao Museu Histórico de Itajaí (MHI). ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos. Comunicação Interna n.º 98, 18 ago. 2016, Florianópolis. [para] BOROVSKEY, Vanessa, Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 54-69.

²³¹ Ibid., fls. 57-58. Grifo nosso.

Renilton Assis (museólogo do MHSC); Márcia Regina Escorteganha (conservadora/restauradora do MHSC); Poliana Silva Santana (estagiária do Núcleo de Museologia do MHSC), Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior (servidor do Museu Histórico de Itajaí).”²³²

A figura 23, que consta no dossiê, representa uma das visitas técnicas e organização do trabalho das equipes:

Figura 23 – Visita técnica e organização do trabalho de devolução de acervo

Figura 4 - Acervo aguardando os primeiros procedimentos (embalagem e laudo de conservação).



Crédito da fotografia: Renilton Assis, Itajaí - 4 abr. 2016.

Fonte: Acervo Arquivístico MHSC. In: FCC. **Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins**, 2015, fl.66.

O transporte dos objetos em seu retorno a Florianópolis foi realizado em carro oficial da FCC, em 20/06/2016. A partir da sua chegada ao MHSC, foram elaborados “**laudos técnicos de entrada** das

²³² Ibid., fl. 58.

peças [...] com **identificação** e do **estado de conservação** de cada peça”, além da higienização e **acondicionamento** na Reserva Técnica. Nessa etapa, participou também a estagiária do Núcleo de Conservação e Restauro do MHSC, Patricia Fontana.²³³ No momento em que realizei o meu estágio obrigatório no MHSC, esses objetos ainda estavam acondicionados em separado na Reserva Técnica, para quarentena, conforme me foi informado. Somente durante o segundo semestre de 2017 foram novamente manuseados, a fim de serem incluídos no arrolamento do MHSC.

Na primeira etapa de devolução, tomando como parâmetro a numeração alfa-numérica bipartida adotada na primeira listagem de comodato, foram restituídos ao MHSC: 82 placas; 10 medalhas; 02 diplomas e 01 bandeja metálica, totalizando 95 objetos. Atestando a entrega destes, foi assinado um “Termo de Devolução” pelo MHSC, contendo inclusive a placa “P/36” até então considerada desaparecida.²³⁴ No entanto, para nossa surpresa, há divergências: ao cruzar a listagem de devolução com as listagens dos comodatos, das 82 placas de devolução, 78 estavam na lista do primeiro comodato e estariam faltando 03 placas não mencionadas no Termo de Devolução: “123p”, “17p”, “116p” (estavam nas duas listas de comodato). Além disso, há 04 placas cuja descrição sumária não encontra correspondência na listagem do primeiro comodato (então, como ter certeza que pertencem ao MHSC?). Para solucionar tais divergências, sobretudo em relação às placas, não basta o confronto documental, nem mesmo com os laudos de entrada, pois a descrição para alguns objetos não corresponde ao número alfa-numérico bipartido nas diferentes listagens. Por exemplo, na listagem do primeiro comodato e no Termo de Devolução, o objeto “70/P” é descrito como “Agradecimento Bebidas Max Wilhelm S.A. Jaraguá do Sul – 15/03/1977”. No entanto, no laudo de entrada, essa é a descrição para o objeto identificado como “53/P”. Nesse caso, em que o confronto entre listagens e laudos de entrada apontam divergências, o recomendável seria a checagem diretamente nos objetos. Encontramos aqui, já em fase adiantada do desenvolvimento do trabalho, a limitação da metodologia adotada, restrita à análise documental do dossiê. No entanto, como dito anteriormente, apenas quando este trabalho já estava em desenvolvimento foi que as peças do comodato foram manipuladas para

²³³ Ibid., fl. 58, 61.

²³⁴ FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS. Termo de devolução. Itajaí, 20 mar. 2016. In: FCC, **Repatrição...**, fls. 639-642.

arrolamento. Além disso, findo o estágio no MHSC no primeiro semestre, o acesso à Reserva Técnica para checagem dos objetos seria bastante restrito, ainda mais com a redução da equipe técnica do museu, com o deslocamento do museólogo para a FCC nesse momento.

Voltando ao processo de devolução, dos 33 diplomas emprestados em comodato, a equipe do MHSC registrou que faltavam 29 para serem restituídos. Novamente encontramos divergência na quantidade, pois como só haviam sido restituídos 02, estariam faltando 31 diplomas. Apesar das buscas empreendidas pela equipe do MHI, os 29 solicitados não foram localizadas nessa primeira etapa de devolução. Por esse motivo, a FCC encaminhou ao “Museu Histórico de Itajaí Unidade Cultural da Fundação Genésio Miranda Lins” a seguinte notificação: “que embora não se tenha renovado o comodato formalmente, [o notificado] continua responsável pela guarda e conservação das peças em observância ao art. 629, do Código Civil”.²³⁵ O artigo citado se refere ao “Depósito Voluntário”:

Art. 629. O depositário é obrigado a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e a diligência que costuma com o que lhe pertence, bem como a restituí-la, com todos os frutos e acrescidos, quando o exija o depositante.

E ainda, “intima a **NOTIFICADA** para o prazo de até 15 (quinze) dias a constar do recebimento desta, devolver a **NOTIFICANTE** [...] 29 (*vinte e nove*) *diplomas*”. Por fim, adverte que: “o descumprimento desta notificação ensejará nas Sanções legais previstas no art. 640 do Código Civil”. Estando os objetos com o comodato vencido e fora do seu lugar de origem sem registro, apelou-se para as regras do depositário.

Por motivos de mudança de gestão, a resposta da Fundação Genésio Miranda Lins chegou apenas em fevereiro de 2017, informando que a equipe técnica havia localizado os documentos, “que estavam em guarda na unidade Centro de Documentação e Memória Histórica” da fundação.²³⁶

²³⁵ Notificação n. 21/2016. Assinada pela Presidente da FCC, Maria Teresinha Debatin. Florianópolis, 11 out. 2016. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 637-638.

²³⁶ WEBER, Normélio Pedro (Superintendente da FGML); WIERINSKI, Evelise Moraes. Ofício 004/2017, 06 fev. 2017, Itajaí [para] LUZ, Rodolfo Pinto da (Presidente da FCC). Itajaí, 06 de fevereiro de 2017. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 643.

Solicitado sobre os procedimentos para a devolução, o museólogo Renilton Assis orientou:

O Museu Histórico de Santa Catarina deverá realizar contato com o Museu Histórico de Itajaí, para formalizar e organizar a entrega das peças (29 diplomas) na sede da instituição em Florianópolis.

Dada a ausência da Conservadora/Restauradora Márcia Regina Escorteganha, em razão de estudo, recomendo que o transporte e acondicionamento das respectivas peças sejam realizadas pela equipe técnica do Museu Histórico de Itajaí, cabendo ao Museu Histórico de Santa Catarina, realizar a recepção das peças, laudos de conservação de entrada, assim com [sic] o devido acondicionamento na Reserva Técnica do MHSC.²³⁷

E assim, a devolução “foi realizada em 24 de maio de 2017, por servidores da Fundação Genésio Miranda Lins (Itajaí) e foram conferidos pela equipe do Núcleo de Museologia do MHSC todos os itens totalizaram vinte e nove diplomas.” Além da assinatura do **Termo de Devolução**, os objetos foram submetidos a “laudo de conservação de entrada, encerrando qualquer pendência que o referido Contrato de Comodato tinha”. Portanto, de acordo com o MHSC, houve a devolução de todas as 124 peças emprestadas pelo comodato celebrado em 1980, de maneira que o processo poderia ser encerrado e arquivado “junto a documentação museológica do Museu Histórico de Santa Catarina.”²³⁸ Dado o histórico do comodato vencido e peças desaparecidas, o MHI se colocou em situação vulnerável ao não realizar os laudos de saída e registro fotográfico, apenas o Termo de Devolução. Além disso, se a lista do Termo de Devolução for confrontada com as dos comodatos, estariam faltando 02 diplomas: 20Dp (que estava nas duas listas de comodato) e 98Dp (que estava na primeira lista de comodato, mas desaparecido na segunda lista, conforme relatório de Dolores Tomaselli). Assim, em relação aos diplomas, a checagem documental

²³⁷ Despachos e Informações. Florianópolis, 06 de março de 2017. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 646.

²³⁸ Despacho e Informações. Florianópolis, 25 de maio de 2017. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 650-652.

permite mais respaldo para inferir que estariam faltando 02 diplomas, mas permanece a orientação de que o ideal seria a checagem com os objetos. Nesta segunda etapa de devolução, os laudos de entrada foram preenchidos pela estagiária de Museologia no MHSC, Patricia Fontana, sob orientação do museólogo, Renilton Assis, sendo assinados por ele e pela Administradora do MHSC Maria José da Costa Brandão. Os **laudos de conservação de entrada** têm a forma diferente dos da primeira etapa, mas obedecem à mesma lógica de preenchimento; as **imagens fotográficas** das peças foram impressas em páginas destinadas para esse fim, favorecendo melhor visualização.

Ainda a respeito dos diplomas que estariam faltando, nossa observação inicial estava correta, pois, conforme será explanado na seção 4.2.1 deste trabalho, a partir de nosso apontamento, houve comunicação entre os profissionais que estiveram envolvidos na devolução: o diploma “20Dp” foi localizado no MHI e encaminhado para devolução ao MHSC.

O quadro 2 a seguir, tendo como base o confronto documental, traz um panorama dos objetos emprestados por meio dos Comodatos, bem como dos objetos devolvidos e divergências que encontramos no confronto com essa documentação:

Quadro 2 – Objetos emprestados, devolvidos e divergências na documentação

Tipologias	1ª lista de Comodato (1980)	2ª lista de Comodato/Estado de conservação (1988)	1º Termo de Devolução (2016)	2º Termo de Devolução (2017)	Objetos devolvidos (que constam nas listagens de Comodato)	Objetos devolvidos após o 2º Termo de Devolução	Objetos não devolvidos	Objetos devolvidos mas não identificados nas listagens de Comodato
Placas	81 ^(a)	74 ^(b)	82 ^(c)	-	78	-	03 (123p, 17p e 116p)	04
Medalhas	10	10	10 ^(d)	-	10	-	-	-
Diplomas	33	32 ^(e)	02	29 ^(f)	31	01 (20 Dp)	01 (98Dp)	-
Bandeja	01	01	01	-	01	-	-	-
Subtotal	125	117	95	29	120	01	04	04
TOTAL	125		124		121		04	04

Fonte: criado pela autora, 2017.

(a) Embora os recibos assinados se refiram a 80 placas, eram de fato 81, pois a numeração de ordem, entre 41 e 42, pula um objeto. Ou seja, a placa “95p” não possui respectivo número de ordem.

(b) Muitas placas se repetem na lista, outras não aparecem.

(c) Destas 82 placas listadas: somente 78 constavam na listagem do 1º Comodato; estariam faltando 03 placas “123p”, “17p”, “116p”, que constavam nas duas listagens de Comodato (totalizando 81 placas); além disso, há nessa listagem 04 placas sem numeração que não estavam no comodato, o que num primeiro momento, sem pesquisa mais profunda, leva a questionar se essas 04 placas de fato pertencem ao MHSC.

(d) Nessa listagem, duas medalhas (07/M e 02/M) foram listadas na categoria “Diplomas”.

(e) O diploma “98Dp” foi dado por desaparecido.

(f) Observa-se que somando as duas listas ainda estariam faltando 02 diplomas (para totalizar os 33 do Comodato): “20Dp” e “98Dp” (estava na 1ª lista de comodato, mas relatado como desaparecido em 1988). Após contato com o museólogo Renilton e deste com Marco Antônio, o diploma “20Dp” foi localizado pela equipe do MHI e devolvido ao MHSC.

Os laudos de identificação e estado de conservação trazem uma observação, que consta também no parecer da equipe técnica do MHSC ²³⁹ : muitos objetos da primeira leva de devolução, majoritariamente as placas, receberam **marcação** de número de registro/tombo do MHI, por exemplo: “M.H.I. 014/0019”. As marcações foram realizadas com nanquim e verniz. Esse procedimento contraria a orientação que é consenso na bibliografia especializada: “que uma peça de empréstimo não pode jamais ser registrada no **livro de Tombo ou Registro** como acervo pertencente ao museu.”²⁴⁰ No parecer, a equipe técnica do MHSC cogitou se tal forma de marcação não fora recomendada ou realizada com a anuência da equipe técnica da FCC na ocasião do Contrato de Comodato de 1988, pois em seu relatório de visita técnica, Dolores Tomaselli informou:

Para satisfação nossa, podemos colher nesta visita os frutos de uma visita feita ao final do ano passado, onde os técnicos Humberto Tomasini, Gelci Coelho e Dolores Tomaselli, deram orientação para a catalogação do acervo. Esta catalogação está sendo feita da melhor maneira possível, e a equipe do museu é digna de parabéns.²⁴¹

A recomendação, nesse caso, seria uma marcação provisória com atribuição de numeração de empréstimo: “E – n.” (para empréstimo de longa duração) e “e – n.” (para empréstimo de curta duração); sendo os registros feitos em livros destinados a este fim: Livro de Empréstimos de Longo Prazo e Livro de Empréstimos de Curto Prazo.²⁴² De fato, outros objetos receberam etiqueta provisória fixada no objeto com barbante, forma de marcação menos danosa ao suporte físico do objeto. No caso dos diplomas da segunda etapa de devolução, a marcação foi

²³⁹ Parecer sobre o acervo emprestado nos anos 1980 do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) ao Museu Histórico de Itajaí (MHI). ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos. Comunicação Interna n.º 98, 18 ago. 2016, Florianópolis. [para] BOROVSKY, Vanessa, Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, fls. 54-69.

²⁴⁰ CAMARGO-MORO, op. cit., p. 25.

²⁴¹ TOMASELLI, Dolores Carolina. Relatório da visita ao Museu Histórico de Itajaí. 20 jun. 1988. Sistema Estadual de Museus. FCC. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. In: FCC, **Repatriação...**, fl. 40.

²⁴² CAMARGO-MORO, op. cit., p. 43.

feita a lápis no reverso, por exemplo, “093/Dp”. Consta a observação apenas dessa numeração, pois como mencionado, esses diplomas não foram incorporados ao tombo do MHI. Outro procedimento que suscita problemas de conservação foi a fixação de etiquetas adesivas com a numeração que corresponde à das listagens de comodato, pois a cola e o papel das etiquetas podem danificar o suporte material dos objetos, bem como desprender-se facilmente. A equipe técnica do MHSC recomendou que por enquanto as marcações indevidas não fossem removidas, pois “quando o MHSC fizer a documentação museológica de seu acervo e decidir pela sua marcação, recomenda-se registrar no metadado outros números da ficha de identificação do objeto a informação dessa marcação feita pelo MHI.”²⁴³

No processo de devolução do acervo, foram identificadas as seguintes atividades de gestão de acervo e Documentação Museológica: marcação museológica equivocada nos objetos (anteriores à devolução, mas identificadas por meio dos laudos técnicos); troca de correspondência entre os museus e respectivas fundações para regularização do comodato vencido e relatórios de visitas técnicas da equipe do MHSC ao MHI. Na primeira etapa de devolução: laudos técnicos de saída contendo identificação e estado de conservação dos objetos; registro fotográfico das peças; acondicionamento e transporte dos objetos; Termo de Devolução; laudos técnicos de entrada contendo identificação e estado de conservação dos objetos e medidas de conservação e acondicionamento na Reserva Técnica. Na segunda etapa: notificação e correspondência para devolução dos diplomas encontrados no MHI; transporte dos objetos pelo MHI; Termo de Devolução; laudos técnicos de entrada contendo identificação e estado de conservação dos objetos; encerramento do processo de devolução.

4.2.1 Trabalhadores de museus: os agentes da devolução

Na etapa final de análise do processo de devolução de acervo, foram realizadas entrevistas estruturadas com dois dos profissionais mencionados neste capítulo que atuaram diretamente no processo de

²⁴³ Parecer sobre o acervo emprestado nos anos 1980 do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC) ao Museu Histórico de Itajaí (MHI). ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos. Comunicação Interna n.º 98, 18 ago. 2016, Florianópolis. [para] BOROVSKY, Vanessa, Florianópolis. In: FCC, **Repatriação...**, .fl.65.

devolução: Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior (historiador e museólogo²⁴⁴ que atua como Auxiliar de Arquivo e Museu no MHI) e Renilton Roberto da Silva Matos de Assis (museólogo²⁴⁵ da FCC, na ocasião lotado no MHSC). As entrevistas foram elaboradas basicamente por duas razões: para sanar algumas lacunas sentidas na leitura do dossiê e também com o intuito de compreender como foi a experiência da devolução para os dois profissionais e as respectivas instituições.

As entrevistas foram realizadas por meio de questionários enviados e respondidos por correio eletrônico. A escolha pela entrevista aos dois profissionais se deu pelos seguintes motivos: no MHI, Marco Antonio F. Ballester Junior foi o único servidor envolvido no processo de devolução. Embora não responda como museólogo da instituição, possui a formação acadêmica pela UNIBAVE e é atual Presidente do Conselho Regional de Museologia (COREM) 5ª Região/PR-SC; sua atuação, portanto, não é tomada aqui como a de museólogo, mas como profissional de museu. No MHSC a equipe contava com mais pessoas, no entanto, Renilton Assis foi o profissional que conduziu do início ao fim o processo de devolução, reunindo os documentos que formam o dossiê. Além disso, era o museólogo lotado na instituição na ocasião da devolução.

Ambos os entrevistados explicaram que o interesse da renovação do comodato vencido, quando do contato do MHI com o MHSC em 2015, era de renovação parcial: O MHI desejava renovar apenas dos objetos que estavam em exposição e diziam respeito a Itajaí.

Sobre o “esquecimento” do comodato vencido por tantos anos, Marco Antonio F. Ballester Jr. aponta como possível causa a descontinuidade das atividades na troca das administrações das mantenedoras e dos dois museus, além do “remanejamento de servidores e a falta de memória institucional do MHSC.”²⁴⁶ Na mesma linha da descontinuidade no trabalho que a troca de gestão e da equipe técnica provocam, Renilton Assis enfatiza a atuação profissional e chama a atenção sobre Contratos de Comodato vigentes no MHSC:

²⁴⁴ Egresso do curso de Museologia do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE).

²⁴⁵ Egresso do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

²⁴⁶ FIGUEIREDO JUNIOR, Marco Antonio. **Entrevista estruturada**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisachemes@yahoo.com.br> em 10 nov. 2017.

Acredito ser esse o principal problema não só no MHSC, mas na maior parte das instituições museológicas brasileiras, a falta de continuidade dos processos museais e de uma equipe qualificada com profissionais atuando de maneira interdisciplinar. Esse tipo de situação dificulta a localização das informações na instituição, e como o MHSC ainda não possui um sistema de documentação atualizado e operando, torna-se um desafio ainda maior perceber esse tipo de problema, no entanto atualmente o MHSC possui peças em seu acervo por meio de cinco contratos de empréstimos com instituições museológicas e esses contratos se encontravam em dia até a minha saída da instituição (junho de 2017), tendo cópias digitalizadas e acompanhamento periódico de suas vigências para não deixar se repetir o mesmo problema. Todavia, hoje o museu não possui mais museólogo e o acompanhamento deverá ser realizado pela conservadora/restauradora e administração do MHSC.²⁴⁷

As divergências em relação aos objetos que constavam no comodato e na devolução foram interrogadas aos dois profissionais. Em relação às placas não localizadas, Renilton Assis expõe “que provavelmente no lote emprestado nos anos 1980 foram entregues peças sem o registro no contrato”.²⁴⁸ A respeito das placas que foram devolvidas, mas não possuem a numeração de identificação que consta nas listagens de comodato, Marco Antonio Ballester Jr. compreende que pertencem ao MHSC “devido o título que elas possuíam perante o documento [de comodato]”.²⁴⁹

Em relação aos dois diplomas que não constam na devolução, para ambos os entrevistados, o diploma “98Dp” nunca foi entregue ao MHI e uma das divergências foi dirimida na etapa final de escrita deste trabalho. Após nosso apontamento, houve comunicação entre os dois profissionais, e Marco Antonio Ballester Jr. localizou o diploma “20Dp”. Na entrevista, Renilton Assis informa que devido à localização

²⁴⁷ ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de. **Entrevista estruturada**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisachemes@yahoo.com.br> em 16 nov. 2017.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ FIGUEIREDO JUNIOR, Marco Antonio. **Entrevista estruturada**, op. cit.

do objeto, teria de “recomendar a reabertura do processo para retificação e inclusão desta peça na devolução.”²⁵⁰

Marco Antonio Ballester Jr. trouxe elementos que não haviam ficado nítidos no dossiê: os diplomas da segunda etapa de devolução estavam em lugar diverso dos primeiros objetos porque tanto o Museu Histórico de Itajaí quanto o antigo Arquivo Histórico de Itajaí²⁵¹ possuem a mesma mantenedora, a Fundação Genésio Miranda Lins, e tiveram inicialmente a mesma sede, o Palácio Marcos Konder. Por motivos de consulta e acondicionamento, todos os documentos em suporte de papel das unidades da fundação foram acondicionados no arquivo – numa confusão conceitual do que seriam objetos museológicos e documentos de arquivo. Em 1998 o arquivo foi transferido de sede e os documentos em suporte de papel foram levados junto. Isso também explica por que os diplomas da segunda etapa de devolução não tinham a marcação com número de identificação do MHI.

Para ambos profissionais a experiência da devolução se mostrou positiva aos museus: foi “interessante porque reaproximou as duas instituições numa temática comum a todas, e troca de experiência referente a esse acervo tanto no MHI como no MHSC”, pondera Marco Antonio Ballester Jr. Renilton Assis, por sua vez, reitera um aspecto que é perceptível a partir da análise da forma e conteúdo do dossiê: que esse *corpus documental* foi construído para ser um modelo metodológico. Nas suas palavras:

[...] tivemos que construir uma metodologia de devolução de acervo praticamente do zero, só isso contribuiu muito para as instituições saberem como proceder futuramente no caso de encerramento de comodatos vencidos ou em situação regular cuja renovação não será realizada. [...] por não existir precedente na instituição documentado, tivemos que construir um processo de devolução de acervo criando uma metodologia própria com laudos de conservação

²⁵⁰ ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de. **Entrevista estruturada**, op. cit.

²⁵¹ Atualmente denominado Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins.

de saída e entrada, registro fotográficos, relatório, notificação etc.²⁵²

As concepções teóricas pelas quais Renilton Assis se baseou no processo de devolução foram “documentos técnicos e legais” e a obra de Fernanda de Camargo-Moro **Museu: Aquisição-Documentação**,²⁵³ o que reforça nossa perspectiva de que este ainda é o trabalho de referência na área da gestão de acervo e documentação museológica.

Questionados sobre como avaliam o contexto em que foi firmado o comodato e o contexto da devolução, em termos de processos museológicos, equipe técnica etc., Marco Antonio Ballester Jr. responde o que de fato é possível constatar na análise das atividades de gestão de acervo e Documentação Museológica, contrastando os dois contextos: um “amadurecimento institucional e profissional dos dois museus.”²⁵⁴ Renilton Assis pondera:

Na época, acredito que foram adotadas as medidas possíveis para o registro e inclusive foram fundamentais para essa tratativa de devolução, os indícios e registros gerados na época foram as únicas provas documentais que possuíamos para desenvolver o processo de devolução do acervo.²⁵⁵

Por fim, o comodato, que teve suas tratativas iniciadas em 1980 com a primeira Diretora do MHSC, Jessy Cherem, foi dado por finalizado com o processo de devolução em 2017, na gestão mais recente do MHSC, da Administradora Maria José da Costa Brandão; foi um longo e intrincado processo que perpassou todas as gestões do MHSC até aqui. Quanto às divergências apontadas em relação aos objetos faltantes ou devolvidos mas não identificados nas listagens dos comodatos, fica o registro para que sejam analisadas quando o MHSC realizar a documentação dos acervo museológico, com o devido registro/tombamento dos bens de caráter museológico.

²⁵² ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de. **Entrevista estruturada**, op. cit.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ FIGUEIREDO JUNIOR, Marco Antonio. **Entrevista estruturada**, op. cit.

²⁵⁵ ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de. **Entrevista estruturada**, op. cit.

O estudo de caso abordado nesta pesquisa evidencia o que está previsto na teoria e documentos norteadores na área de estudo de museus: a relação profícua e necessária entre a gestão de acervo e a documentação museológica. Uma das publicações que evidenciam essa relação é a “Declaração de Princípios de Documentação em Museus”, criada pelo CIDOC/ICOM, lançada em 2012:

(...) com o intuito de orientar os museus no desenvolvimento de suas **políticas de gestão de documentação e acervo**. Ela é compatível com as normas do Código de Ética de Museus do ICOM (2006).²⁵⁶

A Declaração realça o suporte à gestão que a “documentação em museus”²⁵⁷ proporciona, pois “envolve o desenvolvimento e a utilização de informações sobre os objetos que fazem parte do acervo e os procedimentos que auxiliam a sua administração.”²⁵⁸

Nesse sentido, trazemos a reflexão que os instrumentos de documentação museológica presentes no MHSC, descritos no diagnóstico no segundo capítulo, não asseguram a devida gestão de acervo. Por conta de uma gestão e documentação incipientes, o acervo em comodato passou mais de duas décadas irregular em outra instituição. Um dos princípios da Declaração faz referência direta à indissociabilidade entre a gestão e a documentação:

²⁵⁶ CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus**: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). São Paulo: ICOM, 2014 76 p. (Coleção gestão e documentação de acervos: Textos de referência. Grifo nosso.

²⁵⁷ Aqui cabe contextualizar a explicação dos tradutores na diferença entre adotar na tradução o termo “documentação em museus” em vez de “documentação museológica”: “*museum documentation* definido como o conjunto de registros sobre os objetos, os quais devem conter informações sobre origem, procedência, aquisição e história posterior de uso do objeto. Também é usado como sinônimo do processo de coletar as informações citadas. Assim, é ao mesmo tempo o *registro* e o processo de *registrar*. Tal expressão encontra-se difundida, particularmente, na literatura de países de língua anglo-saxã, na qual a discussão sobre a Museologia ou sobre o que é ‘museológico’ não faz parte da tradição da área de museus”. Ibid., p. 14.

²⁵⁸ Ibid., p. 19.

3. O museu deverá implementar um sistema de documentação que inclua informações sobre os objetos e ofereça suporte e procedimentos práticos de gestão de acervo, tais como incorporação, **gestão de empréstimos**, localização de objetos e controle de sua movimentação (artigo 2.20 do Código).²⁵⁹

Em 2015, o MHSC avançou na gestão de acervo, publicando sua primeira Política de Aquisição e Descarte de Acervos, que conta inclusive com um capítulo que normatiza o empréstimo de acervo museológico do MHSC.²⁶⁰ O próximo passo necessário é o desenvolvimento de um sistema de documentação que dê o devido suporte às atividades de gestão de acervo. Pois, “com uma documentação eficiente, o museu poderá facilitar o desenvolvimento dos seguintes processos:

- políticas de acervo;
- cuidados e prestação de contas em relação ao acervo;
- acesso, interpretação e utilização do acervo;
- pesquisa do acervo.²⁶¹

A respeito dos empréstimos e de como o museu deve geri-los, Andrew Roberts formula uma recomendação geral:

No caso de um empréstimo a longo prazo, o museu deve registrar também o motivo do empréstimo e a duração do acordo. Muitos museus são relutantes em aceitar empréstimos a longo prazo, a menos que o objecto seja utilizado para uma exposição de galeria ou para uma investigação prolongada, devido ao trabalho envolvido no tratamento dos objectos. Se o empréstimo for aprovado, deve ser finalizado com um acordo de empréstimo que deve ser mantido no arquivo.²⁶²

²⁵⁹ Ibid., p. 19. Grifo nosso.

²⁶⁰ A Política de Aquisição e Descarte foi publicada no contexto de elaboração do Plano Museológico do MHSC (publicado em 2016).

²⁶¹ Idem.

²⁶² ROBERTS, op. cit., p. 35.

Por fim, para lidar com casos como o aqui estudado, Manuelina Cândido recomenda que “a política de aquisição e descarte deve também estabelecer critérios e procedimentos para casos de demandas de restituição de acervo.”²⁶³

Neste capítulo o processo de devolução de acervo entre o MHSC e o MHI foi analisado com o objetivo de identificar as atividades de gestão de acervo e formas de documentação museológica adotadas na celebração dos Contratos de Comodato e na devolução do acervo. Contrastamos as medidas tomadas nos dois contextos com as bases teóricas e documentos de referência da gestão de acervo, da Documentação Museológica e a legislação (Código Civil), vigentes em cada época. A identificação das atividades e formas de registro busca provocar uma reflexão sobre os processos museológicos praticados pelo MHSC num caso de empréstimo e devolução que perpassa quase a totalidade da sua existência. Demonstramos também que o comodato teve origem no pedido do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, trazendo à tona o anseio de perpetuação de sua memória como homem público em dois museus históricos de SC. Por fim, utilizamos trechos das entrevistas com os dois profissionais mais diretamente envolvidos no processo de devolução, tanto para elucidar lacunas em relação ao dossiê, quanto para apresentar as suas perspectivas enquanto agentes do processo de devolução.

²⁶³ CÂNDIDO, op. cit., p. 33.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso do processo de comodato e devolução de acervo permitiu, por um lado, constatar que os Contratos de Comodato firmados entre MHSC e o MHI nos anos 1980 foram parcamente documentados, deixando lacunas que se converteram em problemas na gestão do acervo, como o vencimento do comodato e as divergências entre as listagens do empréstimo e as das devoluções. Por outro lado, foi por meio do Contrato de Comodato inicialmente encontrado nos arquivos do MHI que a irregularidade foi constatada e os objetos puderam retornar à instituição de origem. Como o MHSC não possui um sistema de informação e documentação museológica que abarque todo o acervo, os Contratos de Comodato, correspondências trocadas e relatórios dos funcionários, produzidos naquele contexto e anexados ao dossiê analisado, são as provas de que este acervo pertencia de fato ao MHSC.

O diagnóstico da documentação museológica elaborado no segundo capítulo explicitou que as irregularidades na condução do comodato são fruto da ausência de formalização de uma Política de Gestão Acervo nos primeiros anos do MHSC, bem como de uma documentação museológica fragmentada que inviabiliza uma gestão eficiente do acervo. Por meio do diagnóstico foi possível inferir que muitos objetos em comodato possivelmente sequer tinham passado por alguma forma de registro/tombamento/inventário/catalogação, o que remete a um estado de falta de segurança física e informacional do acervo – que em casos extremos como este pode ocasionar o extravio de objetos, além das implicações jurídicas. Se o MHSC tivesse à época efetuado o tombamento de todos os objetos, realizasse periodicamente os inventários e fizesse uso do registro de empréstimos em livro destinado a esta finalidade, a ausência dos objetos teria sido percebida pela própria equipe do MHSC. Somado a isso, de maneira mais ampla, constatou-se que a Política de Gestão do Acervo, documentos normativos e demais processos museológicos precisam ser planejados e conduzidos para além da duração e troca das gestões dos museus.

Diante do exposto, fica evidente que a documentação museológica é imprescindível para a adequada gestão do acervo. Com a publicação de sua Política de Aquisição e Descarte de Acervo em 2015, o MHSC avançou no quesito normativo. Como próximo passo necessário, a fim de viabilizar a operacionalização da política, é preciso que haja o desenvolvimento e implantação de um sistema de informação e documentação museológica, que venha sanar as lacunas e problemas

relatados. Salienta-se o que pode ser inferido a partir do estudo de caso: a documentação museológica é uma das formas de assegurar a preservação do acervo, sendo a preservação uma das funções principais dos museus. Dado o porte do MHSC no estado de SC, o desenvolvimento de um projeto de documentação poderá servir de referência para os demais museus do estado.

Numa perspectiva mais geral, este estudo tornou possível perceber que a diferença na gestão de acervo e tratamento documental entre o contexto do comodato e o da devolução representa dois momentos distintos nos dois museus (e em SC). Na década de 1980, no contexto de implantação e primeiros anos das duas instituições, constatou-se um momento de incipiente formação de profissionais atuando nos museus em SC. Por meio da análise dos relatórios de gestão do MHSC, particularmente, percebeu-se que existia o esforço da equipe reduzida em participar de eventos e formação na área dos museus, ao mesmo tempo em que a formação se mostrava insuficiente para a realização dos processos museológicos de acordo com as diretrizes já estabelecidas em âmbito nacional e internacional. Tomadas como um segundo momento, as duas primeiras décadas dos anos 2000, são marcadas pela profissionalização no campo da Museologia em SC, tanto pelo concurso para museólogo na FCC, quanto pela presença de profissionais com formação acadêmica na área, por meio da implantação dos cursos de Museologia na UNIBAVE (Orleans) e na UFSC (Florianópolis), quanto pela presença de profissionais egressos de outras instituições de ensino.

Portanto, é possível inferir que, após os problemas com o comodato, o processo de devolução do acervo foi possível pela colaboração entre as equipes dos dois museus, que mobilizaram os conhecimentos pertinentes aos processos museológicos, como conservação preventiva, documentação museológica e gestão de acervo. Dessa forma, esta pesquisa também resultou numa reflexão sobre a importância da formação acadêmica/profissional diante dos desafios que os trabalhadores de museus encontram cotidianamente, ao se depararem com coleções em que a gestão e o registro dos objetos (quando há) possuem camadas de intervenção que correspondem a diferentes momentos da trajetória institucional.

Embora cada caso de devolução venha a ter especificidades, os procedimentos registrados pelo MHSC no processo de devolução, como ressaltou Renilton Assis, providenciam uma base metodológica que pode ser útil caso a instituição se depare novamente com este problema. Além disso, a metodologia adotada pode servir de parâmetro para outros

museus que venham a enfrentar situações semelhantes de empréstimos vencidos.

Ao se deparar com interpretações divergentes, este trabalhou trouxe a demanda de uma revisão teórica nas publicações sobre gestão e documentação de acervo no que concerne às características do comodato, previstas no Código Civil vigente. Além disso, diante do estudo em questão, tornou-se evidente que o contrato de comodato precisa ser adaptado para suprir as especificidades dos museus e suas coleções, a começar pelo estabelecimento necessário do prazo do empréstimo.

A partir do tema central do comodato e devolução do acervo, este trabalho também abordou o processo de construção conceitual do MHSC como um museu de história tradicional. Nesse aspecto, constatou-se o modelo replicado do MHN como “matriz intelectual” na criação e perfil das aquisições, não só do MHSC, como também do MHI. A atuação de Antônio Carlos Konder Reis foi tomada como fio condutor, “encurtando distâncias”, entre os três museus históricos em questão. Ademais, interessante notar que dado o porte político e econômico não seria difícil a um membro da família Konder implantar um museu privado, dedicado à memória da vida íntima e trajetória política da família. No entanto, Antônio Carlos Konder Reis demonstrava conhecer muito bem os dispositivos de imortalização de personalidades políticas num museu público – doando quantias expressivas de objetos ligados à sua vida pública –, aprendizagem quiçá internalizada na sua passagem como estudante do Curso de Museus do MHN.

Muitas informações neste trabalho foram inferidas com base nos relatórios de implantação do MHSC, de seus primeiros anos de funcionamento e também os mais recentes, dos últimos três anos. Ressalta-se, portanto, a imprescindível realização de relatórios anuais de atividades nos museus, instituições estas que são “lugares de memória” e, por conseguinte, não devem negligenciar o registro de suas atividades.

Por fim, há muito que ser pesquisado sobre os processos museológicos desenvolvidos no MHSC ao longo de sua trajetória, bem como o levantamento da equipe técnica e os contextos em que as atividades técnicas foram desenvolvidas. Para tanto, a finalização da organização (em andamento) do acervo arquivístico é fundamental, além do incentivo para o desenvolvimento de pesquisas e adequação de espaço físico destinado aos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: LAPA: Rocco, 1996.

ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de. **Entrevista estruturada**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisachemes@yahoo.com.br> em 16 nov. 2017.

ASSIS, Renilton Roberto da Silva Matos de; SANTANA, Poliana Silva (organizadores). **Relatório geral de atividades/2016**: Museu Histórico de Santa Catarina. Florianópolis: FCC Edições, 2017. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/17957/relatorios>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à Técnica de Museus**. Volume I – parte geral e básica. 2ª edição. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1951.

BEZERRA, Rafael Zamorano. **A invenção das relíquias**. Dispositivos de autoridade e musealização de objetos no Museu Histórico Nacional (1922-1912). 179p. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014.

_____. Rafael Zamorano. Autoridade e tradição familiar na musealização de objetos das primeiras coleções do Museu Histórico Nacional. In: MAGALHÃES, A. M; BEZERRA, R.Z. (orgs.) **Coleções e Colecionadores: a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BORGES, Luiz Carlos; BOTELHO, Marília Braz. Museus e restituição patrimonial – entre a coleção e a ética. In: **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação. GT9: Museu Patrimônio e Informação. Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3593/2717>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRASIL. Decreto nº 16.078, de 13 de Julho de 1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei n.º 6.689, de 13 de julho de 1944. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Decreto n.º 21.129 de 7 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. Lei n.º 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm#art2045>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Lei n.º 11.904 de 14 de jan. 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Presidência da República** – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Ministério da Cultura – IBRAM. Resolução Normativa n.º de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto n.º 8.124 de 17 de outubro de 2013. **Diário Oficial do União**. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2014/Set/1/resolucao-normativa-no-2-de-29-de-agosto-de-2014>>. Acesso em: 16 maio 2017.

BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970-1990). 169 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu**: Aquisição-Documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**. Florianópolis, FCC, 2014. 94p (Coleção Estudos Museológicos v.3).

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CLICRBS. Palácio Marcos Konder, em Itajaí, é um autêntico republicano. **O sol diário**, 11 abril 2014. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/04/palacio-marcos-konder-em-itajai-e-um-autentico-republicano-4472646.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus**: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). São Paulo: ICOM, 2014 76 p. (Coleção gestão e documentação de acervos: Textos de referência).

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS. **Plano para implantação do Museu Histórico de Santa Catarina**, 15 fev. 1977. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios Básicos da Museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006. 100p

CORREA, Carlos Humberto Pederneiras. **Guia dos governantes em Santa Catarina**. Florianópolis: [Secretaria da Educação e Cultura], 1979. 62p

CPDOC – FGV. **Verbetes**. Reis, Antônio Carlos Konder. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reis-antonio-carlos-konder>>. Acesso em: 22 ago 2017.

DAMIÃO, Carlos. Memória de Florianópolis: marcas na cidade que intrigam os observadores. **Notícias do dia**. Florianópolis, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/carlos-damiao/memoria-de-florianopolis-marcas-na-cidade-que-intrigam-os-observadores>>. Acesso em: 27 ago 2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (editores). **Conceitos-chave de Museologia**. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. Florianópolis: FCC, 2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Atividades desenvolvidas pela Unidade de Ciências em 1979**. Acervo Arquivístico arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

FABBRI, Angelica, et al. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. **Educar no museu**: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2017.

_____. Ana Carolina Gelmini de. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional**: o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). 234 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **CADERNOS de ensaios, nº 2**. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994.

_____. Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. 1º volume. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

FIGUEIREDO JUNIOR, Marco Antonio. **Entrevista estruturada**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elisachemes@yahoo.com.br> em 10 nov. 2017.

_____. Marco Antonio Ballester. Políticas públicas para museus na cidade de Itajaí. In: **Anais**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - “Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados”, Florianópolis, SC, 21 e 22 de novembro de 2013, p. 4. Disponível em: <http://www.anpuh-sc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_m%20a%20ballester%20jr_politicas%20publicas%20itajai.pdf>. Acesso em: 13 ago 2017.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Plano Museológico – Museu Histórico de Santa Catarina 2015-2018**, 2016. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/19205/planomuseologico>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MHSC**, 2015. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_173044Politica_de_Aquisicao_e_Descartes_do_MHSC.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **Regimento Interno do Museu Histórico de Santa Catarina**. Portaria n.º 28 de 21 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_155853Regimento_Interno_do_MHSC_22_07_2015.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **Museu em destaque**: Museu Histórico de Itajaí. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/?mod=pagina&id=16034>>. Acesso em: 09 jul 2017.

_____. **Repatriação de Acervo do MHSC com comodato vencido com a Fundação Genésio Miranda Lins.** Processo n.º 4454/2015. Autuado em 01/12/2015. 739f. Acervo Arquivístico do MHSC.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

GOMES, Manoel. **Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz e Souza - Quando, como por quê.** 2ª ed. revista e aumentada. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1980.

GONÇALVES, Janice. **SOMBRIOS UMBRAIS A TRANSPOR:** Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 444p. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social São Paulo, 2006.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Casa D'Agrônoma** – Palácio Residencial. Disponível em: <<http://www.scm.sc.gov.br/scm/casa-dagronomica/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

GRUPO DE TRABALHO PARA A IMPLANTAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA. **Ata nº 1.** 27 jan. 1977. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório Final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

HERNANDÉZ, Francisca Hernández. Evolución del concepto de museo. In: **Revista General de Información y Documentación**, Vol. 2 (1), 85-97. Edit. Complutense, Madrid, 1992, p. 88. Disponível em: <<http://esferapublica.org/museo.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

HORA DE SANTA CATARINA. **Museu Cruz e Sousa realça beleza do Centro Histórico de Florianópolis.** Reportagem de 25 abril 2014. Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/museu-cruz-e-sousa-realca-beleza-do-centro-historico-de-florianopolis-4484121.html>>. Acesso em: 17 maio 2017.

ICOM. Code Of Professional Ethics (1986). In: **Ethics Codes Collection.** Illinois Institute of Technology. Disponível em:

<<http://ethics.iit.edu/ecodes/node/3805>>. Acesso em: 17 ago. 2017. A partir de atualizações em 2001, passa a ser denominado “Code of Ethics for Museums” (Código de Ética para Museus).

_____. **Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (2007-1946).** Disponível em: <http://archives.icom.museum/hist_def_eng.html>. Acesso em: 02 set. 2017.

_____. Ethics of Acquisition (1970). In: **Ethics Codes Collection.** Illinois Institute of Technology. Disponível em: <<http://ethics.iit.edu/ecodes/node/3804>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

_____. Mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972, p. 112-113. In: **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. Museologia e patrimônio:** documentos fundamentais, n.º 15, 1999, p. 111-121. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. Resolution No. 2: Museums and International Tourism. In: **12th General Assembly of ICOM – Moscow**, USSR, 28 May. Disponível em: <<http://icom.museum/la-gobernanza/asamblea-general/resoluciones/moscow-1977/L/1/>>. Acesso em: 03 set. 2017.

ICOM-BR. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=4>. Acesso em: 03 set. 2017.

_____. **Código de Ética.** Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=30>. Acesso em: 09 ago. 2017.

_____. **Código de Ética para Museus** (versão lusófona), 2009. Disponível em: <http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

ICOMOS. Carta de turismo cultural. ICOMOS, 1976, p. 182. In: **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA. Museologia e patrimônio:** documentos fundamentais, n.º 15, 1999, p. 181-185. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>>. Acesso em: 17 set. 2017.

JOSÉ, Ana Flávia Delfino. **Organizando o Acervo Museológico** – Coleção de Fotografias do Museu Histórico de Santa Catarina. Relatório de Estágio. Florianópolis, 2014.

LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. In: **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. ICOM, 2004.

MASC. **História/Memória** – Museu de Arte de Santa Catarina – 53 anos. Disponível em:

<<http://www.masc.sc.gov.br/index.php?mod=pagina&id=10854>>.

Acesso em: 03 set. 2017.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **Comunicação interna n.º 043/88**, 14 mar. 1988, Florianópolis [para] XAVLygia IER, Rossenq Neves. Diretoria de Patrimônio FCC. Arquivo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. Região Vale do Itajaí – VLI – 001 a 020. Museu Histórico de Itajaí – VL1-001.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. **O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940**. 280f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

_____. Rosana Andrade Dias do. O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n.º 11, 1998. (Dissertação de Mestrado defendida por Rosana do Nascimento). Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/28>>. Acesso em: 08 maio 2017.

_____. Rosana Andrade Dias do. **Plano Museológico** – Encaminhamento dos documentos originais dos trabalhos da primeira fase do Plano Museológico. MASC. Prisma cultural, 2010.

OLCINA, Paullete. The Development and Coordination os Museum Documentation by Internacional Agencies. In: LIGHT, Richard B.; ROBERTS, David Andrew; STEWART, Jennifer D. Museum Documentation Systems: developments and applications. London: Butterworths, 1986, p. 307-314. Apud CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação**

sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). São Paulo: ICOM, 2014. 76 p. (Coleção gestão e documentação de acervos: Textos de referência).

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos; v. 2.).

PARKINSON, Justin. Sarah Baartman: a chocante história da africana que virou atração de circo. In: **BBC Brasil**. 11 jan. 2016. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_mulher_circo_africa_lab>. Acesso em: 05 nov. 2017.

PORTAL DO IBRAM. **Exposição Marinhas** – Arqueologia da morte, em Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/museu-historico-de-santa-catarina/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação. In: BOYLAN, Patrick. **Como gerir um museu:** manual prático. Paris: ICOM, 2004.

RODRIGUES, Lucas. **Turismo em Florianópolis:** segregação espacial e efeitos sobre a classe trabalhadora. 77p. Monografia. Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292797>>. Acesso em: 02 set. 2017.

ROCHA, Cláudia Regina Alves da. **Da Pinacoteca ao Museu:** historicizando processos museológicos. 138f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2014.

SÁ, Ivan Coelho de; SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de museus - MHN, 1932-1978:** alunos, graduandos e atuação profissional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. 270p

SANTA CATARINA. Decreto n.º 2.183 de 17 de janeiro de 1977. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Relatório Final do

Grupo de Trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina (1977). **Plano Museológico** – Museu Histórico de Santa Catarina 2015-2018, 2016. Anexo E, p. 370-371. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/pagina/19205/planomuseologico>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto nº 7.439 de 24 de abril de 1979. Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e da outras providências. **ALESC**. Disponível em: <<http://fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=8358>>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. Lei n.º 5.476 de 04 de outubro 1978. Cria na Capital do Estado, o Museu Histórico de Santa Catarina. **ALESC**. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1978/5476_1978_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Lei n.º 5.512, de 20 de fevereiro de 1979. Dá denominação ao Palácio dos Despachos, em Florianópolis. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1979/5512_1979_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Lei n.º 6.900 de 05 de dezembro de 1986. Transfere a sede do Museu Histórico de Santa Catarina e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **ALESC**. A lei foi sancionada pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin Helou Filho (1983-1986). Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1986/6900_1986_lei.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Decreto nº 7.439 de 24 de abril de 1979. Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e da outras providências. **ALESC**. Disponível em: <<http://fcc.sc.gov.br/?mod=pagina&id=8358>>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. Portaria n.º 15/13, de 15 de abril de 2013. In: **Diário Oficial Eletrônico**. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.doe.sea.sc.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2017.

SCHEMES, Elisa Freitas; PADILHA, Renata. Cardozo. Caminhos para a documentação museológica de acervo fotográfico digital. In: **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, p. 41-59, 2015.

SCHEINER, Tereza M. Museos, museología y restitución del patrimonio cultural en los albores de una nueva ética global, p. 33-34. In: ICOFOM. **La alienación y el retorno del patrimônio cultural: una nueva ética global**. Shangai: 33º Simposio anual del ICOFOM, Study Series – ISS 39. 2010, p. 34. Acesso em: <http://icom.museum/uploads/tx_hpoindexbdd/ICOFOM_ISS_39.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

SCHÜTZ, Karla Simone Willemann. Esboços de uma trajetória: o professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa entre sociabilidades, política e historiografia (1963 – 2010). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501688769_ARQ_UIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Apresentação à edição brasileira: por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOCIEDADE. Formatura. **A Noite**. Rio de Janeiro, 14 dez. 1946, p. 4. Acervo: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

STOCCO, Jessy Cherem. . Of. Circular 01/77. In: **Relatório Final das atividades do Museu Histórico de Santa Catarina em 1977**, op. cit.

_____. Jessy Cherem. **Relatório e Relatório Final das atividades do Museu Histórico de Santa Catarina em 1977** – 07 fls. Secretaria de Educação e Cultura. Unidade Operacional de Assuntos Culturais. Sub-Unidade de Ciências. MHSC, s/d. Acervo Arquivístico do MHSC. Pasta Relatório Final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

_____. Jessy Cherem. **Relatório Final das atividades do Museu Histórico de Santa Catarina em 1977**, 29 dez. 1977, 14 fls. Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

_____. Jessy Cherem. **Relatório das Atividades do Museu Histórico de Santa Catarina – 1978** – objetivos propostos para 1978. Florianópolis, 28 de dezembro de 1978, 05 fls. **Relatório efetuado pela Comissão de instalação dos Museus de Arte e Histórico de Santa Catarina na reunião de 12 de outubro de 1978**, 03 fls. (sem assinaturas e informação de autoria). Acervo arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

_____. Jessy Cherem. **Relatório de Atividades Museu Histórico de Santa Catarina – 1979**. Programação – 1980. 05 fls. 26 dez. 1979. Acervo Arquivístico do MHSC. Pasta Relatório final do grupo de trabalho visando à implantação do Museu Histórico de Santa Catarina.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ARAUJO, Marcelo. A interdisciplinaridade em Museologia. In: **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Marília, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.